

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS (FCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

JULIEL DE OLIVEIRA BATISTA

**O IMPACTO DAS EMENDAS NO SUCESSO ELEITORAL DOS DEPUTADOS FEDERAIS
DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022**

Dourados, 2024.

JULIEL DE OLIVEIRA BATISTA

O IMPACTO DAS EMENDAS NO SUCESSO ELEITORAL DOS DEPUTADOS
FEDERAIS DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE 2018
E 2022

Pesquisa do programa de Pós-Graduação em Sociologia, na linha de pesquisa: Processos de Dominação e Disputas Políticas e Sociais na dissertação de Mestrado, sob orientação do Profº Marcos Antônio da Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B333I	<p>Batista, Juliel de Oliveira.</p> <p>O impacto das emendas no sucesso eleitoral dos deputados federais de Mato Grosso do Sul: uma análise das eleições de 2018 e 2022 / Juliel de Oliveira Batista. – Dourados, MS : UFGD, 2025.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Reeleição. 2. Emendas parlamentares. 3. Deputados federais I. Título.</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

Dedicatória

Dedico esta dissertação à minha mãe e ao meu saudoso pai.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela dádiva da vida e por sempre estar presente em minha caminhada, enchendo-me de bênçãos.

Abaixo de Deus, agradeço especialmente à minha mãe, que, ao longo de toda a minha trajetória, incentivou-me inúmeras vezes a não desistir. Pelo contrário, foi ela quem me deu força e confiança até este momento. Ela é — e sempre será — o meu alicerce.

Com enorme saudade, quero agradecer ao meu pai, um homem de força e coragem, que sempre esteve presente em minha vida e que agora descansa. A ele, tenho apenas gratidão.

Quero cumprimentar minhas irmãs, Hellen Mara e Pâmela, por serem mulheres de garra e coragem. Obrigado por tudo. Aos meus sobrinhos, Júlia, Henrique e João Miguel, envio um beijo carinhoso.

Meus agradecimentos à UFGD, ao corpo de servidores, professores e, principalmente, ao meu orientador, Marcos Antônio da Silva, pela paciência e dedicação durante todos esses anos. Tenho apenas gratidão.

Não poderia deixar de saudar todos os meus amigos de Araçatuba, minha terra natal, e de Dourados. À Letícia Miloch e ao João Vitor, por serem mais do que amigos — verdadeiros irmãos ao longo da minha jornada —, o meu mais sincero agradecimento.

Gostaria de cumprimentar também: Marcelo, Fernanda Kimie, Pedro Curi, Eduarda Otoboni, Camilla, Letícia Melani, Gabi Sumida, Felipe Celloni, Isabella Amantea e Caroline.

Aos de Dourados, que se tornaram minha "família": Phiettra, Matheus, João Victor Rossi, Rickimias, Paulo Verão, Lauriely, Diego Farias, Cleyson e Edith, Grazi, Nilda, Fernando Filho, Bianca Dutra e Karenyna, o meu muito obrigado.

Por fim, agradeço imensamente à CAPES pelo apoio concedido à realização desta dissertação.

“Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.”

Machado de Assis

Lista de Siglas

- ALMS** – Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul
- ASSOMASUL** – Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CMO** – Comissão Mista de Orçamento
- CNM** – Confederação Nacional dos Municípios
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- DEM** – Democratas
- LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
- M** – Magnitude de Distrito Eleitoral
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- MS** – Mato Grosso do Sul
- PC do B** – Partido Comunista do Brasil
- PDT** – Partido Democrático Trabalhista
- PL** – Partido Liberal
- PP** – Progressistas
- PPS** – Partido Popular Socialista
- PF** – Polícia Federal
- PROS** – Partido Republicano da Ordem Social
- PSB** – Partido Socialista Brasileiro
- PSC** – Partido Social Cristão
- PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira
- PSD** – Partido Social Democrático
- PSL** – Partido Social Liberal
- PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro
- PT** – Partido Dos Trabalhadores
- STF** – Supremo Tribunal Federal
- TRE/MS** – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Supremo Tribunal Eleitoral

Lista de Quadros

Quadro 1: Deputados Federais e Reeleitos em 2018.....	54
Quadro 2: Eleição Geral de 2014 - número de votos dos deputados federais por Mato Grosso do Sul.....	58
Quadro 3: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2016.....	59
Quadro 4: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2017.....	61
Quadro 5: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2018.....	62
Quadro 6: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2019.....	63
Quadro 7: Eleição de 2018 e o número de votos dos deputados federais reeleitos.....	64
Quadro 8: Valor Geral das emendas nas 10 cidades com as maiores votações (Vander Loubet).....	65
Quadro 9: Valor Geral das emendas nas 10 cidades com as maiores votações (Tereza Cristina).....	66
Quadro 10: Valor Geral das emendas nas 10 cidades com as maiores votações (Dagoberto Nogueira).....	68
Quadro 11: Valor Geral das emendas nas 10 cidades com as maiores votações (Fábio Trad).....	69
Quadro 12: Número de votos gerais e a % dos votos nas 10 cidades.....	70
Quadro 13: Financiamento eleitoral de campanha no ano de 2014.....	71
Quadro 14: Deputados federais eleitos e reeleitos.....	77
Quadro 15: Eleição geral de 2018 – número de votos dos deputados federais por Mato Grosso do Sul.....	82
Quadro 16: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2020.....	83
Quadro 17: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2021.....	85

Quadro 18: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2022.....	86
Quadro 19: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2023.....	87
Quadro 20: Eleição 2022 – Número de votos dos deputados federais reeleitos.....	89
Quadro 21: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Beto Pereira, 2022).....	90
Quadro 22: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Vander Loubet, 2022).....	91
Quadro 23: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Dagoberto Nogueira, 2022).....	92
Quadro 24: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Luiz Ovando, 2022).....	93
Quadro 25: Número de votos gerais e a % dos votos nas 10 cidades.....	94
Quadro 26: Financiamento eleitoral no ano de 2018.....	95

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: SISTEMA ELEITORAL E POLÍTICO BRASILEIRO E A POLÍTICA LEGISLATIVA: O ESCOPO DA REELEIÇÃO COMO FERRAMENTA	17
1.1 A reeleição no Brasil e as nuances envolvidas no processo: as principais categorias do mecanismo político.....	17
1.2 A dinâmica do orçamento no Brasil: as linhas da reeleição para o uso das emendas	37
CAPÍTULO 2: AS ELEIÇÕES DE 2018 E A REELEIÇÃO PARLAMENTAR: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL E DE MATO GROSSO DO SUL	51
2.1 Contexto histórico das eleições de 2018: a compreensão do pleito e dos players	51
2.2 Deputados federais eleitos e reeleitos por Mato Grosso do Sul: análise dos vencedores da eleição de 2018	54
2.3 O uso das emendas pelos parlamentares em Mato Grosso do Sul entre 2016 a 2019.....	59
CAPÍTULO 3: AS ELEIÇÕES DE 2022 E A REELEIÇÃO PARLAMENTAR: UMA ANÁLISE POLÍTICA NACIONAL E DE MATO GROSSO DO SUL	74
3.1 Contexto histórico das eleições de 2022: a compreensão do pleito e dos players	75
3.2 Deputados federais eleitos e reeleitos por Mato Grosso do Sul: análise dos vencedores da eleição de 2022	77
3.3 O uso das emendas pelos parlamentares em Mato Grosso do Sul entre 2020 a 2023.....	82
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo analisar se as emendas parlamentares influenciam a reeleição dos deputados federais, por Mato Grosso do Sul, nas eleições de 2018 e 2022. Na última década, devido a mudanças estruturais na forma em que o orçamento é aplicado, notou-se um forte protagonismo por parte do Congresso Nacional, devido a crises políticas iniciadas em 2013 até aos escândalos envolvendo a classe política, centrada obviamente nos chefes de governo, com a enfática, para o presidente da república. Com acontecimentos variados no contexto brasileiro, observou-se que boa parte do orçamento público passou a ser direcionado pelos congressistas, que conseqüentemente, ganharam um maior protagonismo no debate político nacional. Dessa forma, esta dissertação tem como objetivo compreender as nuances envolvidas no conceito da reeleição, trazendo a discussão para o contexto de Mato Grosso do Sul. E, além disso, analisar as mais variadas linhas que estão presentes na questão do uso do orçamento. Esse debate é fundamental para o aperfeiçoamento institucional do Congresso Nacional e, conseqüentemente, para a própria democracia brasileira. A dissertação pretende contribuir para os estudos relacionados à reeleição e das emendas parlamentares, não apenas no Brasil, mas também no Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Reeleição; Emendas parlamentares; Deputados federais; Mato grosso do sul.

Abstract

This work's main objective is to analyze whether parliamentary amendments influence the re-election of federal deputies, for Mato Grosso do Sul, in the 2018 and 2022 elections. In the last decade, due to structural changes in the way in which the budget is applied, a strong protagonism of the National Congress was noted, due to political crises that began in 2013 until scandals involving the political class, obviously centered on the heads of government, with emphasis, for the president of the republic. With varied events in the Brazilian context, it was observed that a large part of the public budget began to be directed by congressmen, who consequently gained a greater role in the national political debate. Therefore, this dissertation aims to understand the nuances involved in the concept of reelection, bringing the discussion to the context of Mato Grosso do Sul. And, in addition, to analyze the most varied lines that are present in the issue of budget use. This debate is fundamental for the institutional improvement of the National Congress and, consequently, for Brazilian democracy itself. The dissertation aims to contribute to studies related to re-election and parliamentary amendments, not only in Brazil, but also in Mato Grosso do Sul.

Keywords: Re-election; Parliamentary amendments; Federal deputies; Mato Grosso do Sul.

Introdução

A reeleição é um mecanismo da política muito estudado, porém no Brasil, ainda carece de aprofundamentos, para se compreender as razões dela ocorrer, e o como ela se dá na esfera nacional. Para isso, esse trabalho se debruça justamente dessa temática, com o intuito de compreendê-la através dos deputados federais, por Mato Grosso do Sul.

In loco ao se pesquisar o Mato Grosso do Sul, um estado extremamente recente, quando comparado com outras unidades federativas do Brasil, é fulcral estudar a reeleição e os nomes inseridos no contexto estadual.

À vista disso, é essencial compreender o sistema da reeleição na política estadual de Mato Grosso do Sul e, como ponto central da pesquisa, o impacto no orçamento, através das emendas parlamentares, de cada um dos quadros inseridos na Câmara Federal por MS. Os impactos desse *modus operandi*, no sistema de reeleição, em dois pleitos de 2018¹ e 2022², onde o funcionamento institucional passou por mudanças significativas.

As questões sobre a magnitude e a dinâmica eleitoral dos candidatos à reeleição parlamentar são antigas, contudo, esses estudos são considerados recentes e incipientes, no contexto brasileiro e ainda mais contemporâneo em Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, compreender autores e todas as suas obras que exploram a temática é importante para inserir os estudos da reeleição e das emendas parlamentares, e os respectivos impactos da disputa eleitoral, daqueles que chamamos de incumbentes, ou seja, aqueles políticos que têm mandato, e realizam a disputa para um mesmo cargo. A partir dessa análise, o fiel da balança será a maximização da utilidade para o eleitor, no contexto das emendas parlamentares para o êxito eleitoral.

¹ Na eleição de 2018, três deputados federais foram reeleitos por Mato Grosso do Sul, sendo eles: Tereza Cristina (DEM); Vander Loubet (PT); Dagoberto Nogueira (PSDB). Os três tiveram, 75.068 votos; 55.970 votos; 40.230 votos; respectivamente.

² No pleito de 2022, quatro deputados federais foram reeleitos por Mato Grosso do Sul, sendo eles: Beto Pereira (PSDB); Vander Loubet (PT); Dagoberto Nogueira (PSDB); Dr. Luiz Ovando (Progressistas). Os quatro tiveram, 97.872 votos; 76.571 votos; 48.217 votos; 45.491 votos; respectivamente.

Analisando esse mecanismo da política, o sistema político nacional é vital para uma pretensão de intelecção da reeleição. É a partir dele que se consegue mirar as razões em que os políticos estudados estão postos, isso devido a algumas circunstâncias, sendo a primeira, a variável político/eleitor, e o como esta faz com que os agentes públicos optem por se candidatar novamente para um mesmo cargo, e os motivos que levam cada um deles, a terem sucesso nas eleições.

Em uma segunda característica, sobre o sistema político, é que, não obstante uma não compreensão deste, acaba por não se entender as razões na qual o eleitor opta por não apoiar um candidato local, para um mesmo posto, e em seu contexto veja em um determinado candidato, as melhores vantagens. Ao se analisar os pleitos, verifica-se uma dinâmica muito peculiar, onde os eleitores, por vezes votam em candidatos de outras localidades, em uma performance personalista, e não de entrega, para aquilo que se almeja para a sua localidade.

Num segundo âmbito, o comportamento eleitoral, do candidato entra no debate sobre a reeleição, em virtude de duas situações vitais. A primeira, o embate interno se o mandatário vai ou não se candidatar à reeleição, ou seja, as razões intrínsecas que o levaram a optar pela disputa novamente ou não, e, portanto, se naquele momento ele enxerga aquela concorrência como sendo de segurança, caso opte pela reeleição, ou a não-segurança, onde ele entende que não é benéfico concorrer de novo, por não considerar segura as suas ambições políticas.

Em um terceiro momento, se debruçar sobre a competição dos quadros em um determinado pleito a ser analisado. Para isso, verificar onde o *player* está inserido, e conseqüentemente, se o mesmo tem vantagens competitivas, na eleição analisada, percebendo se o mesmo está nos dois fenômenos considerados de vital importância para esse tipo de estudo, ou seja, se são uninominais e multinominais.

Por fim, a inserção das emendas parlamentares nos municípios de Mato Grosso do Sul (MS) pelos incumbentes, e a “troca” do voto por parte do eleitor.

Posto isso, as características referentes ao orçamento e ao nível de profissionalização dos candidatos analisados na disputa, e o desempenho eleitoral dos mesmos à reeleição.

Desta forma, este trabalho tem como pergunta central: as emendas parlamentares executadas pelos deputados têm impacto no desempenho eleitoral deles, nos respectivos pleitos analisados?

Para responder esse questionamento da pesquisa, algumas linhas foram traçadas, sendo a primeira delas a análise dos incumbentes nas legislaturas de 2018 e 2022. Com a tentativa de se compreender o êxito eleitoral deles ou não é vital, verificar os nomes inseridos no legislativo federal, e quais deles tentaram permanecer no mesmo cargo.

Em um segundo objetivo, a destinação das verbas por parte dos deputados federais por MS, a quantia angariada, a proximidade com o governo federal, averiguando, portanto, se era base governista ou de oposição, e, por conseguinte, o quanto foi destinado a cada um deles, e a alocação orçamentárias nos municípios de Mato Grosso do Sul.

O terceiro objetivo é a comparação dos incumbentes, fusionando a verba com o sucesso ou não eleitoral de cada um deles, observando se houve um impacto significativo, e, portanto, se é perceptível a dinâmica da reeleição com o uso das emendas parlamentares, para elevar a competição nas eleições, o desempenho de cada um deles, nos pleitos de 2018 e 2022.

A escolha passou por uma mudança estrutural no uso orçamentário do Congresso Nacional brasileiro, principalmente, quando se verifica as mudanças implementadas no ano de 2015³, por parte da Câmara Federal, vindo na esteira do Senado Federal.

Algumas hipóteses foram levantadas durante o trabalho, sendo a primeira, que de fato o contexto sul-mato-grossense, não se diferencia dos demais estados brasileiros, e, portanto, o funcionamento da máquina pública é de fato uma causa vital para o êxito eleitoral daqueles que disputam a reeleição.

Quanto a uma segunda hipótese, mostrando o quanto os deputados federais que disputam no mesmo âmbito, levam uma vantagem considerável em relação aos demais, que não possuem a máquina, ou estão em outros cargos de poder. Isso é

³ Este ano passou por profundas mudanças estruturais no regime de disposições orçamentárias, na qual o Congresso Nacional passou a ter um maior protagonismo no debate da alocação dos recursos, demonstrando uma reviravolta nos domínios de poder que até então ficavam a cargo do poder executivo. Para salientar essa questão, citamos a implementação da Emenda Constitucional 86, na qual prevê a execução obrigatória de emendas parlamentares individuais, o chamado Orçamento Impositivo.

importante, já que o Brasil tem um sistema, que apesar de profundos problemas, consegue favorecer os *players* que já estão inseridos no cargo analisado.

Com o intuito de responder sobre a política de MS, mais precisamente a reeleição, verificando o desempenho individual dos candidatos, adotou-se no trabalho uma perspectiva exploratória-descritiva, sendo amparado pelos números analisados, em uma opção metodológica que passa pelo prisma quantitativo.

Sendo assim, apesar da literatura ser importante para as análises presentes no trabalho, salientando que sem essa, seria impossível chegar às conclusões, a coleta de dados e os seus respectivos resultados serão o rumo para que pretendo alcançar. Para isso, algumas opções metodológicas estarão no centro do trabalho: 1) a votação será contabilizada em termos percentuais; 2) a unidade de análise são os incumbentes; 3) o parâmetro do desempenho eleitoral e a distribuição e votos; 4) o uso das emendas por cada um dos *players*; 5) sucesso ou derrota nas disputas impetradas. Sendo assim, se utilizará da metodologia quantitativa, com o uso de tabelas e números para mostrar a questão das emendas, número de votos, e a reeleição dos deputados federais.

Para alcançar esses objetivos traçados, o trabalho se dividirá em três capítulos. O primeiro terá como papel, verificar o sistema político brasileiro, e os nuances por ele presentes. Neste capítulo, dois tópicos estarão presentes, a primeira, analisando a dinâmica do orçamento no Brasil, e em seguida, a reeleição no país, examinando o que os estudos trazem sobre a reeleição e as emendas.

No segundo capítulo, fará a contextualização da eleição de 2018, e o como os deputados federais estavam inseridos naquele contexto. Com a tentativa de alcançar a resposta, um dos tópicos do capítulo, será o uso das emendas nos anos em que exerceram o cargo de deputado, os parlamentares que foram eleitos, mas principalmente aqueles que foram reeleitos. Portanto, das taxas orçamentárias serão importantes para uma análise qualificada.

O terceiro capítulo fará um apanhado sobre as eleições de 2022, trazendo os deputados federais daquele período e verificando a alocação orçamentária usada por cada parlamentar. Dessa forma, o capítulo trará as taxas orçamentárias, cidades com maior índice de votação, para chegarmos a uma concepção daquele período.

CAPÍTULO 1

Sistema eleitoral e político brasileiro e a política legislativa: o escopo da reeleição como ferramenta política

A política eleitoral e as suas dinâmicas são fundamentais para uma maior compreensão do desenvolvimento nacional, já que a mesma guia o cenário de políticas desenvolvidas em uma nação. Para isso, analisar o sistema eleitoral e a política legislativa tem um ponto central nesse trabalho, pois é a partir dessa análise que podemos compreender o orçamento e o impacto desse para o êxito dos parlamentares por Mato Grosso do Sul, entre os pleitos de 2018 e 2022.

Com isso, esse capítulo debaterá a reeleição dos deputados federais no contexto brasileiro, e as inúmeras análises feitas pelos especialistas ao longo dos anos na política brasileira, através de pesquisas que relacionem as mais variadas hipóteses para que o deputado federal consiga se reeleger.

Dessa forma, este primeiro capítulo se dividirá em duas seções, sendo que a primeira “A reeleição no Brasil e as nuances envolvidas no processo”, se debruçam em entender o funcionamento da reeleição entre os parlamentares, ou seja, as mais variadas performances dos deputados, para se alcançar mais um mandato legislativo. Nessa seção, trará autores que analisam essa dinâmica política, desde o âmbito internacional, até os pesquisadores brasileiros, que há algumas décadas se dedicam à temática.

Em uma segunda seção, intitulada “A dinâmica do orçamento no Brasil: as linhas da reeleição para o uso das emendas”, tem como objetivo apresentar ao leitor uma análise científica do funcionamento das emendas e do orçamento no Brasil. Para isso, utilizará todo um arcabouço teórico para se entender a estrutura orçamentária no país.

1.1 A reeleição no Brasil e as nuances envolvidas no processo: os principais estudos sobre a temática

Os estudos sobre a reeleição dos parlamentares no Brasil são recentes, com nuances ainda sendo analisadas e pesquisadas nas mais variadas linhas, com o intuito de se compreender o funcionamento institucional desse mecanismo no sistema eleitoral brasileiro. Nesse arcabouço teórico brasileiro, premissas oriundas de estudos com a mesma temática são trazidas para o país, principalmente aquelas

pesquisadas por especialistas nos Estados Unidos, berço de um sistema representativo liberal.

No Brasil, entre os principais autores, estão Thomas Brambor (2012), Ricardo Ceneviva (2012), Álvaro Barreto (2008), Carlos Pereira (2007), Lúcio Rennó (2007/2022), Eduardo Leoni (2007), Jairo Nicolau (2002) e Bernardo Mueller (2003).

Em linhas gerais, as abordagens sobre a reeleição são abarcadas no contexto acadêmico brasileiro e procuram identificar como os parlamentares, principalmente os deputados federais, conseguem êxito nos pleitos, dos quais disputam por duas ou mais vezes. Nesse sentido, as premissas usadas por pesquisadores brasileiros e americanos tentam esmiuçar os processos eleitorais, o perfil dos candidatos, a dinâmica orçamentária envolvida, o trabalho por eles desenvolvido em suas bases eleitorais, além da instituição pertencente a cada um deles.

Todos esses estudos mergulham em uma perspectiva de análise e de tentativa de compreensão sobre o que está por trás da reeleição dos deputados federais, parte de uma análise feita por (MAYHEW, 1974), em que o autor começa a verificar as razões envolvidas na reeleição dos players, como os autores (LAGO e ROTTA, 2013), explicam em sua obra.

Partindo da análise feita por um dos precursores na matéria da reeleição, Mayhew (1974) elenca que todos aqueles que buscam a reeleição, adotam medidas e estratégias a fim de alcançar os objetivos traçados, ou por eles, enquanto agentes individuais, ou pelos respectivos partidos políticos, que necessitam de representatividade no Congresso.

Para LAGO e ROTTA (2013), a análise feita por MAYHEW, (1974)⁴, elenca três tipos de estratégias dos congressistas que buscam a reeleição, verificando o contexto dos Estados Unidos,

“Tomando como objeto de estudos parlamentares estadunidenses, como atores políticos individuais, Mayhew (idem) apresenta três tipos bem delimitados de estratégias adotadas pelos congressistas, que exercem influência sobre suas chances de reeleição: (i) credit claiming: refere-se à propaganda que os deputados fazem, junto aos seus eleitores, de suas ações e conquistas no Congresso; (ii) pork barrel: diz respeito à distribuição de recursos e benefícios, que podem ser políticas públicas específicas ou mesmo ganhos sob a forma de favores a indivíduos ou grupos; (iii) position taking: mais próxima, entre as três, de uma variável mais ideológica, na medida em que se

⁴ Para uma melhor análise sobre esse autor, que inaugura os estudos sobre a reeleição, é importante ler a sua obra. Segue o link para acessar:
https://books.google.com.br/books/about/Congress.html?id=huBPVn5wg8AC&redir_esc=y

refere à tomada de posição diante de temas específicos.” (LAGO e ROTTA, 2013, p.140)

Como pontuado pelos autores, as três variáveis que estão relacionadas as reais chances de reeleição, estão ligadas à política brasileira já que algumas perspectivas de fato estão relacionadas, na visão deles, ao êxito eleitoral.

O chamado Credit Claiming está intrinsecamente ligado à comunicação dos deputados eleitos, junto às suas bases eleitorais, nesse sentido, quanto maior for a demonstração de trabalho e conquistas feitas por cada um deles aos cidadãos, há uma grande chance do mesmo ser reeleito, em uma próxima eleição. Partindo da segunda análise, feita pelo Mayhew (1974), o Pork Barrel está relacionado ao uso orçamentário, ou de políticas feitas pelos deputados a determinados grupos ou pessoas e, portanto, as benesses vindas do poder público junto a população de uma determinada localidade.

Uma terceira perspectiva trazida pelo o autor, e referendada como sendo funcional para o Brasil, por (LAGO e ROTTA, 2013), o Position Taking parte da premissa de que os congressistas se utilizam de determinadas temáticas, sensíveis a um determinado público, para alcançar êxito eleitoral, ou seja, valores enraizados e costumes tendem a ser um ponto central para esses deputados se reelegerem, tendo as linhas ideológicas como sendo bastiões da sua política de base.

Todas essas reflexões apontadas por um dos precursores dessa temática, mostram o quão variadas são as perspectivas da reeleição, e o quanto elas são complexas de análise, e não tão simples, como boa parte do mundo acadêmico e da sociedade acredita. Sendo assim, compreender as estratégias, congresso e parlamentares, demanda toda uma análise, já que,

O objetivo da reeleição é tomado como princípio de destaque dentre essas motivações individuais. É a meta da reeleição que determina a natureza e as estratégias da relação que os congressistas estabelecem com os eleitores (...) É preciso sair das fronteiras do Congresso e tentar compreender como os congressistas relacionam-se com seus eleitores. (LAGO e ROTTA, 2013, p.140)

Os aspectos abordados pelos os autores, partindo das mais variadas perspectivas, além das que Mayhew (1974), levantada em sua obra, ao chegarem no Brasil, com o seu próprio funcionamento eleitoral, com um sistema político distinto em comparação a outros países, passa a contemplar novas análises, do como os parlamentares em nível federal conseguem alcançar a reeleição.

Inúmeras tentativas são exploradas na Ciência Política brasileira, mas todas entram em uma esfera, na qual dificulta algumas conclusões. Esses estudos são recentes e, portanto, ainda carecem de maior tempo para um maior aprofundamento, pois

Como mostraram Pereira e Rennó (2001), são fartas as hipóteses e questões levantadas sobre o tema, mas muito raras as tentativas de testes empíricos a sustentá-las. Aliás, o próprio modelo utilizado por Pereira e Rennó (idem), por exemplo, identifica que liberação de emendas e reeleição possui associação significativa, mas não é capaz de demonstrar, efetivamente, que uma coisa é a causa da outra. (LAGO e ROTTA, 2013, p.139 e 140)

Conforme apontado por Pereira e Rennó (2001), vários modelos foram usados, inclusive deste trabalho, com a finalidade de compreender a reeleição, mas até o momento, são testes que apontam para determinadas tendências

Sendo assim, a partir do lançamento de certa candidatura, o político pode determinar a carreira que vai seguir. Isso é importante para que se compreenda como se chega na categoria da reeleição. Vale pontuar que as demais categorias, não serão exploradas neste trabalho, apenas será apontado, com o intuito de se verificar as possíveis trajetórias dos candidatos.

Partindo das análises até aqui feitas, percebe-se que todos esses estudos são direcionados a quatro categorias, em termos de carreira ⁵e perspectiva dos players, sendo elas a “renovação”, “desistência”, “reapresentação” e “reeleição”, aquela que vamos esmiuçar nessa seção. Essas categorias, colocada por Barreto (2008), mostram o quanto elas estão relacionadas entre si, e influenciam no jogo político.

A categoria “renovação” pode ser considerada como uma “mudança de pessoas na representação” (SANTOS, 1971, p. 20), “mudança na composição dos membros de um parlamento entre duas legislaturas” (ARAÚJO, 2002, p. 11) e, portanto,

(...) resultado de um processo em que novos candidatos e novos membros passam a fazer parte de um corpo legislativo, ocupando os lugares que, por diversas razões, não foram preenchidos pelos seus antigos ocupantes” (ARAÚJO, 2002, p.19), ou ainda como “a presença de novos representantes dentro de um corpo legislativo, ou, o que é o mesmo, a saída (por desistência ou por derrota) de antigos (SCHMITT, 1999, p. 128)

⁵ Na concepção de carreira legislativa é importante ao leitor se debruçar sobre autores que tratem da temática. Para isso, fica à disposição, o link de acesso, para uma das obras contemporâneas que tratam do assunto. <https://www.scielo.br/j/cm/a/b3hF8b5Mkfdvhm9dNcdvPqf/?lang=pt>

Sendo assim, a “renovação” parte da premissa do político “novo”, aquele que não havia sido inserido naquela instituição analisada, e ali passam a ser os novos representantes do corpo legislativo, no caso da Câmara Federal. No entanto, esse conceito da “renovação” que vem com a análise do “novo”, passa por duas divisões possíveis.

Há uma sutil divisão na bibliografia quanto à condição de “novo”. Fleischer distingue os “calouros”, aqueles que nunca ocuparam aquele cargo, nem como suplente dos “novatos”, os que não estavam na legislatura anterior, mas exerceram o mandato, como titular ou suplente, em legislaturas anteriores (FLEISCHER, 1980)

Para o autor, essa divisão é importante, pois mostra aqueles que de fato estrearam na seara política, e aqueles que outrora já foram parte do corpo legislativo e estão voltando de alguma forma.

Na segunda e terceira análise por parte do Barreto (2008), estão a “desistência” e a “reapresentação”, na qual estão intrinsecamente ligadas. A primeira, parte do conceito de que um parlamentar por inúmeras razões, deixa de concorrer ao cargo que ele exerce atualmente, enquanto no conceito da “reapresentação”, vem da ótica em que o deputado busca um novo mandato de maneira subsequente, para um mesmo cargo, ou seja, deseja alcançar a vitória para deputado novamente.

É através dessas duas categorias, que há uma ligação, pois

A relação que se estabelece é quanto maior a desistência, maior a renovação, ou seja, necessariamente os cargos serão ocupados por “novos” detentores do mandato (calouros ou novatos). (LAGO e ROTTA, 2013, p.125)

Verifica-se, portanto, que em uma análise quantitativa, sobre a Câmara Federal, quando uma está maior, de forma imediata, a outra estará menor, e assim vice-versa.

Já o conceito da reeleição, vem daqueles que se reapresentam para os eleitores, com o intuito de buscar uma nova oportunidade no cargo pleiteado, sendo portanto, o “grau de recondução, numa nova legislatura, de parlamentares provenientes da (s) anterior (es)” (SCHMITT, 1999, p.128) ou a frequência com que os parlamentares, tendo se reapresentado, obtiveram um novo mandato (ARAÚJO, 20002, p.60).

É nesse conceito da reeleição que o trabalho vai explorar, para verificar se de fato as emendas ajudam ou não os candidatos ao mesmo cargo.

A partir das categorias importantes nas escolhas dos parlamentares, pode-se compreender a “reeleição” como sendo o número a vitória eleitoral para o mesmo cargo de forma consecutiva, através do número de reapresentações, como Santos (1997), chama de “conservação”, ou seja, os deputados federais que colocam o seu nome novamente na disputa eleitoral, para o mesmo cargo exercido, e que deseja uma nova oportunidade subsequente.

Através dessas concepções do formato e das definições exercidas pelos deputados federais, no momento das eleições, verifica-se que em geral, os parlamentares têm quatro escolhas na sua carreira política, como definido por (Leoni, Pereira e Rennó, 2003), em que são “aposentar”; “ambição regressiva”; “ambição estática”; “ambição progressiva”.

Para os autores, é a partir dessa escolha de carreira política é que podemos de fato verificar se o Congresso Nacional, e nesse caso, sendo a Câmara Federal, é um local atrativo e de escolhas que chamem a atenção de cada um dos players, já que sem isso, não podemos compreender as razões da reeleição e nem o grau de institucionalidade no Brasil.

Na sua definição, o conceito “aposentar-se” parte da premissa, que um deputado se retira do jogo político e, portanto, prefere não se lançar a nenhum outro cargo, seja ele efetivo ou comissionado. Quando ele opta, por inúmeras razões envolvidas, na “ambição regressiva”, significa, para Leoni, Pereira e Rennó, (2003), que o deputado federal, deseja concorrer a um cargo na esfera estadual, sendo assim, na visão dos autores regredindo na sua carreira política.

A “ambição progressiva” não seria nada mais do que a disputa pelo deputado federal em cargos mais altos da esfera política, ou seja, disputa para prefeito, governador, e até presidente da república.

Entre as escolhas principais, a categoria “ambição estática” fica na esfera da reeleição, onde o deputado opta por concorrer novamente para o mesmo cargo de forma subsequente, por compreender que as suas chances e o cargo ocupado são viáveis na sua carreira política. Neste sentido, compreende-se que,

A ambição estática é considerada pela literatura internacional como um comportamento típico de legislaturas altamente profissionalizadas e com caminhos internos bem definidos, como o modelo norte-americano de institucionalização” (Maestas et al. 2006; Polsby 1968)

Verifica-se que essa análise da performance pré-eleitoral dos deputados, ao menos no Brasil, se difere das literaturas estrangeiras, mostrando o quão importante

é a análise da reeleição em nosso país e, portanto, uma categoria indispensável na política, pois

O aspecto mais notável desses dados é a alta proporção dos legisladores que concorreram à reeleição. Trata-se de uma porcentagem mais alta da que ocorre na maioria dos outros países da América Latina (...) e isso indica claramente que não se deve negligenciar a reeleição como uma preocupação central dos deputados brasileiros. (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003, p.46)

Estes termos postos, pelos autores acima, vem de Schlesinger, que pontua o quanto “Essa escolha, evidentemente, seria constrangida pela estrutura de oportunidades das carreiras políticas existentes. (Leoni, Pereira e Rennó, 2003, p. 47).

Partindo do conceito da reeleição, Leoni, Pereira e Rennó, (2003), argumentam que pela política individualista dos parlamentares, e pelo personalismo presente na relação deputado e eleitor, compreende-se, o quanto que para o candidato se reeleger depende apenas de si, já que estruturalmente, os cidadãos optam e apoiam os candidatos e, portanto, os nomes lançados e não os partidos políticos exercidos.

Ao se analisar os deputados federais reeleitos por Mato Grosso do Sul, se verifica que os três já tinham uma vida política e de base, que em suma não dependem em si dos seus respectivos partidos políticos. Primeiro, devido a serem lideranças do agronegócio (Tereza Cristina), do setor empresarial (Dagoberto Nogueira), e dos movimentos da agricultura familiar (Vander Loubet).

Em segunda análise, independente da troca partidária, como no caso de Tereza Cristina e Dagoberto Nogueira, continuaram com as mesmas bases de apoio, mostrando assim, que os seus partidos políticos não influenciaram na reeleição deles. Todos por serem políticos fortes no Estado, independem da vontade das direções partidárias, além de que mostram uma grande influência regional em seus partidos.

Para Samuels (2000), aqueles deputados federais que são mais fracos do ponto de vista eleitoral, e não tão competentes no desempenho institucional, tendem a permanecer e tentar a reeleição para aquele cargo exercido, ou seja, em uma categoria de “ambição estática”, já que em termos de performance enquanto parlamentar foi irrisória, e consciente de que as suas perspectivas eleitorais não para os demais cargos não são positivas.

No sentido proposto pelo o autor, a reeleição só consegue ser definida, quando se compreende o grau de institucionalidade do parlamentar e, portanto, o quanto baixo grau de desempenho na Câmara Federal, impactará diretamente nas taxas de reeleição do país. Samuels (2000), verifica que no Brasil, pela reeleição não ser um objetivo primordial na esfera dos parlamentares brasileiros, essa categoria de análise não carece de grandes estudos, pois, não é uma questão de grande atração, pois

(...) a reeleição não é o objetivo primordial da maioria dos deputados, os quais tendem a concentrar suas forças na disputa por posições nos governos estaduais e municipais. (Borges e Filho, 2016, p. 1).

Ao verificarmos a disputa para deputado federal, percebe-se que a maioria desses tenta cargos a nível majoritário, primeiro por serem de maior prestígio e por concentrar um nível de recursos muito maior. Com isso, pelo fato de o Congresso não ser um espaço atrativo e de forte institucionalidade, os políticos tendem a migrar para outros cargos, como a prefeitura e governo do estado.

Vale ressaltar que aqueles que apenas tem uma postura estática no mesmo cargo, e sendo assim, não optaram pelas disputas aos governos estaduais e municipais, não apenas levaram vantagem, como visto com Tereza Cristina, Dagoberto Nogueira e Vander Loubet, como são políticos com uma maior chance de se reelegerem, como veremos no capítulo 2.

Essa linha elencada por Samuels (2003, 2011), vai na hipótese de que alguns deputados nas primeiras perspectivas de carreira, não querem a reeleição, já que no Brasil existe um federalismo descentralizado, com partidos fracos e com um Executivo forte, mesmo aqueles no plano subnacional, ou seja, candidaturas à prefeitura e no âmbito estadual.

A hipótese levantada pelo autor acima, é extremamente contestada como pelo Pegurier (2011), já que os índices de reeleição no Brasil, se difere de maneira positiva em relação aos demais países, vizinhos, por exemplo, mostrando um grau de forte institucionalidade, e com políticos com alto grau de experiência política, mostrando o quão sistemático é a Câmara Federal, e os impactos junto à população são cada vez mais fortes.

O Brasil que o modelo de lista aberta vigora⁶ há muitos anos, chama a atenção pela longevidade, algo que não é visto nas demais democracias liberais Nicolau (2006). Esse tipo de sistema de votação, oferece duas opções aos eleitores⁷, votar em algum candidato ou em alguma sigla partidária. No final do pleito, os candidatos mais votados pelo respectivo partido político, desde que atinjam o coeficiente eleitoral, garantem as cadeiras no parlamento (Nicolau, 2006).

A lista aberta que vigora no Brasil, para Nicolau (2006) e Samuels (2011), faz com que a busca pela reeleição se torne uma ferramenta muito utilizada, em contraponto aos modelos usados em outras democracias mundiais.

Pegurier (2011) contesta a avaliação de Samuels (2011) com respeito às opções dos deputados federais dos Estados Unidos e Brasil,

O autor demonstra que o percentual de deputados que buscam a reeleição tem crescido de forma consistente ao longo do recente período democrático, estabilizando-se em torno de 80%. As taxas de reeleição também cresceram, de um piso de 50%-55% para percentuais em torno de 70%-75%. Por fim, o percentual de deputados sem experiência política prévia vem se reduzindo de forma sistemática. (Borges e Filho, 2016, p. 2).

Sendo assim, na visão desses autores o sistema político brasileiro não afasta aqueles que optam pela reeleição, pelo contrário, ao longo da redemocratização, e através dos ganhos de poder por parte do poder legislativo, a vivência no âmbito federal tem um grande espaço, devido a quantidade do número de partidos políticos e uma vasta competição eleitoral, ou seja, cada vez mais a disputa pelo cargo de deputado federal ganha maior visibilidade e concorrência entre os novos e os mais antigos políticos, como demonstrado por Santos e Pegurier (2011).

Verifica-se que existe sim uma alta rotatividade na Câmara dos Deputados, segundo Santos e Pegurier (2011), mostrando o alto grau de competitividade, e

⁶ Muitos estudos se debruçam sobre o modelo de votação, lista aberta, na qual teve a primeira versão de representação proporcional adotada no Brasil em 1932 que já previa o voto preferencial. A cédula podia conter um grande número de candidatos (tantos quantas fossem as cadeiras do estado na Câmara dos Deputados mais um), e o eleitor podia escolher candidatos de diferentes partidos e até mesmo nomes de candidatos não inscritos em nenhum partido, como elencado por Jairo Marconi Nicolau.

⁷ Atualmente esse modelo, no que tange a disputa para a Câmara dos Deputados, os partidos podem apresentar uma lista de candidatos de até uma vez e meia o número de cadeiras da circunscrição eleitoral; no caso de coligação entre partidos, esse número sobe para duas vezes. Vale ressaltar que pela emenda constitucional 97/2017 a partir das eleições de 2020, nas eleições proporcionais (vereador, deputado estadual e federal) não pode haver mais esse tipo de coligação proporcional. Contudo, as siglas ainda podem se coligar para apresentar candidatas e candidatos para as eleições majoritárias, que englobam as funções de prefeito, vice-prefeito, governador, vice-governador, senador, presidente e vice-presidente da República.

pondo o quanto essa competição eleva a hierarquia política por parte do parlamento federal.

O formato escolhido pelos parlamentares varia de maneira específica em cada localidade analisada, como (STOLZ, 2003), que verifica que as chances de reeleição e as possibilidades de carreira de cada deputado, varia de estado, município, e a região que se opta por analisar. Verificando dessa forma que não existe um único trampolim de movimento unidirecional, ou seja, não dá para afirmar que um deputado escolhe a reeleição em Mato Grosso do Sul, por exemplo, em um mesmo formato que em São Paulo.

Essa perspectiva da reeleição, cabe também aos municípios, como elencado por Stolz (2003), na qual, a variedade de carreira pode sim possibilitar uma maior ascensão no âmbito da reeleição, enquanto em outros lugares, por toda uma lógica, eles acabam desistindo e migrando para um outro cargo político, ou até mesmo na desistência.

Vale ressaltar, que o candidato que está inserido no contexto parlamentar, e que opte por uma linha de “ambição estática”, tende a levar maiores chances em seus respectivos partidos políticos. Pensando em um candidato que está exercendo o mandato de deputado federal no Estado, o seu partido é forçado, indiretamente, a indicá-los para um novo pleito. Refletindo sobre essa performance partidária, verifica-se que,

Não há limite para o número de mandatos e os partidos são obrigados a indicar os deputados que pretendem se reeleger sem levar em conta o comportamento deles na legislatura anterior. São os chamados candidatos natos, que têm o direito de concorrer ao mesmo cargo na eleição seguinte. É óbvio que isso libera os políticos da influência dos líderes do partido e, em consequência, enfraquece a noção de liderança. (LAGO e ROTTA, 2013, p. 48).

Esses candidatos “considerados natos” pela legislação eleitoral, tem um papel fundamental, já que são eles que definem a hierarquia de disputa nos pleitos, sendo assim, eles acabam tendo um papel fundamental na definição de eles vão querer permanecer na disputa do cargo por eles já exercido, ou optar pela disputa de cargos mais elevados, em uma “ambição progressiva”.

Isso vai prejudicar a institucionalidade da Câmara Federal, pois os mesmos, optam por não disputar o mesmo cargo. No entanto, verifica-se que ao longo do processo do pós-redemocratização, o Legislativo Federal tem um plano político vantajoso, e desejam de fato as consecutivas reeleições. Segundo,

Borchert (2009), ainda que haja certa preferência dos políticos brasileiros pelos postos executivos, alguns deles veem o Legislativo federal como um importante trampolim para o Executivo estadual ou municipal, enquanto outros encaram a Câmara dos Deputados como um refúgio seguro, após passagens curtas por postos executivos subnacionais. (BORGES e FILHO, 2016, p. 3).

Dessa forma, mesmo que os deputados federais enxerguem que o executivo estadual ou municipal tem uma forte predominância na política brasileira, a Câmara Federal é sim, um atrativo para eles, e sendo assim há um conhecimento sobre os postos de poder, e a reeleição é uma categoria importante para se conquistar prestígio na vida política, como elencado por Borges e Filho (2016).

Em um contexto geral, várias perspectivas estão relacionadas às razões da reeleição dos deputados federais, mas como dito durante essa seção, as explicações acabam esbarrando em inúmeros condicionantes, muito devido às mudanças feitas ao longo do tempo na política nacional, e nas eleições, mesmo com um mesmo sistema. Por isso,

(...) como apontam Pereira e Rennó (2001), são raras as análises que efetivamente realizam tentativas de teste para modelos explicativos sobre as determinantes das (re)eleições dos parlamentares. Segundo os autores, a maioria dos estudos “levanta” uma série de questões importantes sobre as estratégias eleitorais dos deputados, mas raramente testa possibilidades explicativas” (idem, p. 329). (LAGO e ROTTA, 2013, p. 140).

As estratégias para se conseguir se reeleger são múltiplas e com várias questões envolvidas (sistema eleitoral, benesses ao seu eleitorado, partidos fracos, contextualização daquele pleito, jogo político), como mencionado pelos autores acima, e dessa forma, muitas linhas explicativas são colocadas no debate público, porém sem uma dimensão real sobre as razões na qual a reeleição está posta, e o como usa dessa ferramenta política para a sua permanência no cargo de deputado federal.

Na obra de Lazzarini (2011) uma das estratégias usadas pelos atores políticos é a relação entre ele, setores econômicos e população, através de “laços”, na qual o mesmo define como sendo, “o termo ‘laços’ (...) pode denotar que uma relação pode ser construída entre estranhos que trocam favores ou que se aproximam por meio de um conhecido em comum”. (Lazzarini, 2011, p. 9).

Para Lago e Rotta (2013), o debate em vários âmbitos da sociedade coloca algumas teses possíveis para o deputado federal se reeleger. Segundo os autores

Embora tanto na mídia como no mundo acadêmico não seja raro ouvirmos teses associando positivamente estratégias distributivistas de atuação no parlamento e chances de reprodução político-eleitoral, tal associação ainda está longe de ser devidamente demonstrada com pesquisas empíricas, visto que este permanece sendo um campo pouco explorado na Ciência Política brasileira. (Lago e Rotta, 2013, p. 139).

Com isso, mesmo com os temas sendo explorados, por vários campos da Ciência Política, até o momento não se chegou a consenso sobre as razões evidentes para o êxito da reeleição, por parte dos deputados federais. No entanto, algumas teses vêm sendo formuladas e apontam para algumas relações que podem se pôr como sendo pertinentes, uma delas as chamadas políticas distributivas. Esse tipo de política é mencionado desde MAYHEW (1974), como tendo um forte impacto na chance de o parlamentar ser reeleito.

Essa perspectiva é contestada por Samuels (2000), na qual mesmo acreditando que os arranjos político-institucionais no Brasil não estimulariam a reeleição, esse tipo de política não adiantaria para o êxito do incumbente, mas seria o gasto com as campanhas eleitorais.

Samuels (idem) argumenta que os arranjos político-institucionais no Brasil não estimulam tanto a reeleição, e que as políticas distributivas, das quais lançam mão os deputados, exercem pouco impacto nas suas chances de sucesso em eleições futuras. Ao contrário, o fator de maior influência sobre as chances de reeleição seria o montante dos gastos de campanha e não o distributivismo do mandato do parlamentar. O que potencializaria as chances do deputado de voltar ao Congresso seria mais a quantia de dinheiro gasta diretamente com sua campanha do que o montante de recursos federais transferidos por sua influência (*pork barrel*). (LAGO e ROTTA, 2013, p. 141).

No entanto, mesmo Samuels (2000), partindo dessa análise sobre a reeleição e dos gastos de campanha, ele mesmo afirma que é difícil nos estudos atuais, verificar que exista uma tendência clara entre ambas, pois até o momento os estudos e pesquisas não conseguiram categoricamente afirmar nenhuma das duas, como sendo correlacionadas.

Partindo da análise da política distributiva, seria o que conceitualmente a Ciência Política, coloca como sendo o *“pork barrel”*, é a forma na qual um deputado se utiliza dos recursos federais para angariar apoio em suas bases eleitorais. Partindo dessa premissa, o deputado que gasta maiores verbas e utiliza o

orçamento através de políticas públicas⁸, sejam elas desde o asfalto de uma rua, até a construção de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), seriam atrativos que possibilitam que o mesmo tenha maiores chances de reeleição.

Esse tipo de política vem se mostrando vantajosa, para determinados autores como o Ames, que enxerga na política distributiva, um grande fator para a reeleição dos deputados federais, onde as mesmas dão vantagem para o candidato à reeleição. Para,

Ames (1995a; 1995b) argumenta que são eleitoralmente muito importantes as vantagens do candidato que tenha conseguido transferir recursos, especialmente do orçamento federal, cujo destino tenha beneficiado localidades ou distritos específicos. Consolidar a imagem de um deputado que “lutou pelos seus eleitores”, pela sua região ou cidade, traz decisivos ganhos eleitorais, aumentando as chances de sucesso nas tentativas de reeleição. O distributivismo estaria a potencializar as chances de reeleição. (LAGO e ROTTA, 2013, p. 141).

Essa perspectiva trazida por Ames (1995), aponta que o orçamento federal, destinado às benesses das bases eleitorais dos deputados, em uma espécie de “luta” pelos eleitores trazem uma vantagem competitiva aos demais, que não conseguem atrair recursos e não destinam as verbas de maneira qualificada e presente na vida dos cidadãos.

O uso das emendas parlamentares ganha relevância nas discussões por parte dos pesquisadores brasileiros, como sendo um mecanismo importante para a consolidação da reeleição. Neste sentido, autores como,

(...) o Pereira e Rennó (idem) defendem que, dadas as características institucionais do sistema político brasileiro, os eleitores são levados a dar mais importância aos benefícios locais oriundos da atuação parlamentar do deputado do que a questões mais amplas do cenário político nacional e, neste sentido, o nosso sistema se pareceria bastante com o modelo estadunidense, de voto distrital. (LAGO e ROTTA, 2013, p. 141).

Para eles, o funcionamento do sistema político brasileiro se relaciona com a política estadunidense, muito devido aos deputados federais terem a sua base consolidada em determinadas localidades, fazendo com que o voto esteja ligado aos benefícios locais dados pelos parlamentares aos seus eleitores.

Dessa forma, as proposições orçamentárias dos parlamentares fazem com que as discussões e o debate realizado no cenário legislativo fiquem em segundo

⁸ Para uma maior compreensão sobre as políticas públicas e o orçamento, que não é a esfera do trabalho, uma obra lida pelo presente autor é a: <https://www.scielo.br/j/ram/a/9ZK4sxbDFJxBhbzcywj5nkN/?lang=en>

plano, importando mais, o formato e a intensidade com que eles se utilizam da máquina pública, com o intuito de agradar as suas bases eleitorais.

Neste sentido, os posicionamentos e a postura legislativa perde o foco, quando se trata dos benefícios locais ao eleitores, que sentem um maior retorno neste tipo de postura do agentes político. Sendo assim, Pereira e Rennó (2001) veem que “[...] a distribuição de benefícios locais proporciona muito mais retornos eleitorais do que as atividades legislativas dentro da Câmara ou as posições de voto assumidas em relação a uma determinada política” (ibidem). (LAGO e ROTTA, 2013, p. 142).

Como dito anteriormente durante essa seção, a carreira eleitoral é importante para todo o político, e para que o mesmo consiga ter êxito, nesse caso de reeleição, determinadas dinâmicas são vitais para a consolidação eleitoral, se reelegendo para o mesmo cargo de maneira consecutiva.

Muitos dos autores como Pereira e Rennó, que se contrapõem a essa ideia de que as políticas distributivas têm algum destaque no cenário legislativo, acabam não fazendo a relação com as funções legislativas que também merecem destaque. Esse tipo de função é que na Ciência Política é chamado credit claiming, ou seja, o papel na qual o parlamentar faz do seu mandato, com a iniciativa de chamar a atenção do público, ou de uma alta promoção das suas realizações, enquanto deputado federal.

Para Pereira e Rennó (2001), alguns

(...) apenas trabalham com a tentativa do deputado de capitalizar a atenção ou de se promover em função de alguma realização (credit claiming), deixando de lado a distribuição efetiva dos benefícios particularizados representada pela execução das emendas, bem como a tomada de posição do parlamentar no exercício de suas atividades legislativas. (PEREIRA e RENNÓ, 2001, p.330)

Dessa forma é importante que se analise não apenas o papel desempenhado pelo deputado durante a sua função legislativa, mas relacionar isso, com a execução orçamentária, que se torna um fator importante para a reeleição do mandatário.

O presente trabalho é o oposto da proposição dos autores acima, pois as emendas ganharam um grande destaque no cenário nacional, com debates públicos acerca da temática. Obviamente não desconsideramos os demais fatores, para que um político seja reeleito, contudo o foco será no contexto do Pork Barrel.

Com isso, para uma análise da reeleição é importante o contexto do Pork Barrel, mas também do credit claiming, como dinâmicas que possibilitam uma maior facilidade para a reeleição do deputado federal, já que para “Pereira e Rennó (2007) deputados que conseguem a liberação de mais emendas têm mais chances de

reelegerem-se e concluem, então, que a liberação de emendas seja a principal causa da reeleição. Contudo, essa relação de causalidade não é clara.” (apud, LAGO e ROTTA, 2013, p. 142).

A análise feita por esses dois autores, um dos principais da discussão sobre a reeleição no Brasil, para muitos autores carece de uma maior quantificação e dados mais esclarecidos para os leitores, muito devido ao tempo de análise, que como dito é recente o debate sobre a reeleição no país, já que os dados contemplados nessas obras, não conseguem deixar claro se de fato o uso orçamentário tem um papel primordial na reeleição. Para Mesquita (2008), Pereira e Rennó (2007),

Não investigam, aponta a autora, nem se a reeleição foi conseguida por causa dessas emendas, nem se elas foram capazes de aumentar seus votos naqueles municípios mais do que nos outros que não receberam emendas, ou que as receberam mesmo não estando entre os que são de maior importância para o deputado. (LAGO e ROTTA, 2013, p. 143).

Na análise dos autores, eles não conseguiram partir da premissa de que o uso das emendas de fato foi relevante para a reeleição dos deputados federais, pois não houve um estudo mais aprofundado sobre a capilaridade das emendas, junto aos municípios que deveriam ter sido analisados, de um ano para o outro.

Portanto,

(...) não testa a relação entre emendas destinadas a um eleitorado e crescimento de votos entre este mesmo eleitorado. As unidades de agregação são distintas. Os votos que contam para a reeleição são obtidos em todo o estado, não se podendo descartar que a votação no município escolhido não tenha se alterado entre as eleições consideradas. Provavelmente, os resultados obtidos estão sendo determinados por fatores intervenientes. (MESQUITA, 2008, p. 26).

Para Mesquita (2008), são várias nuances por trás da reeleição, e que não se consegue determinar apenas um fator como sendo primordial para o deputado se reeleger. Inclusive para a autora, que faz uma análise sobre a relação das emendas parlamentares e a reeleição dos mesmos, os números não refletem a realidade das emendas como sendo vitais para o êxito eleitoral.

Segundo Mesquita (2008), as taxas de reeleição são maiores entre os deputados federais que fazem parte do escopo oposicionista, e são os que possuem as menores verbas de orçamento⁹ por parte do Governo Federal. O oposto vem dos

⁹ Atualmente existem 3 tipos de emendas na qual os parlamentares podem usar para atender as demandas dos seus redutos eleitorais, sendo eles: Emendas Individuais, Emendas de Bancada, Emendas de Comissão. Emendas individuais: nesse tipo de transferência, o dinheiro chega à conta da prefeitura ou estado sem vinculação com qualquer tipo de gasto relacionado a projetos, embora não possa ser utilizado em despesas de pessoal e 70% dele devam estar ligados a investimentos.

que são da base do governo, onde tem o maior uso da destinação das emendas parlamentares, no entanto, não conseguem ter os mesmos índices de reeleição da oposição.

Vale salientar, que a autora tampouco consegue verificar de fato quem são os integrantes da base governista, muito devido aos segmentos presentes no Congresso Nacional, com pautas distintas por vezes do Governo Federal. A análise seria apenas daqueles que votam mais com o governo e daqueles que não votam em quase nada, nas proposições governistas, ou apenas na linha partidária, daquelas siglas que fazem parte do escopo da Esplanada dos Ministérios.

Neste sentido, mesmo apontando inúmeros fatores como sendo condicionantes, a mesma não consegue esclarecer de fato, o melhor mecanismo usado para se alcançar a reeleição, no âmbito dos deputados federais.

Partindo dessa perspectiva, se verifica que o uso das emendas e a distribuição, pode variar de parlamentar para parlamentar, variando de acordo a sua influência junto ao Congresso Nacional, ou ao Governo Federal, segundo o Lago e Rotta (2013). Sendo assim, não é apenas a base governista que consegue angariar maiores verbas, mas sim aquele deputado federal que tem prestígio junto aos seus pares, ou até mesmo no âmbito dos partidos políticos.

Isso entra em contraposição a linha elencada por Pereira e Rennó (2007), na qual vê que,

(...) votar de acordo com as indicações da Presidência não exerce impacto direto nas chances de reeleição, mas contribui para aumentar a probabilidade de ter as emendas orçamentárias executadas, o que por sua vez possui impacto positivo sobre a reeleição. (LAGO e ROTTA, 2013, p. 142).

Portanto, a relação entre ser base do governo ou não acaba não impactando na reeleição dos deputados federais, no entanto, ajuda para que eles consigam angariar verbas orçamentárias de forma mais fácil, do que aqueles que têm uma maior dificuldade de se relacionar com o Governo Federal.

Emendas de bancada: Para as emendas de bancada, são consideradas ações prioritárias as que se destinem a políticas públicas de 20 áreas, entre elas educação, saneamento, habitação, saúde e adaptações às mudanças climáticas. Emendas de Comissão: são apresentadas pelas comissões permanentes do Senado e da Câmara. A norma estabelece que tais emendas deverão identificar de forma precisa o seu objeto, sendo vedada a designação genérica de programação que possa contemplar ações orçamentárias distintas. Pelo menos 50% das emendas de comissões serão destinadas a ações e serviços públicos de saúde, a partir de orientações e critérios técnicos indicados pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS).

A hipótese distributivista, segundo a qual as emendas orçamentárias estão entre os principais recursos dos quais se utilizam os deputados para manter redutos eleitorais, é mais pressuposta do que comprovada. Ela tornou-se uma espécie de “lugar comum”, embora ainda não tenha sido efetivamente comprovada em testes empíricos. (Lago e Rotta, 2013, p. 144).

Com isso, não dá para confirmar que o uso orçamentário tem algum impacto eleitoral, no âmbito da reeleição, porém se verifica que alguma influência parece ter alguma perspectiva importante no contexto eleitoral, o que vamos tentar apurar no capítulo 2.

Em geral verifica-se que o grau de reeleição cresce de maneira consistente ao longo dos anos, com o grau de institucionalidade cada vez mais presente no cenário político brasileiro, como colocado por Pegurier (2011).

Verificando, o modelo de sistema político brasileiro, partidos de centro e da direita são predominantes no contexto legislativo, onde grupos de elites angariam posições nas esferas de poder, e partiram da premissa de que era fundamental, os recursos para que os mesmos se mantivessem no poder.

Para Shefter (1994), no período da redemocratização em 1985¹⁰, grupos ideológicos ligados à centro-direita, priorizaram o uso dos recursos, mesmo não tendo relação entre as políticas particularistas, e a reeleição. Isso vem fruto de uma perspectiva das posições governamentais exercidas, ou seja, não necessitando de fato se reeleger, mas controlar a verba pública, junto à população.

O poder exercido por esses grupos, aponta o quanto estar ligado ao centro político pode ser um outro mecanismo usado para conseguir se reeleger, no chamado “casework”. Sendo assim,

Parlamentares cujos partidos participam do gabinete presidencial podem, por exemplo, se beneficiar de atividades de casework, intermediando a celebração de convênios entre o ministério e as prefeituras dos seus redutos eleitorais, ou atuando junto à burocracia dos bancos federais para agilizar a concessão de empréstimos aos financiadores da campanha. Esse tipo de atividade não passa pelo Legislativo, mas certamente constitui parte relevante das atividades parlamentares (Inácio, 2011). (BORGES e FILHO, 2016, p. 6).

Dessa forma, a ligação entre os grupos parlamentares e as burocracias existentes no âmbito federal, estadual e municipal pode ser benéfica para aqueles que desejam se reeleger, enquanto deputados federais. Essa dinâmica, facilita no

¹⁰ É vital que nos estudos sobre o sistema políticos brasileiro, se tenha um novo marco que são os partidos políticos, desde o período da redemocratização. Para isso é importante colocar uma obra que de maneira sucinta explora o assunto: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TRX4pZVDLsyGgYkmPPnFtqn/?lang=pt>

contexto dos financiadores de campanha que podem ajudar a impulsionar a candidatura desses players, ou até mesmo, as parcerias provenientes de bancos e órgãos públicos, às prefeituras e nos Governos Estaduais e Federais.

Com isso, verifica-se que esse casework, que é esse acesso às autoridades com alto grau de poder, pode ser benéfica para as ambições de cada um dos deputados que desejem se reeleger. Neste sentido,

(...) argumentamos que o acesso a cargos e recursos públicos nos planos federal e estadual impacta as escolhas de carreira dos deputados federais. Em termos mais precisos, a interseção, em cada distrito, entre os posicionamentos dos partidos em relação às coalizões governativas federal e estadual tem efeitos de grande relevo sobre as vantagens competitivas esperadas na disputa por cargos no Executivo e no Legislativo. (Júnior, Paranhos, Britto, Filho, Nascimento e Lima, 2019, p. 6).

A correlação de forças entre as esferas de poder, resulta na ambição estática dos deputados federais, já que segundo Samuels (2003), tanto os governadores, quanto os líderes dos partidos políticos vão influenciar diretamente, na escolha das candidaturas, destinação de verba, e conseqüentemente na reeleição dos deputados federais.

Isso devido a competição envolvida na Câmara dos Deputados, através da disputa para a presença em comissões, relatorias, presidências e lideranças. Em geral percebe-se que a linha adotada pelos parlamentares, visa atender as questões locais e, portanto, das suas bases eleitorais, de alguma forma, como elencada por Ames, Baker e Rennó (2008).

Porém, é importante salientar que todos os cargos exercidos, seja subnacionais eletivos e não eletivos, podem atrair a busca da reeleição, mostrando um outro fato importante, e importante de salientar, enquanto mecanismo presente nos índices de reeleição. Para Bourdoukan (2006), a obtenção desses cargos pode ajudar o candidato, em algum momento da sua carreira na Câmara Legislativa, a conseguir se reeleger.

Pensando nessa análise, quando um determinado deputado, em um outro momento da sua carreira, opta por alguns cargos, o grau de influência, junto aos cidadãos, e aos demais grupos políticos, pode ser vantajoso, quando o mesmo deseja a reeleição, em outro momento da sua carreira. Duas razões estão postas para isso, a primeira é o grau de conhecimento que o mesmo ganha ao eleitorado; e, em uma segunda característica é a busca de novos atores que possam o apoiar.

Os desejos e as opções de carreira, quando se analisa a reeleição, passa por ser membro da coalizão do governo federal, uma outra característica posta pelos pesquisadores, mas aqui, se diferenciando de Mesquita (2008), a relação com a esfera estadual ganha uma maior visibilidade de atenção. Isso, pois:

A propensão a buscar a reeleição deve ser mais alta entre deputados membros da coalizão de governo na esfera federal, e mais baixa entre aqueles que se encontram na oposição nas duas esferas de governo. Parlamentares de oposição ao governo federal, porém de situação na esfera estadual, encontram-se em posição intermediária no que diz respeito à probabilidade de disputar a reeleição. (BORGES e FILHO, 2016, p. 9).

Portanto, “os governadores e outras lideranças partidárias estaduais são atores influentes no estágio de definição de candidaturas ao Legislativo federal (Samuels, 2003, apud, Borges e Filho, 2016, p. 6).

Outros fatores, para que o parlamentar consiga se reeleger, é a noção de quociente eleitoral, e a relação entre o governo estadual, ser base ou não do governo federal, e a troca de legenda. Todos esses fatores, influenciam os deputados federais, que:

(...) veem suas chances de se reeleger aumentadas frente aos demais os parlamentares que são titulares, que obtiveram maior proporção do quociente eleitoral no pleito anterior, que pertencem ao partido do governador eleito em seu estado e que são de partidos de oposição ao executivo federal. Trocar de legenda diminui as chances de sucesso na reeleição” (MESQUITA, 2008, p. 57).

Dessa forma, analisar esses quesitos, podem dar ao deputado federal, uma grande oportunidade de se reeleger.

Além desses fatores, trazemos como foco a chamada “Teoria dos Jogos¹¹” que tem um papel fundamental para conseguir o êxito da reeleição. Em geral, essa teoria, conforme posto por, Mas-Colell, Whinston e Green (1995), verifica as relações multipessoais, e não apenas o comportamento individual do parlamentar. No caso, o deputado vê que não depende apenas dele, para conseguir se reeleger, mas de outros indivíduos pertencentes ao cenário político, em uma relação de interdependência.

O jogo é a representação formal de uma situação em que um número de indivíduos interage em um esquema de interdependência estratégica. (MAS-

¹¹ A “Teoria dos Jogos” é uma temática extremamente complexa, com vários aspectos envolvidos, na qual seria impossível trazer para o debate desse trabalho. Dessa forma é primordial que se leia: https://economics.ut.ac.ir/documents/3030266/14096857/Mas-Colell%20A.%2C%20Whinston%20M.%2C%20Green%20J.%20%20Microeconomic%20Theory_OF.pdf

COLELL, WHINSTON E GREEN, 1995, p.219, tradução das autoras). (MORAIS e KOPIK, 2019, p. 2).

É, portanto, um jogo de interdependência dos agentes políticos, que optam por dois cenários: o não cooperativo e o cooperativo, que segundo as autoras pode se considerar como sendo:

Em jogos não cooperativos, cada jogador sabe que seu payoff depende estrategicamente não só de suas ações como das ações de seu oponente e decidirá qual estratégia irá adotar de modo a maximizar seu ganho (MAS-COLELL, WHINSTON, GREEN, 1995). Já em jogos cooperativos, os jogadores podem combinar estratégias ou fazer acordos convergentes (binding agreements) sobre a distribuição dos payoffs (PELEG, SUDHÖLTER, 2007). (MORAIS e KOPIK, 2019, p. 2 e p. 3).

Os dois modelos propostos remetem à reeleição, a partir de alguns cenários. Quando um deputado, vê que joga teoricamente sozinho, ele observa as suas ações no cenário político, e a do seu oponente, para que dessa forma ele decida, qual é a melhor ação, a fim de se reeleger.

No segundo cenário, ele joga em grupo e, portanto, a partir dos acordos entre os grupos, na qual o deputado está inserido, ele consegue fazer as melhores estratégias para conseguir se reeleger.

Para participar desse jogo é importante, compreender o funcionamento desse, e como estão inseridos os jogadores:

(...) quatro elementos são necessários para um jogo ser formado: i) jogadores - quem está envolvido; ii) regras do jogo - quem se move quando, o que se sabe sobre esses movimentos e o que os jogadores podem fazer; iii) resultado do jogo - para cada conjunto de ações disponível para os jogadores, qual é o resultado do jogo; iv) payoffs - quais são as relações de preferências dos jogadores, ou seja, quais são suas funções utilidade, sobre cada resultado possível do jogo. (MORAIS e KOPIK, 2019, p. 3).

É a partir do jogo, que as escolhas dos deputados federais, que buscam a reeleição, conseguem fazer as suas opções.

Um outro fator, inserido na “Teoria dos Jogos” é a relação com os ciclos políticos, como colocado por Morais e Kopik (2019). Basicamente a eleição é o único fator importante para as ações dos agentes políticos, como exemplifica Bender, Nakaguma (2006)

(...) os políticos manipulariam as políticas públicas de modo expansionista para sinalizarem sua “competência” ao eleitorado, objetivando a reeleição. Este tipo de modelo surge apenas quando existe a reeleição, o que permitiria tal comportamento oportunista. É claro que tal efeito não se dá de maneira integral, a medida que ele é atenuado pelo controle político do eleitorado, através dos próprios votos, o que restringe o uso discricionário de políticas públicas com finalidade eleitoral, bem como pelas próprias leis orçamentárias. (BENDER, NAKAGUMA, 2006, p. 34).

Em geral, se verifica a enorme complexidade envolvida na reeleição de um deputado federal, com inúmeros fatores envolvidos, e com várias perspectivas trazidas pelos mais variados autores.

Contudo, para a demarcação desse trabalho, a nossa principal linha a ser seguida é a política distributivista, através do conceito do pork barrel. Dessa forma, vamos verificar o uso orçamentário, e o impacto do mesmo na reeleição do deputado federal.

É importante salientar que como apontado durante todo o trabalho, são vários os contextos, que podem fazer com o candidato seja reeleito, no entanto, algumas linhas adotadas me parece como sendo mais práticas, ou seja, viáveis de serem comprovadas, como o pork barrel.

Na próxima seção, vai se analisar conceitos apresentados aqui nesta seção, e que influenciam e direcionam o trabalho no contexto da reeleição.

1.2 A dinâmica do orçamento no Brasil: as linhas da reeleição para o uso das emendas

Da introdução a esta seção, verifica-se que toda a análise feita sobre a política eleitoral, passa necessariamente por uma compreensão do sistema eleitoral e político de um determinado país, que no caso do trabalho contempla o Brasil, e o seu próprio sistema político eleitoral.

A democracia enquanto modelo de governança, requer um arcabouço eleitoral, que passa por uma regulação constitucional e de órgãos que possam garantir a viabilidade e a confiança das eleições. Para Avelar e Cintra (2004), a democracia está ligada a toda a concepção de soberania do povo, e sendo assim a participação não apenas fortalece as instituições democráticas, mas acaba sendo para cada indivíduo, a consolidação da cidadania.

Ao longo da história brasileira inúmeros sistemas foram implementados nas eleições livres, porém o que se vive atualmente no país, enquanto democracia, percebe-se o mais longo dos sistemas, mesmo que passando por reformas consideráveis, como coloca Mesquita (2022), que garantem as eleições, em todos os graus possíveis, sejam municipais, estaduais e no âmbito federal.

Desde 1932, o país vive sobre a ótica do sistema proporcional como modo de escolha para os membros do poder legislativo, através do Código Eleitoral de 1932¹², que foi aprimorado, no ano de 1935 (RICCI e SILVA, 2016). Mesmo no período do regime militar (1964-1985)¹³, esse modelo permanece como sendo fundante para o legislativo nacional. É após a Constituição de 1988 ¹⁴que esse modelo começa a ganhar novas facetas, e o estabelecimento de um novo Código Eleitoral. Com isso,

No Brasil, a eleição para a Câmara de Deputados é feita por representação proporcional, com listas abertas. Nesse sistema, as cadeiras são distribuídas em proporção à porcentagem do total de votos que cada partido recebe. Porém, como a grande maioria dos eleitores apóia candidatos, em vez de partidos, a eleição depende basicamente da capacidade dos candidatos de obterem votos para si próprios. (Leoni, Pereira e Renno, 2003, p. 48).

Nas primeiras eleições legislativas em 1990 e 1993, na chamada Nova República partiam de alguns princípios, como elencado por Mesquita (2022). A primeira se refere a representação política que era de monopólio dos partidos políticos; em segundo, permanecia o sistema proporcional para a eleição legislativa; em terceiro, a formação de coligação; já em uma quarta análise explanada pelo o autor, os candidatos que possuíam mandato poderiam concorrer de forma “nata”, sem a necessidade de se ter alguma convenção ou algo relacionado; numa quinta análise, os partidos não precisavam garantir um desempenho mínimo nas eleições.

Como Mesquita, 2022 explica em sua obra, essa dinâmica permanece até a aprovação de uma nova configuração na disputa eleitoral,

As primeiras mudanças nas especificações do nosso sistema proporcional de lista aberta acontecem com a aprovação da Lei n.9504 de 1997, a Lei das Eleições. (MESQUITA, 2022, p. 36)

No período mencionado, na qual passa por uma mudança significativa, para aqueles que gostariam de participar do jogo político (MESQUITA, 2022) explica que uma nova legislação passava a entoar no cenário, sendo que os partidos políticos só poderiam inscrever o candidato até uma vez e meia o números de lugares; caso

¹² Para acessar e verificar o modelo do Código Eleitoral de 1932, instituído na Era Vargas, segue o link: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹³ Para averiguar o regime militar e todo o arcabouço do sistema políticos que vigorava na época, é importante a leitura de: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/alteridade/article/download/42/37/135>

¹⁴ Na mudança do período da redemocratização e as novas facetas do sistema político brasileiro, a leitura do Código Eleitoral, e o sistema político, segue: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/constituicao-federal/1988/constituicao-federal-de-1988>

necessário, as coligações seriam correspondentes até duas vezes o número dos cargos em disputa; os partidos políticos não excederiam 20 candidatos; e cada partido deveriam reservar no mínimo 30% das vagas de cada sexo.

Essa alteração, permitindo o registro de maior número de candidatos, também facilitaria aos partidos a obtenção dos votos necessários para garantir o cumprimento do QE e assim assegurar sua presença e funcionamento parlamentar. Parece-nos que essas duas alterações tentam minimizar os efeitos das regras estabelecidas pela Lei n.9.096 de 1995, a Lei dos Partidos Políticos, que em seu artigo 13 estabelecia uma cláusula de barreira ao funcionamento parlamentar dos partidos brasileiros e estabelecia, por seu complemento nos artigos 41 e 48, acesso limitado aos recursos públicos. (MESQUITA, 2022, p. 37)

Como informado anteriormente, as mudanças estruturais que impactam não apenas o sistema eleitoral, mas também a dinâmica orçamentária passa a ter novas configurações no ano de 2015¹⁵, na qual é aprovada a Lei n.13.165, que prevê a diminuição no número de candidatos que cada partido/coligação poderá registrar.

Como posto, pelo Tribunal Superior Eleitoral, a Lei 13.165/2015, também conhecida como Reforma Eleitoral 2015, alterou diversos pontos da legislação eleitoral. Uma das primeiras alterações é sobre a cassação de registro, na qual as decisões dos Tribunais Regionais sobre quaisquer ações que resultem em cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os integrantes.

O Congresso também alterou o registro de candidatura, em que todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem ser julgados pelas instâncias ordinárias, e estar com suas respectivas decisões publicadas, até 20 dias antes da data das eleições.

A Reforma Eleitoral 2015 alterou as regras de cálculo dos candidatos eleitos nos pleitos proporcionais, que inclui as eleições para deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador. Entre os candidatos registrados por um partido ou coligação, estarão eleitos os que tenham obtido votos em número igual ou

¹⁵ Como informado, reformas no sistema eleitoral foram efetuadas pelo Congresso Nacional, no ano de 2015, através da lei 13.165/2015, com a prerrogativa de ser utilizada no próximo ano eleitoral, no caso, nas eleições municipais de 2016. Veja os principais pontos alterados do Código Eleitoral, que tem um grande peso, na estrutura do sistema político brasileiro. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Outubro/serie-reforma-eleitoral-2015-conheca-os-principais-pontos-alterados-no-codigo-eleitoral>

superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Essa mudança na lei também passa a exigir um desempenho mínimo individual dos candidatos na tentativa de mitigar o então chamado ‘Efeito Tiririca’.” (MESQUITA, 2022).

Para MESQUITA e CAMPOS (2019), essas mudanças realizadas foram uma linha errônea de análise por parte do Congresso Nacional, já que essa transferência de votos por parte daqueles candidatos considerados fortes, não tinham um forte impacto dentro da lista partidária.

Entre todos os eleitos nos pleitos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 apenas 9 deputados federais foram eleitos com votação inferior a 10% do quociente eleitoral de seu estado. Desses 9 casos 5 são deputados eleitos pelo PRONA no estado de São Paulo em 2002, “carregados” pela transferência de votos de Enéas Carneiro. (MESQUITA e CAMPOS, 2019, p. 62).

Sobre o aspecto que tornei explícito anteriormente, passa por um debate legislativo, sobre o papel que cada parlamentar tem em todo o cenário posto. O debate sobre os partidos políticos, sistema eleitoral e conseqüentemente os candidatos, têm uma profunda investigação por parte dos pesquisadores, no âmbito nacional e internacional, já que isso impacta diretamente as eleições e o voto popular.

Ao analisar o sistema eleitoral NICOLAU e SCHMIDT (1995), verificam uma existe uma possível dinâmica que eles chamam de “efeito mecânico de Duverger”, na qual é a tendência que todos os sistemas eleitorais em prática nas democracias têm de sub-representar os menores partidos e sobre-representar os maiores. (NICOLAU e SCHMIDT, 1995, p. 131).

Quando se analisa os partidos com os membros reeleitos, se percebe que são os mesmos, e que raramente passam por mudanças nas eleições. Aqueles partidos com uma estrutura partidária maior e de grande relevo, tendem a conseguir maiores perspectivas de reeleição para os seus quadros.

Para eles, quando se analisa as cadeiras postas por cada partido político e os votos, se percebe o quanto os maiores partidos angariarão mais votos, e conseqüentemente, facilitam para aqueles quadros pertencentes a eles. O inverso também ocorre, quando se vê a sub-representação dos partidos menores no âmbito legislativo (NICOLAU e SCHMIDT, 1995, p. 131).

Toda a dinâmica do voto do eleitor e a escolha por parte de um determinado candidato, vem através de um bom sistema eleitoral, na qual esteja bem estruturado, e as clivagens sociais estabelecidas em cada um dos ambientes disputados.

Para muitos dos pesquisadores, e aqui mencionamos Leoni, Pereira e Renno (2003), o sistema eleitoral brasileiro não é um modelo na qual fundamenta uma competição dos candidatos, com a finalidade ideológica e de planos concretos junto a população, pelo contrário, o sistema vigente no país, é um modelo que auxilia os personalistas, na qual os eleitores escolhem aqueles que mais se identificam, e não por um modo concreto de ideias. Dessa forma,

(...) o sistema eleitoral brasileiro, o mecanismo de seleção dos candidatos e algumas regras partidárias criam incentivos para um comportamento individualista e antipartidário. (Leoni, Pereira e Renno, 2003, p. 48).

Mesmo com essa individualidade por parte dos candidatos, e esse caráter antipartidário, ou seja, que não importa a legenda onde eles estejam, a sua performance eleitoral, pode ser exitosa.

Em geral o sistema partidário brasileiro incentiva essa situação, como elencado por,

Pereira e Mueller, por exemplo, concordam com as interpretações tradicionais sobre os incentivos personalistas provenientes da arena eleitoral, e afirmam que “de um lado, as regras eleitorais (...), o multipartidarismo e o federalismo agem descentralizando o sistema político (2003:737-738) (SILVA e FONSECA, 2023, p. 820).

Um dos efeitos da individualização das campanhas para o Legislativo é que o eleitor vota prioritariamente nos candidatos e não nos partidos. (NICOLAU e SCHIMIDT, 1995, p. 144).

Essa posição é contraposta por outros autores que enxergam o sistema político brasileiro como sendo vantajoso,

Já Sartori reconhece como fundamentais, o padrão de distribuição geográfica do voto, a presença de clivagens sociais e a existência de um sistema partidário estruturado. (NICOLAU e SCHIMIDT, 1995, p.133)

O que se percebe é um certo consenso sobre o funcionamento dos sistemas eleitorais, como sendo vitais para a reeleição, independente de qual for a forma na qual o eleitor escolhe os seus representantes e, portanto, o sistema político daquele determinado país. Para uma análise, sobre o modelo escolhido, parte da premissa dos distritos eleitorais, ou seja, o número de cadeiras que estão em disputa em um determinado local.

Como comentado anteriormente, o 'efeito mecânico de Duverger', aglutina as ideias matemáticas, dos modelos que conseguem uma maior performance partidária, e conseqüentemente, suprir os mais variados públicos. Aqui, partimos da premissa de que exista ideologia marcante em todos os partidos políticos, onde se vê linhas de pensamento, projetos e afins. Em um cenário democrático, quanto maior a representação partidária no legislativo, maior seria a representatividade dos eleitores, para isso, é importante compreender a amplitude que cada um dos sistemas tem. Com isso,

Há um consenso na literatura recente sobre sistemas eleitorais de que a magnitude do distrito eleitoral (M) - número de cadeiras de um distrito eleitoral - é o aspecto mais importante de um sistema eleitoral. A razão é simples: nos sistemas de representação proporcional, quanto maior M, menor o efeito mecânico de Duverger, e, portanto, mais fácil para um pequeno partido obter representação; quanto maior M, maior a tendência de os partidos receberem proporcionalmente tantas cadeiras quantos forem os seus votos. (NICOLAU e SCHIMIDT, 1995, p. 138).

Essa dinâmica impacta diretamente na escolha do eleitor, e o que se percebe é que no cenário brasileiro, a segunda análise dos autores, se contempla mais, pois no país, principalmente nos grandes centros, onde se concentra a maior parte da população, portanto, os distritos eleitorais, são maiores, os partidos políticos que têm uma maior representação junto a sociedade angariam a maior parte dos votos, e conseqüentemente, os parlamentares são os que mais recebem apoio dos eleitores nas eleições disputadas.

Essa dinâmica partidária, auxilia aqueles candidatos que almejam a reeleição. Como discutido anteriormente, os partidos mais fortes tendem a suprimir os mais fracos, auxiliando aqueles candidatos que almejam se reeleger. Dois fatores, o coeficiente eleitoral e a máquina dos respectivos partidos políticos.

Verificando toda essa abordagem, compreende-se que exista apenas dois tipos de sistema de voto preferencial, onde os eleitores fazem a sua escolha, em determinado pleito analisado, sendo eles:

Há apenas dois tipos de sistemas de voto preferencial. No primeiro, apenas os eleitores decidem quais candidatos devem ocupar as cadeiras conquistadas por um partido. No segundo, a decisão resulta de uma combinação entre ordenamento partidário e escolha eleitoral – normalmente com ênfase no segundo fator. (NICOLAU e SCHIMIDT, 1995, p. 143).

No país como salientado anteriormente, o sistema é o proporcional de lista aberta, onde os partidos políticos escolhem cada um à sua maneira, porém

respeitando as diretrizes do TSE, e das normas constitucionais, através de convenções, os candidatos que vão disputar os pleitos.

Porém, existe uma dependência dos partidos em lançar aqueles que são mais fortes do ponto de vista eleitoral, ou seja, aqueles que têm maiores chances de vitória. No caso, mesmo com todo o regramento possível,

(...) embora as convenções tenham autoridade formal sobre a seleção de candidatos, elas quase sempre ratificam acordos que foram feitos por dirigentes do partido e autoridades do governo antes da realização da convenção. (MAINWARING, 1999, p. 249).

Nesse caso, os eleitores ao irem votar optam por aqueles que mais lhe chamam a atenção, verificando a identificação entre eles e os votantes. A performance de cada um deles, como mencionado, acaba não sendo uma dinâmica partidária, mas sim uma visão entre os candidatos e o seu eleitorado, através de determinadas benesses, incluindo as emendas.

Sendo assim, o sistema de lista aberta, permite:

(...) à criação, por parte dos candidatos, de lealdades extrapartidárias com clientelas específicas do eleitorado (bases territoriais, grupos profissionais, segmentos sociais). Passadas as eleições, os eleitos estabelecem mecanismos, geralmente extrapartidários, de atendimento a essas clientelas. (NICOLAU e SCHIMIDT, 1995, p. 146).

As satisfações dos eleitores são importantes para que o candidato consiga se eleger e se reeleger, na disputa eleitoral, dessa forma compreende-se o quanto que por parte dos deputados, as bases são importantes, e no caso, o sistema eleitoral é vantajoso, nas eleições.

Tanto as frequentes viagens dos deputados federais para os seus estados, para não "abandonarem as suas bases", como os efeitos mais letais de alocação orçamentária de recursos da União para suas circunscrições eleitorais, podem ser interpretados como formas de satisfação de demandas de clientelas de campanha. (NICOLAU e SCHIMIDT, 1995, p.146)

Como dito durante o início desse capítulo, entender o sistema eleitoral e o seu funcionamento, é vital para que possa se analisar a reeleição dos parlamentares, que estão inseridos nesse contexto.

Verifica-se, portanto, que o sistema eleitoral auxilia os parlamentares que buscam a reeleição, enfraquece os partidos políticos, e torna uma dependência muito visível entre o candidato e o eleitor.

Além desse fator, do sistema eleitoral, o uso orçamentário, ganha uma grande visibilidade, por ser um mecanismo que atende as bases eleitorais dos candidatos postos, como alguns pesquisadores elencam em suas obras. Verifica-se então, que:

A aplicação das emendas ao orçamento público é um instrumento de representatividade das demandas regionais e locais de formação do orçamento público (Lemos, 2013; Nicolau, 2017). (SILVA e FONSECA, 2013, p. 271).

O orçamento é uma discussão de décadas nas mais variadas literaturas, internacionais e brasileiras, com várias linhas evidenciadas seja na Economia, quanto na Ciência Política. Em uma análise sobre as mais variadas perspectivas e ótica sobre o uso desta, é importante para se entender o uso do dinheiro público e o papel do Estado nesse debate.

No mundo contemporâneo, a economia ganhou uma importância ainda maior, devido as taxas de crescimento populacional, os direitos consolidados ao longo do século XX, o Estado presente na vida da população, as mais variadas questões envolvidas nesse processo, e afins.

Partindo desses princípios, após a década de 1970, com a crise do petróleo, o debate sobre o endividamento dos Estados, ganha uma maior visibilidade, e o papel do legislativo, no intuito de controlar a demasia dos gastos dos governos. Com isso, compreende-se que,

Nas décadas de 1970 e 1980, a economia de vários países em todo o mundo conviveu com um quadro de forte desequilíbrio fiscal, decorrente da piora nos níveis de endividamento dos governos, algo que se evidenciou de forma mais aguda nos países subdesenvolvidos. (AZEVEDO, 1997, p. 326).

Esse debate vai ser central na compreensão sobre o uso do dinheiro público por parte da classe política. Na nossa análise, que é acerca dos deputados federais, é importante a compreensão do como o uso orçamentário é vital na consolidação da relação legislativo e executivo, e o impacto desta em anos eleitorais.

Para o legislativo, o orçamento nada mais é do que as emendas parlamentares:

Ressalta-se que a emenda parlamentar é uma ferramenta de alocação de verbas públicas, ou seja, os deputados e senadores podem propor projetos, ações e atividades vinculados aos ministérios, bem como a órgãos do poder executivo para determinadas localidades (Nicolau, 2017), geralmente, destinadas aos seus redutos eleitorais. Esse poder é atribuído aos referidos agentes políticos (deputados e senadores) por serem os representantes eleitos pelo povo, sendo que as suas vivências e proximidades com os territórios podem auxiliar a aplicação de recursos com maior eficiência. (SILVA, 2023, p. 266).

Basicamente podemos entender as emendas parlamentares, como sendo um instrumento do parlamento para uma participação no processo de elaboração do orçamento anual. Todo o ano, o poder executivo elabora o orçamento que será

destinado às mais variadas áreas da vida pública, como saúde, educação, transporte e afins. Essa elaboração conta com o auxílio e a aprovação ou não do legislativo, que pode acrescentar, suprimir e até modificar o projeto de lei orçamentário encaminhado pelo Governo Federal.

É através das emendas, que os deputados federais e senadores alocam os recursos públicos, seja para o seu eleitorado, mais precisamente seus redutos, mas também aos estados e municípios, assim como em instituições e órgãos na qual, acreditam ser os melhores meios de política pública junto à população. Portanto,

1) o processo orçamentário é estruturado de modo a sacrificar sobremaneira as políticas nacionais em nome das locais e particularistas devido ao espaço ocupado pelas emendas dos parlamentares ao orçamento; 2) isso porque os deputados se aproveitariam desse espaço para tentar levar verbas para seus redutos eleitorais através de suas emendas ao orçamento federal; 3) já que, por suposto, essa aplicação de recursos nos redutos teria relação direta com as taxas de sucesso em tentativas de reeleição; e 4) para conseguir a liberação das verbas para suas emendas, os parlamentares as negociariam direta e pessoalmente em troca de seu apoio em plenário aos projetos do Executivo – uma negociação no varejo com cada parlamentar, já que o interesse é pessoal e não partidário; 5) a fim de construir sua base de apoio parlamentar, o Executivo acabaria tendo que atender demandas orçamentárias contrárias às que gostaria, desfigurando sua própria agenda orçamentária.” (SILVA e FONSECA, 2023, p.822)

Sendo assim, os deputados federais reeleitos, que é o cerne do trabalho, apresentam as propostas de emendas ao orçamento encaminhado pelo poder executivo no momento da tramitação no Congresso Nacional. Para isso que isso ocorra, os parlamentares alteram o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)¹⁶, na qual passa pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) ¹⁷da Câmara dos Deputados, e após de aprovado na comissão é avaliado pelo colegiado completo dos congressistas (senadores e deputados). Caso aprovado, é encaminhado ao Executivo que sanciona, se tornando lei, naquele ano.

Como informado no início desta seção, as emendas são mecanismos importantes para os deputados, a fim de corroborar com as suas intenções enquanto mandatário. Mas, é importante salientar as diferenças cruciais que cada emenda tem

¹⁶Ver o que é a PLOA: [https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/projeto_de_lei_orcamentaria_anual_ploa#:~:text=O%20PLOA%20%C3%A9%20encaminhado%20ao,legislativa%20\(22%20de%20dezembro\).](https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/projeto_de_lei_orcamentaria_anual_ploa#:~:text=O%20PLOA%20%C3%A9%20encaminhado%20ao,legislativa%20(22%20de%20dezembro).)

¹⁷Ver o que é CMO: [https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/comissao-mista-de-planos-orcamentos-publicos-e-fiscalizacao-cmo#:~:text=noticias%2Flogo.png-,Comiss%C3%A3o%20Mista%20de%20Planos%2C%20Or%C3%A7amentos%20P%C3%BAblicos%20e%20Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20\(CMO\),LOA\)%20e%20demais%20mat%C3%A9rias%20or%C3%A7ament%C3%A1rias.](https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/comissao-mista-de-planos-orcamentos-publicos-e-fiscalizacao-cmo#:~:text=noticias%2Flogo.png-,Comiss%C3%A3o%20Mista%20de%20Planos%2C%20Or%C3%A7amentos%20P%C3%BAblicos%20e%20Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20(CMO),LOA)%20e%20demais%20mat%C3%A9rias%20or%C3%A7ament%C3%A1rias.)

no cenário legislativo, já que isso será vital para a compreensão sobre o uso delas em seus redutos eleitorais, e conseqüentemente, na reeleição ou não destes.

O intuito deste trabalho é analisar são as duas primeiras concepções de emenda parlamentar¹⁸, a individual e a de transferência especial.

Nesse regime de emendas individuais, que é o cerne desta dissertação, já que é através dela que podemos compreender os gastos dos parlamentares e o êxito dessas nas ambições de cada um deles.

O uso orçamentário se torna importante e vital para boa parte da classe política, deixando os vieses ideológicos de lado, como o equilíbrio fiscal e o endividamento dos governos. Isso devido a apenas uma situação, o impacto desse mecanismo no sucesso eleitoral daqueles que possuem mandato.

Rogoff (1990) introduz a ideia de que a expansão dos gastos é priorizada para os itens de maior visibilidade ao eleitorado em detrimento do investimento. Sob a concepção do oportunismo eleitoral, isso se justifica, pois o investimento, pressupõe o autor, conta comum prazo de maturação e realização até que se torne visível ao eleitor no período $t + 1$. Já alguns gastos públicos que propiciam o consumo rápido de bens e serviços podem ser percebidos no período t . Portanto, o ciclo político orçamentário típico direciona a política fiscal no ano eleitoral para gastos em bens e serviços cuja provisão governamental é imediata e visível, enquanto reduz os gastos em investimentos cujos prazos para conclusão são demorados, dificultando a imediata visibilidade dos benefícios por parte de seus eleitores. (VASCONCELOS, JÚNIOR, NOGUEIRA, 2013, p. 328).

Quando o candidato busca a reeleição, a finalidade primordial é a alocação de recursos que possam ter uma grande visibilidade, em um curto espaço de tempo. Duas ideias são postas para isso, a primeira no que diz respeito a visibilidade dos benefícios, que chamam a atenção dos eleitores; e a segunda, é que o sentimento de melhora da vida cotidiana, tende a favorecer aqueles que já estão postos em seus cargos.

Percebe-se, portanto, o uso da máquina, com o claro intuito de trazer proveito das ambições dos parlamentares. Essa visão de controle de gastos acaba sendo esquecida, no que tange principalmente em anos eleitorais, ainda mais caso o modelo democrático ainda carece de aperfeiçoamentos.

Brender & Drazen (2004) evidenciaram que a manipulação na política fiscal de viés eleitoral tende a ser maior quanto mais jovem for uma democracia.”

¹⁸ Para averiguar os tipos de emenda é importante conhecer a estrutura de cada uma delas. Para isso, o portal transparência explica, detalhadamente cada uma: <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/605525-emendas-parlamentares#:~:text=A%20nova%20regra%20permite%20discriminar,de%20emendas%20individuais%20desde%202014.>

(Vasconcelos, Júnior, Nogueira, 2013, p. 329) [...] sendo assim, Salvato et al. (2008) perceberam um comportamento oportunista ao evidenciarem expansões econômicas nos períodos pré-eleitorais. (VASCONCELOS, JÚNIOR, NOGUEIRA, 2013, p. 329).

Essa política distributivista, como elencado pelos autores acima, é manipulada com um viés eleitoral, mas isso não é uma situação que ocorre em democracias mais consolidadas, pelo contrário, as expansões econômicas são vistas com cautela por boa parte dos eleitores.

No entanto, essa concepção de que o uso orçamentário não passa por contingenciamento, e que a responsabilidade fiscal por parte dos governantes é esquecida, simplesmente devido ao uso eleitoreiro deste.

Figueiredo e Limongi (2008) afirmam que os recursos provenientes das emendas individuais correspondem a uma das parcelas do orçamento mais afetadas durante o processo de contingenciamento. De acordo com Luz (2016), entre 1996 e 2010, foram executados por legislatura, em média, 20,5% dos valores aprovados para emendas individuais.

A todo o momento, os políticos tentam se utilizar dos mais variados mecanismos, com um claro objetivo, a vitória eleitoral na sua disputa. Nesse sentido,

A referência é Nordhaus (1975) ao instituir a teoria intitulada como "*Political Business Cycles*" (Ciclos Políticos de Negócios), também reconhecida na literatura acadêmica como "modelo PBC", ou ciclos eleitorais oportunistas. A hipótese do autor é de que os políticos agem constantemente em busca do seu principal objetivo: alcançar a maximização de votos tendo em vista um desempenho vitorioso nas próximas eleições. Para isso, interferem no *trade-off* da curva de *Phillips*, aproveitando-se da dificuldade do eleitor enxergar o passado. (VASCONCELOS, JÚNIOR, NOGUEIRA, 2013, p. 327).

Portanto, os políticos através do uso da máquina pública têm apenas um objetivo central, ter êxito eleitoral e se perpetuar no poder. Sendo assim, através de políticas imediatas, a tendência é que os eleitores se esqueçam do como era, e se concentrem naquilo que estão vivenciando.

Compreender isso, é verificar os períodos pré-eleitorais. Pouco antes da disputa pelos deputados federais, o intuito maior é chamar a atenção dos eleitores, com a finalidade de atraí-los a votar neles. Em uma correspondência clara e evidente, se percebe uma alocação orçamentária visível, com projetos que possam ganhar a maior visibilidade possível. Dessa forma,

Logo, a competência de um político só pode ser atestada de fato pelo eleitor com certa defasagem de tempo. Assim, os governantes sinalizam maior competência nos períodos pré-eleitorais, normalmente através de políticas visíveis como: aumento de transferências, maior provisão de bens públicos

e serviços, redução de impostos ou dos preços regulados e expansão monetária. (VASCONCELOS, JÚNIOR, NOGUEIRA p. 328).

Aqueles políticos que conseguem transformar os recursos viáveis, em períodos que antecedem as eleições, acabam se sagrando vitoriosos e tendem a permanecer em seus cargos. Isso devido a mostrarem eficiência na distribuição de benesses aos eleitores.

No sentido acima exposto Drazem& Eslava (2005) evidenciaram que, para o caso das municipalidades colombianas, os políticos em períodos que antecedem as eleições tentam sinalizar preferências idênticas aos eleitores, ao realocar maior parcela do gasto para itens mais visíveis e atrativos, normalmente relacionados à infraestrutura. (Vasconcelos, Júnior, Nogueira, 2013, p. 329).

A dinâmica dos políticos, como visto na referência anterior, é um mecanismo utilizado no cenário político como um todo. A infraestrutura, por ser um modo de recurso visível e atrativo aos eleitores, já que a alocação é imediata, e consequentemente aparente a população.

Esse diferencial é posto na mesa pelos postulantes, já que investimentos em determinadas áreas costumam não atrair a atenção, além de que são recursos que apenas surtem efeito a longo prazo. Dessa forma,

Sakurai (2009), em ampla análise envolvendo 5.506 municípios brasileiros para o período de 1987 a 2000, constatou que algumas funções do gasto, como “Saúde e Saneamento”, “Assistência e Previdência”, “Habitação e Urbanismo” e “Transporte”, por possuírem maior visibilidade de seus benefícios perante a população, acabam sendo priorizadas com maior volume de recursos no ano eleitoral. (VASCONCELOS, JÚNIOR, NOGUEIRA p. 330).

Ao analisar esse quesito, percebe-se no cenário municipal, que quando um prefeito, ou um deputado investe no asfalto das ruas, a percepção frente ao eleitor é rápida e direta, diferente do investimento nas áreas da saúde e educação, que não sejam em infraestrutura.

A população não vê a instalação de algum aparelho médico, ou não verifica a estrutura curricular em uma escola, mas enxerga o ônibus da sua rua, o asfalto, obras em geral, que atendem a população. Todos esses mecanismos são importantes, pois os mesmos conseguem a atração do eleitor para com o candidato.

Toda a alocação de recursos é estratégica, sendo assim os parlamentares precisam atender às suas bases eleitorais. Portanto,

Primeiro, com vistas à arena eleitoral, os parlamentares almejariam levar recursos para seus redutos eleitorais para maximizarem suas chances de reeleição [...] segundo, esses recursos supostamente utilizados com vistas à reeleição seriam buscados na arena legislativa por meio da proposição de

emendas individuais ao orçamento federal. (VASCONCELOS, JÚNIOR, NOGUEIRA, 2013, p. 819).

Sendo assim, quando almejam a reeleição, o candidato utiliza dos mecanismos previstos em lei, e angariam apoio dentro da Câmara dos Deputados, com o intuito de alocar essa verba para os seus redutos eleitorais, e consequentemente, aumentarem as suas chances de vitória.

Obviamente, como mencionado na tipificação dos tipos de emendas, o Executivo tem um papel central na discussão, favorecendo a base aliada dele, além de tentar atrair os de oposição, com o intuito de se conseguir aprovar projetos de interesse do Governo Federal. Além disso,

(...) a efetiva execução dessas emendas por parte do Executivo seria a moeda de troca cobijada pelos parlamentares, e por intermédio dela eles aceitariam apoiar o governo.” (SILVA e FONSECA, 2023, p. 819).

Quando existe uma vinculação entre a votação dos parlamentares, atendendo as demandas do executivo, a verba vem de maneira mais imediata, possibilitando que os candidatos atendam às suas bases eleitorais.

No cenário posto, os deputados agem de forma individualista, para que possam conseguir os apoios necessários para a sua reeleição. Com isso,

a) que cada parlamentar age individualmente na busca de recursos para seus redutos eleitorais, b) que fazem isso trocando apoio disciplinado aos interesses do governo por liberação de verbas para suas emendas ao orçamento, e c) que levar esses recursos para seus supostos redutos eleitorais, afetaria positivamente suas chances de reeleição. (SILVA e FONSECA, 2013, p. 821).

Como dito anteriormente, é vital que o candidato lance a sua verba em áreas que possam ser visíveis aos eleitores, pois somente dessa forma que os resultados almejados, são alcançados. Portanto,

Nessa perspectiva, as solicitações feitas são, eminentemente, em infraestrutura, pois têm grande impacto de visibilidade política, os legisladores, além disso, utilizam como uma ação de manutenção de apoio político, de partidos e de grupos (Lemgruber, 2010; Moutinho, 2016; Gupta et al., 2016). (SILVA e FONSECA, 2013, p. 271).

No entanto, como mencionado, a relação das emendas e a reeleição é um debate complexo, e que envolve várias nuances que não podemos esquecer, não sendo simplório as decisões sobre a temática.

Pereira e Mueller foram os primeiros a suspeitar desse caráter mais complexo e a desenvolvê-lo, quando afirmaram: “supõe-se que não apenas a forma de votar afeta a execução das emendas, mas que um parlamentar, cujas emendas fossem executadas, tenderia, ceteris paribus, a votar com mais frequência favor do governo. Existem, portanto, duas variáveis

endógenas” (2002:283). (VASCONCELOS, JÚNIOR, NOGUEIRA, 2013, p. 826).

Essa dinâmica da reeleição, e as suas categorias apresentadas, inclusive pelos autores acima, de que as emendas têm um papel relevante para a reeleição, é fundamental para uma maior compreensão sobre as questões relacionadas à política em Mato Grosso do Sul, e o uso desses mecanismos para a reeleição dos parlamentares federais.

Com isso, podemos compreender que vários mecanismos estão relacionados à reeleição. Contudo, a política distributivista, o orçamento, os partidos políticos, e o sistema eleitoral são fatores cruciais para a reeleição.

Esse trabalho tem como principal objetivo verificar o *pork horses*, e a política distributivista, através do orçamento junto as bases eleitorais.

No próximo capítulo se abordará, as eleições de 2018 e o seu funcionamento no que se refere a disputa e fará uma análise e levantamento sobre as emendas, com a aplicação delas feitas pelos deputados federais por Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO 2

As eleições de 2018 e a reeleição parlamentar: uma análise política nacional e de Mato Grosso do Sul

A partir das análises realizadas no capítulo anterior, e das inúmeras variáveis que constam para que alcance a reeleição de um parlamentar a nível federal, o capítulo 2 como a temática “As eleições de 2018 e a reeleição parlamentar: uma análise política nacional e de Mato Grosso do Sul”, terá como ênfase uma compreensão do que foi as eleições em 2018, com a polarização como sendo a principal marca desse ano eleitoral, além dos deputados federais pelo Estado, reeleitos, e as suas performances quanto a distribuição de emendas parlamentares.

Dessa forma, o capítulo foi dividido em três seções. A primeira fará a análise sobre a eleição presidencial, na qual Jair Messias Bolsonaro (PSL) foi o vencedor do pleito, e como a disputa ficou marcada pela enorme polarização no cenário político nacional. Além disso, a seção contemplará os deputados federais pelo Mato Grosso do Sul, e como conseguiram lograr êxito em suas disputas para a reeleição do cargo.

Na segunda seção, o objetivo central será mostrar a performance dos deputados federais reeleitos por MS, a sua trajetória até aquele momento, e aqueles que não conseguiram alcançar a vitória naquela eleição.

Já na terceira seção, uma análise do uso do orçamento por parte dos deputados federais pelo Estado, o valor destinado anualmente por eles, desde 2016, onde se pode considerar o manuseio de cada um, na peça orçamentária. Nesse sentido, o valor destinado pelos parlamentares em Mato Grosso do Sul, as principais alocações deles no Estado e nos municípios. Além disso, se trará os votos e o uso das emendas nas principais cidades, onde o dinheiro foi alocado.

Com isso, a seção tem como objetivo compreender como foi para os três deputados federais reeleitos, chegarem até esse êxito eleitoral, que é a reeleição na disputa de 2018.

2.1 Contexto histórico das eleições de 2018: a compreensão do pleito e dos players

As eleições de 2018 ¹⁹foram uma disputa eleitoral com um contexto muito diferenciado, em relação às demais. Isso devido ao contexto social, político e econômico, no qual o Brasil vivia. O Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 em que Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao Palácio do Planalto, até 2016, onde Dilma Rousseff sofreu o processo de impeachment era o partido dominante no cenário nacional, com altas taxas de aprovação, com escândalos de corrupção pairando sobre as suas principais lideranças, mas com 4 vitórias presidenciais consecutivas, algo não visto desde o processo de redemocratização.

Até 2013, parecia no contexto político, que tirar o PT do poder era uma tarefa extremamente difícil, e algo complexo de se alcançar, já que a popularidade dos presidentes Lula e Dilma, até aquele ano, era muito elevada. Contudo, para muitos especialistas o cenário sofreu uma grande alteração, já que

Desde as jornadas de 2013, quando milhões de pessoas participaram de manifestações contra o então governo Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), o cenário político brasileiro entrou em ebulição, resultando numa crescente polarização eleitoral. (BRAGA e ZOLNERKEVIC, 2020, p. 2).

A crise enfrentada pelo Governo Dilma nas jornadas de junho²⁰ foi alavancada por uma grave crise econômica, já em meados de 2014, às vésperas da eleição presidencial daquele ano, além da Operação Lava-Jato, na qual teve como principal alvo as lideranças do Partido dos Trabalhadores e a base aliada de Dilma Rousseff no Congresso Nacional.

Naquele contexto,

A operação Lava Jato é também parte de um movimento mais amplo da sociedade brasileira, que passou a demandar ação contra a corrupção específica e alegadamente causada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). (BELLO, CAPELA e KELLER, 2021, p. 18)

O governo Dilma enfrentava uma recessão econômica, após a vitória de 2014, mas as fortes denúncias contra o partido, na Lava-Jato, e com um Congresso Nacional muito mais forte, com uma agenda econômica diferente do petismo, o processo de impeachment foi inevitável, com a ascensão de Michel Temer (PMDB) ao posto de chefe do executivo.

¹⁹ As eleições de 2018 foram um marco para a política contemporânea brasileira, já que além de contrapor a polarização entre PT x PSDB, marcou a vitória de um outsider da política brasileira Bolsonaro. Uma das matérias jornalísticas que teve um grande impacto: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45997474>

²⁰ Para uma maior compreensão do que foram as jornadas de junho, e os impactos na vida política brasileira, é importante ler: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp>

É nesse contexto que se chega as eleições de 2018, com uma forte polarização no país, com as bandeiras do combate à corrupção, liberalismo na economia, pauta de costumes sendo centrais nas discussões políticas. Naquele ano, o favorito e então pré-candidato Luiz Inácio Lula²¹ da Silva foi preso em abril de 2018, mudando fortemente a disputa eleitoral e interferindo diretamente nas eleições para o parlamento federal.

Bolsonaro, com uma trajetória de décadas como deputado federal, surgiu como principal nome da oposição, com uma característica diferente dos demais candidatos: o uso das redes sociais.

As eleições de 2018 evidenciaram o ápice do protagonismo da comunicação on-line nas disputas brasileiras. Pode-se dizer que foi uma campanha saturada de fluxos comunicativos, especialmente via plataformas digitais, em que se ampliou e se intensificou o compartilhamento de mensagens sobre os candidatos, os partidos, propostas e sobre a eleição em si. (CAVASSANA e SINDERSKI, 2019, p. 12)

É a partir daquele ano, que o cenário político se altera com mudanças estruturais da propaganda política brasileira. Aqui podemos compreender o uso das redes sociais, como sendo um marcador fundamental para os políticos a nível nacional, seja do ponto de vista daqueles que disputam as eleições majoritárias, ou aqueles que fazem uma disputa proporcional. Para,

O uso cada vez mais frequente da internet de suas plataformas de interação, como os sites de redes sociais, tem dado ao público outras possibilidades, além daquelas oferecidas pelas mídias tradicionais, de se informar. (MASSUCHIN e TAVARES, 2016, p.8)

Portanto, a internet e a sua difusão tiveram performances superiores em relação aos tradicionais meios de comunicação, os quais, a rigor, estavam perdendo a credibilidade junto à população, além do uso das *fake news*, como sendo um marcador importante naquele cenário, como apontam, Massuchin e Tavares (2016).

O que se viu naquele pleito foi o uso maciço de propaganda por meio das grandes plataformas digitais (Facebook, Instagram, Whatsapp, Telegram e *Twitter*), com discussões ligadas aos mais variados temas, como os direitos humanos, mulheres, população LGBT, corrupção, segurança e combate à corrupção.

²¹ Na noite do dia 07 de abril de 2018, Luiz Inácio Lula da Silva se entregou para a Polícia Federal, após ser condenado na “Operação Lava Jato”. Confira a matéria: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>

Todo o período progressista do petismo foi suplantado pela pauta de costumes. Com o uso das redes sociais, os eleitores já não sabiam compreender o que de fato eram notícias falsas ou verdadeiras, com a disseminação de várias informações chegando diretamente para eles.

Conforme apontam Duque e Smith (2019), as redes sociais e o debate político em 2018 foram um divisor de águas em âmbito nacional, com discursos pautados na raça, religião (com o voto dos evangélicos sendo crucial para a vitória dos candidatos), e a discussão de gênero e sexualidade.

Além de todo esse debate pautado nos costumes, aquela eleição de 2018, foi vista como uma continuação da agenda econômica, implementada por Michel Temer, desde 2016. Reformas econômicas foram realizadas no país, como a Reforma Trabalhista, PEC do Teto dos Gastos Públicos. Já, após o êxito de Bolsonaro, a Reforma da Previdência, Marco das Startups, Marco do Saneamento, e afins, como elencado por Maria do Socorro Braga; Aleksei Zolnerkevic (2019).

Esse cenário com a vitória de Bolsonaro, e a mudança grande do Congresso Nacional, com muitos quadros novos, fez com que passasse a vigorar uma outra “doutrina política” no Brasil, o chamado “bolsonarismo”, e toda a pauta da extrema-direita, tendo uma maior ênfase no debate público.

Cabe ressaltar que, diferentemente de países europeus, como Alemanha, Áustria ou Grécia, onde partidos de extrema-direita “anti-establishment” conquistaram uma relativa base eleitoral, o apoio ao candidato Bolsonaro, em 2018, apresenta mais um caráter personalista, o chamado “bolsonarismo”, do que necessariamente um apoio ao seu partido, o PSL. (BRAGA e ZOLNERKEVIC, 2020, p. 24).

O populismo bolsonarista²² terá um papel decisivo para as eleições legislativas daquele ano. Como ressaltado anteriormente, o Congresso Nacional passou por fortes alterações, com uma brusca mudança em seus quadros, ou seja, uma grande renovação legislativa.

2.2 Deputados federais eleitos e reeleitos por Mato Grosso do Sul: análise dos vencedores da eleição de 2018

²² Para uma maior compreensão sobre o populismo de direita, confira a dissertação: A ASCENSÃO DO POPULISMO DE DIREITA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO BOLSONARISMO NO MATO GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Yasmim Fabro Macena. -- 2024.

Como visto na seção anterior, as eleições de 2018 foram marcadas pela polarização, redes sociais, e novas pautas emergindo no debate público. Tudo isso interferiu diretamente para a discussão dos candidatos ao legislativo federal, e nomes surgindo e ganhando relevância, a partir daquele contexto histórico.

Essa seção intitulada como “Deputados eleitos e reeleitos” terá como dinâmica, ver a trajetória política dos deputados federais por Mato Grosso do Sul, que foram reeleitos e eleitos, apontando a performance de cada um deles até chegar ao êxito nas eleições de 2018.

Para isso, é fundamental ver os seus nomes, e a votação que cada um deles teve na disputa daquele ano. Três desses foram reeleitos, Vander Loubet (PT), Tereza Cristina (PP) e Dagoberto Nogueira (PDT). Durante o trabalho, vamos analisar o Elizeu Dionísio (PSB), o qual foi um nome que assumiu a suplência desde o início da legislatura.

Veja a tabela dos deputados federais eleitos pelo Mato Grosso do Sul, em 2018:

Quadro 1: Deputados Federais e Reeleitos em 2018

Deputados federais eleitos e reeleitos (Ano 2018)	
Deputados Federais	Votos no Estado
Rose Modesto (PSDB)	120.901
Fábio Trad (PSD)	89.385
Beto Pereira (PSDB)	80.500
Tereza Cristina (DEM)	75.068
Tio Trutis (PSL)	56.339
Vander Loubet (PT)	55.970
Dr. Luiz Ovando (PSL)	50.376
Dagoberto Nogueira (PDT)	40.230

Fonte: Elaboração própria

Por ordem de votação, faremos a análise da trajetória política de cada um deles, até chegarem em 2018.

A primeira a ser analisada é a deputada federal, Rose Modesto (PSDB), como parlamentar federal mais bem votada daquele ano, com 120.901 votos. Professora da rede municipal de Campo Grande, a parlamentar eleita teve um papel de destaque em sua área, pois desenvolveu inúmeros projetos na escola na qual dava aula. De 2009 até 2015 foi vereadora pela cidade, construindo ali a sua base eleitoral. Pelo papel de destaque, Rose foi vice-governadora na chapa de Reinaldo Azambuja, entre 2015 até 2019. Tentou a disputa para a prefeitura da capital de MS, mas sem êxito, até conseguir a vitória expressiva como deputada federal, sendo a mais votada.

Fábio Trad (PSD), foi o segundo mais votado naquele ano. De família tradicional na cidade, Trad é advogado e foi três vezes eleito deputado federal por MS. Sendo entre os anos de 2011 até 2022. Vale ressaltar que nesse período, ele ficou de suplente, como faremos a análise na próxima seção.

Na terceira classificação, está Beto Pereira (PSDB), o qual alcançou 80.500 votos. Outro nome com uma família tradicional no Estado, o deputado é também empresário. Beto é filho do ex-senador, Valter Pereira, e é tataraneto do fundador de Campo Grande, José Antônio Pereira. Sua jornada na política se iniciou em 2004, onde foi eleito prefeito de Terenos, sendo o mais jovem da época. Em 2014, após ter passado pela prefeitura, onde foi reeleito com altas taxas de aprovação, e por conselhos estaduais, Beto Pereira, assumiu como deputado estadual, em 2017, como presidente estadual do PSDB, até chegar em 2018, sendo eleito com uma boa margem de votos.

Tereza Cristina (PP), proprietária rural de renome nacional, iniciou a sua trajetória na política em 2007, onde assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, Indústria, Comércio e do Turismo de MS. Após esse período assume como deputada federal em 2014, e é reeleita em 2018.

Loester Carlos Gomes de Souza, o Tio Trutis, é um chefe de cozinha, e o único nome desse pleito a ser de fora da política, portanto, um novo nome na disputa daquele ano. Com 56.339 votos, Tio Trutis foi eleito na esteira do bolsonarismo, com as mesmas pautas de Jair Bolsonaro.

Um dos fundadores do PT, Vander Loubet, iniciou a vida política institucional, em 1991, quando foi chefe de gabinete do Zeca do PT, na Assembleia Legislativa Estadual (ALMS). Em seguida, foi secretário de Estado de Infraestrutura, também

sob o comando de Zeca do PT. No ano de 2002 foi eleito deputado federal, sendo o mais votado da história, e desde então foi se reelegendo para o cargo. Durante esse período tentou a disputa em Campo Grande para a prefeitura, mas sem êxito.

Luiz Ovando (PSL), filiado a vários partidos políticos desde 1997, apenas teve vitória no ano de 2018. Médico e professor universitário, o deputado também pautou a sua campanha nas pautas dos costumes e na defesa da propriedade rural em Mato Grosso do Sul.

Dagoberto Nogueira (PDT), um outro nome tradicional da política do Estado, reeleito em 2018, foi secretário de segurança pública por MS, na gestão de Zeca do PT, e desde 2003 é eleito como deputado federal pelo Estado. Dagoberto é advogado, procurador e empresário.

Como visto na trajetória de todos os deputados federais eleitos em 2018, o fenômeno de renovação e de polarização não chegou até a maioria dos parlamentares federais, eleitos naquele ano. O cenário foi de eleição de nomes conhecidos da política estadual, com apenas um nome diferente sendo eleito, o do Tio Trutis que veio na esteira do bolsonarismo e de uma radicalização da política.

É importante salientar que mesmo com a taxa de reeleição, dentro da normalidade vista em eleições anteriores, sendo de 3 deputados federais, Vander Loubet, Dagoberto Nogueira e Teresa Cristina, os demais nomes não eram de fora da política tradicional, e, portanto, não estavam na esfera dos outsiders, com exceção do Tio Trutis, que vinha no seguimento bolsonarista. Segundo,

As eleições de 2018 no Brasil foram marcadas pelos slogans de rejeição da “velha política” e dos partidos tradicionais, pela derrota de candidatos com carreira sólida e pelo sucesso dos *outsiders*... Apesar de a taxa de renovação ter sido alta, 52% na Câmara dos Deputados, a maior desde 1994, isso não significa que foram eleitos candidatos sem qualquer experiência política. (ARNOS e CODATO, 2023, P. 1).

Naquele ano de 2018, a taxa de reeleição para deputado federal, foi extremamente alta, contudo, é importante salientar que toda essa performance, deve ser relativizada, já que muitos nomes que voltaram ao cenário político, já haviam ocupado outras posições de destaque, como é elencado por (CAMPOS, 2018).

O Brasil viu em 2018, um histórico de alta renovação, mas vale pontuar que isso é oriundo da institucionalidade brasileira, como visto no capítulo anterior, onde existe uma alta rotatividade no Congresso, devido à falta de perspectiva institucional, como mencionamos no capítulo 1. Porém, naquele ano, algumas características foram interessantes de se analisar, como o surgimento eleitoralmente falando da

“nova direita”, com discursos antissistema, representantes das forças de segurança, e de parlamentares ligados a Bolsonaro (MIGUEL, 2022).

Nesse sentido, compreende-se aquele pleito como sendo complexo de se analisar, mas em termos de quadros políticos eleitos, não se diferenciando tanto dos demais.

Embora o Brasil tenha um histórico de alta renovação de quadros legislativos, os novatos eleitos em 2018 parecem ter chamado mais a atenção por características que, embora não sejam transformadoras, marcaram com mais ênfase o perfil de uma parcela dos deputados eleitos. Alguns analistas observaram o aumento de parlamentares alinhados a algum tipo de “nova direita”. (SOUZA e CODATO, 2023, p.3)

No Estado essa renovação foi alta, porém com características diferentes, com a presença de apenas um deputado entrando na esfera dos chamados “outsiders”. Essa nomenclatura ao longo de três décadas passou por um maior aprofundamento, e com diferenças marcantes, no que diz respeito às mudanças estruturais da política nacional.

Nesse sentido, podemos compreender essa nomenclatura política, como sendo,

Outsiders são muitas vezes caracterizados como “populistas” ou como agentes *anti-establishment*. O fato dessas três figuras, *outsiders* na política, populistas e políticos *anti-establishment*, serem tratadas de forma conjunta ou intercambiável não permite uma diferenciação clara entre eles. Barr então propôs indicadores mais precisos para diferenciar os três fenômenos baseado em três fatores chaves: *i*) a localização desses atores em relação ao sistema partidário; *ii*) os apelos utilizados pelos atores para construir apoio político e eleitoral; e *iii*) o tipo de vínculos que se formam entre cidadãos e esses atores políticos. (BARR, 2009, p. 71).

Com isso, é fundamental compreender onde estão localizados esses atores políticos, a forma na qual eles se comunicam com os seus eleitores, e os vínculos que os mesmos fazem entre o seu gabinete e o seu berço eleitoral. Dos três deputados federais reeleitos por MS nenhum deles entra na esfera populista e anti-establishment, pelo contrário, as suas bandeiras políticas permaneceram as mesmas desde a entrada deles no cenário político institucional.

Apenas o deputado federal, Tio Trutis (PSL), que teve uma dinâmica diferenciada, na qual se encaixou nos três fatores chave, elencados pelo (BARR, 2009). Ele não era militante do seu partido, PSL, usou das mídias sociais para alavancar a sua candidatura, e teve como arcabouço de concepções políticas, o bolsonarismo.

Após a análise de trajetória política dos deputados federais eleitos e reeleitos pelo estado, a próxima seção terá como pilar o uso orçamentário dos parlamentares até a eleição de 2018, e em seguida, daqueles reeleitos, e o como foi o uso das emendas parlamentares até o êxito eleitoral.

2.3 O uso das emendas pelos parlamentares em Mato Grosso do Sul entre 2016 a 2019

A seção 2.3, intitulada como “O uso das emendas pelos parlamentares em MS”, terá algumas decisões cruciais. A primeira delas fará um apanhado dos votos e das emendas destinadas pelos deputados federais, de 2016 até 2019, onde a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), permitiu que os mesmos destinassem recursos para o Estado.

Em um segundo momento, a diferença para com os deputados reeleitos, cerne do trabalho, analisando os votos nos municípios e os recursos alocados por cada um dos três parlamentares.

Devido às condições constitucionais, os deputados federais eleitos, em 2014, puderam usar os seus recursos apenas no ano de 2016, já que foi a partir da peça orçamentária, elaborada em 2015, que eles fizeram o planejamento desses recursos. É importante salientar que para se verificar se os usos das emendas tiveram um direcionamento para a reeleição desses em 2018, se pegou os anos, na qual os parlamentares foram eleitos, até o pleito analisado.

Para isso, vejamos os deputados eleitos no ano de 2014, em âmbito federal por MS. No quadro abaixo estão os deputados federais eleitos e o número de votos alcançados naquele pleito. Veja:

Quadro 2: Eleição Geral de 2014 – número de votos dos deputados federais por Mato Grosso do Sul

Eleição Geral de 2014: número de votos dos deputados federais por MS	
Deputados Federais	Votos no Estado
Carlos Eduardo Xavier Marun (Marun -PMDB)	91.816
Geraldo Resende Pereira (PSDB)	87.546
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias (PP)	75.149
Vander Luiz dos Santos Loubet (PT)	69.504
Luiz Henrique Mandetta (DEM)	57.374

Marcio Campos Monteiro (PSDB)	56.441
Dagoberto Nogueira Filho (PSDB)	54.813
José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT)	160.556
Fábio Ricardo Trad (PSD)	67.508
Elizeu Dionísio Souza da Silva (PSB)	39.074

Fonte: Elaboração própria

Ao se analisar a quantidade de votos recebidos, verifica-se que os deputados federais eleitos naquele pleito obtiveram mais de 50.000 votos, portanto, ultrapassando o coeficiente eleitoral naquela eleição de 2014. O nome de Elizeu Dionísio Souza da Silva (PSB) foi inserido na tabela, pois o mesmo assumiu em 2015, na vaga de Marcio Monteiro, do mesmo partido. Mesmo como suplente, ele ficou o mandato inteiro como deputado federal, sendo assim, é salutar analisá-lo também.

Partindo da análise sobre o uso orçamentário pelos deputados federais por MS, ela se dividirá em duas partes. A primeira delas o Valor Global, que é aquele no qual o parlamentar destina através da LDO os recursos para o estado e para os municípios. Esse valor é integral.

Já o Valor Empenhado, é aquele o qual o deputado consegue empenhar, ou seja, o recurso é executado, na esfera destinada pelo parlamentar. As tabelas que virão abaixo estão divididas anualmente, de 2016 como sendo a primeira em que eles conseguem elaborar os recursos, até o ano de 2019.

Quadro 3: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2016

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2016)		
Deputados federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Carlos Marun (PMDB)	R\$ 17.507.751,00	R\$ 8.711.743,00
Dagoberto Nogueira (PSDB)	R\$ 12.643.825,00	R\$ 6.608.455,00
Elizeu Dionízio (PSB)	R\$ 20.403.684,00	R\$ 10.235.811,00
Geraldo Resende (PSDB)	R\$ 19.613.379,00	R\$ 5.660.212,00
Mandetta (DEM)	R\$ 3.569.275,00	R\$ 3.317.775,00

Tereza Cristina (PP)	R\$ 15.527.007,00	R\$ 5.688.627,00
Vander Loubet (PT)	R\$ 8.217.813,00	R\$ 6.725.041,00
Zeca do PT (PT)	R\$ 15.595.441,00	R\$ 9.446.027,00

Fonte: Elaboração própria

O campeão de recursos destinados para Mato Grosso do Sul, seja eles no que tange ao Valor Global e do Empenhado, é o Elizeu Dionízio (PSB), que assumiu o mandato em 2015, enquanto suplente. Ao todo o parlamentar destinou para o Estado, R\$20.403.684,00 sendo desse total, empenhado R\$10.235.811,00. A principal alocação de verba do deputado neste ano foi para o Governo Estadual.

Na mesma toada do deputado anterior, Carlos Marun (PMDB), também usou dos seus recursos, e destinou todo ele para o Governo Estadual, comandado por Reinaldo Azambuja (PSDB). Já Dagoberto Nogueira (PSDB), apesar de grande parte dos recursos terem ido para o Governo Estadual, uma parte desses recursos foram destinados para o município de Campo Grande.

Mandetta (DEM), teve uma variedade de opções de recursos, sendo eles o Governo Estadual, mas também para inúmeros municípios espalhados pelo o Estado, sendo eles: Bodoquena, Guia Lopes da Laguna, Nova Andradina, Sonora, Itaporã, Três Lagoas, Rio Brilhante, Brasilândia, Bonito e Aparecida do Taboado).

Médico de carreira, o deputado federal, Geraldo Resende (PSDB), com os seus R\$5.660.212,00 empenhados teve no ano de 2016, os seus recursos enviados para o Governo Estadual, e para a área de saúde, em todo o Estado. A deputada Tereza Cristina, alocou a sua verba para o Estado, com ênfase para a segurança pública, saúde e para a área de empreendedorismo, nas agências de fomento estaduais.

Os deputados petistas, Vander Loubet e Zeca do PT, com quase R\$ 16 milhões empenhados destinaram as suas emendas para o Governo do Estado, a área da saúde, desenvolvimento agrário (com ênfase para os agricultores familiares, onde vem boa parte dos votos desses políticos de esquerda), além da região de Corumbá, e os municípios envolta. Vale ressaltar que aquela região de Corumbá e Porto Murtinho é o berço eleitoral, do início da carreira, de ambos.

Quadro 4: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2017

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2017)		
Deputados federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Carlos Marun (PMDB)	R\$ 9.017.948,00	R\$ 5.982.900,00
Dagoberto Nogueira (PSDB)	R\$ 16.924.744,00	R\$ 4.766.181,00
Elizeu Dionísio (PSB)	R\$ 10.068.307,00	R\$ 7.167.481,00
Geraldo Resende (PSDB)	R\$ 11.507.967,00	R\$ 8.416.266,00
Mandetta (DEM)	R\$ 8.527.693,00	R\$ 5.612.533,00
Tereza Cristina (PP)	R\$ 10.614.636,00	R\$ 6.970.831,00
Vander Loubet (PT)	R\$ 8.608.513,00	R\$ 6.378.677,00
Zeca do PT (PT)	R\$ 8.404.361,00	R\$ 6.443.619,00

Fonte: Elaboração própria

No ano de 2017, o campeão de valor disponível foi Dagoberto Nogueira (PSDB), com um montante de R\$16.924.744,00, porém em termos de valores empenhados, Geraldo Resende teve maiores recursos, com um total de R\$8.416.266,00. Dagoberto destinou seus recursos para o Governo do Estado e para a área da saúde, com novas UBSs e UPAs. Geraldo também seguiu a mesma linha, com recursos para o Estado e para a área de saúde da família.

O deputado Carlos Marun, teve uma variedade de destinação de verbas, mas com o foco nos municípios de Mato Grosso do Sul, nas mais variadas regiões. Elizeu Dionísio, também teve a mesma logística, com recursos para 9 municípios.

Já o Mandetta, focou os recursos especialmente para a região da Grande Dourados, e da região de Campo Grande. Além disso, o parlamentar focou nas fundações filantrópicas. Tereza Cristina, usou as emendas para Campo Grande e região, para o Governo Estadual e na área de segurança. Os deputados petistas, Vander Loubet e Zeca do PT, focaram na área de segurança na fronteira, Governo Estadual e desenvolvimento agrário.

Nesse ano percebe-se a destinação de verba muito maior para os municípios de MS, modificando a lógica de centralizar os recursos para o Governo Estadual.

Quadro 5: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2018

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2018)		
Deputados Federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Carlos Marun (PMDB)	R\$ 9.790.237,00	R\$ 7.133.487,00
Dagoberto Nogueira (PSDB)	R\$ 6.024.799,00	R\$ 5.526.749,00
Elizeu Dionísio (PSB)	R\$ 7.200.209,00	R\$ 5.499.331,00
Geraldo Resende (PSDB)	R\$ 12.604.384,00	R\$ 8.472.727,00
Mandetta (DEM)	R\$ 10.225.631,00	R\$ 6.898.450,00
Tereza Cristina (PP)	R\$ 12.837.476,00	R\$ 11.577.479,00
Vander Loubet (PT)	R\$ 6.555.503,00	R\$ 3.372.848,00
Zeca do PT (PT)	R\$ 5.579.500,00	R\$ 3.662.667,00

Fonte: Elaboração própria

O ano de 2018 foi ainda mais municipalista, do ponto de vista de destinação de emendas aos prefeitos, com a destinação ainda maior de verbas para as cidades do estado. Tereza Cristina, foi a deputada que teve o maior Valor Global das emendas, assim como dos Valores Empenhados, com cerca de R\$ 24 milhões se somar ambos. A alocação da parlamentar foi variada, com inúmeros municípios atendidos, além de boa parte da verba ser encaminhada para o Coneul (entidade que reúne os municípios ao Sul do estado e que tem uma agência de desenvolvimento).

Carlos Marun fez a destinação das emendas focadas nos municípios, atendendo mais de 15, e a área da saúde. Dagoberto Nogueira, encaminhou novamente para a região de Campo Grande, mas também para Dourados e região. Elizeu Dionísio focou no agronegócio, com as verbas sendo encaminhadas para Maracaju e Amambai, especialmente.

Já o parlamentar, Geraldo Resende, teve foco na segurança pública do Estado, associações de base e desenvolvimento agrário. Mandetta priorizou a saúde, e Campo Grande e região. Os deputados do PT, encaminharam para

municípios mais ligados à agricultura familiar, como a região de Corumbá, Estado e para fundações filantrópicas, ligadas à área oftalmológica e para pessoas PCDs

Quadro 6: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2019

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2019)		
Deputados Federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Dagoberto Nogueira (PSDB)	R\$ 7.268.689,00	R\$ 5.473.881,00
Elizeu Dionísio (PSB)	R\$ 9.073.669,00	R\$ 7.253.711,00
Fábio Trad (PSD)	R\$ 5.257.478,00	R\$ 4.829.589,00
Geraldo Resende (PSDB)	R\$ 10.474.256,00	R\$ 6.533.096,00
Mandetta (DEM)	R\$ 9.976.430,00	R\$ 4.215.500,00
Tereza Cristina (PP)	R\$ 9.124.516,00	R\$ 6.297.987,00
Vander Loubet (PT)	R\$ 10.788.692,00	R\$ 9.661.493,00
Zeca do PT (PT)	R\$ 12.701.781,00	R\$ 9.559.714,00

Fonte: Elaboração própria

Na análise feita acima, é importante ressaltar que mesmo com a eleição tendo ocorrido, ou seja, em 2018, as diretrizes orçamentárias foram feitas pelos deputados na legislatura anterior. Isso é importante para que possamos compreender a dinâmica dos valores encaminhados às prefeituras e aos seus redutos eleitorais.

Na correlação entre o Valor Global e Empenhado, o ano de 2019 foi o que mais chegou perto, daquilo que os parlamentares planejaram e executaram. Nesse ano, apenas 3 haviam sido reeleitos para o cargo de deputado federal. O parlamentar Carlos Marun, já não estava mais no cargo, já que havia assumido o posto de chefe da Secretaria de Governo, em âmbito federal. Dessa forma, o suplente foi Fábio Trad, que já havia sido deputado federal em legislaturas anteriores.

O parlamentar, Dagoberto Nogueira, focou todos os seus recursos para as prefeituras municipais, assim como Elizeu Dionísio. Trad, que assumiu como suplente, priorizou as gestões municipais e a área de esporte. Geraldo Resende, voltou a ter como prioridade a área da saúde e a região de Dourados, assim como Tereza Cristina, que focou na saúde e nos municípios.

Luiz Mandetta, encaminhou suas verbas para as prefeituras e para as associações espalhadas pelo Estado. Tanto Zeca do PT quanto Vander Loubet, enviaram as suas verbas principalmente para o desenvolvimento agrário.

Como visto nas tabelas anteriores, a quantidade orçamentária dos deputados federais por MS, foi alta, com ênfase para a área da saúde, segurança, desenvolvimento agrário, para as prefeituras e para o Governo Estadual.

Ainda na seção deste trabalho, vamos ter como objetivo verificar os reeleitos. Como informado, apenas três deles foram reeleitos, Tereza Cristina, Dagoberto Nogueira e Vander Loubet. Porém, por ter assumido por um ano e meio o mandato anterior, pois havia ficado como suplente, vamos analisar também o deputado Fábio Trad.

Quadro 7: Eleição de 2018 – número de votos dos deputados federais reeleitos

Eleição de 2018: número de votos dos deputados federais reeleitos	
Deputados Federais	Votos no Estado
Vander Loubet (PT)	55.970
Dagoberto Nogueira (PSDB)	40.230
Tereza Cristina (PP)	75.068
Fábio Trad	89.385

Fonte: Elaboração própria

Como informado durante esse capítulo, dos 8 deputados federais por MS, apenas 3 destes foram reeleitos, mostrando um alto nível de renovação. Contudo, isso não é algo relacionado apenas à eleição de 2018, mas é um contexto no qual o sistema político brasileiro favorece para as altas taxas de renovação.

Os três deputados federais reeleitos e Fábio Trad, que assumiu como suplente antes do pleito de 2018, são figuras conhecidas e nomes fortes e competitivos, já que estão na política estadual há muito tempo.

Quando comparado com a eleição de 2014, Vander Loubet que alcançou 69.504 votos naquele pleito, reduziu para 55.970, mostrando o forte antipetismo no Estado, e uma guinada política para a centro-direita no Estado. Já Dagoberto Nogueira, na eleição de 2014 alcançou 54.813 votos, perdendo em 2018 cerca de

14 mil votos. A deputada Tereza Cristina, teve o montante de 75.149 votos, se mantendo estável quando comparada com o pleito de 2018.

Vejamos as 10 cidades mais votadas pelos deputados federais, e os recursos liberados nesse período.

Quadro 8: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Vander Loubet)

Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Vander Loubet 2018)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas R\$
Campo Grande	8680	Nenhum valor liberado
Dourados	2796	R\$ 1.440.253,00
Amambai	2471	R\$ 696.780,00
Anastácio	1487	R\$ 200.000,00
Aquiduana	2336	Nenhum valor liberado
Caarapó	1451	Nenhum valor liberado
Corumbá	1091	R\$ 17.000,00
Coxim	1404	R\$ 273.314,00
Jardim	1316	Nenhum valor liberado
Miranda	1474	R\$ 200.000,00

Fonte: Elaboração própria

Com uma votação de 55.970 votos, o deputado federal, Vander Loubet (PT), teve boa parte dos votos em Campo Grande, com 8.680 eleitores. Ao se analisar a relação entre as emendas destinadas, percebe-se que apesar de ter tido um expressivo número de votos na capital, não se resultou no valor das emendas. Vander não liberou nenhuma verba para a cidade.

É importante pontuar que, apesar de não destinar nenhum recurso diretamente para a prefeitura municipal de Campo Grande, os valores destinados ao Governo Estadual foram alocados para os mais variados setores da cidade.

Um dado expressivo do deputado diz respeito ao valor destinado a Dourados, segunda cidade onde teve mais votos no pleito de 2018: 2.796. Ao todo foram R\$1.440.253,00 de recursos destinados.

Além disso é importante verificar que entre as 10 cidades com maior votação do deputado, apenas Dourados, Anastácio, Corumbá, Coxim, Miranda e Amambai foram atendidas. Com um total de emendas no período para o Mato Grosso do Sul, dos R\$26.138.061,00, apenas R\$2.827.347,00 chegaram nessas cidades, ou seja, apenas 10,82%.

Isso representa um valor ínfimo, da votação e dos repasses diretos para esses municípios. Vale ressaltar que o deputado fez repasses para o governo estadual que, por conseguinte, atendeu ainda mais esses municípios. A análise aqui feita é apenas dos recursos repassados de forma direta para os prefeitos e para as entidades das respectivas cidades.

Em distritos seguros (para o deputado) pode ser que valha a pena investir menos para ampliar mercados, mas o surgimento de um desafiante, de qualidade, na sua base eleitoral, pode tornar a estratégia contraproducente. O contexto da competição política no Brasil tem sido bastante debatido pelos trabalhos que mostram a força dos candidatos à reeleição (Pereira e Rennó, 2001 e 2007; Samuels, 2001) e pelos estudos sobre o perfil dos candidatos em eleições legislativas (Eduardo, 2015 e 2016).

Analisando o desempenho da deputada federal Tereza Cristina, um outro cenário foi visto no ano de 2018, onde a mesma foi reeleita.

Quadro 9: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Tereza Cristina)

Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Tereza Cristina 2018)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas (R\$)
Campo Grande	15631	Nenhum valor liberado
Chapadão do Sul	2151	Nenhum valor liberado
Dourados	4458	R\$ 136.986,00
Maracaju	2534	R\$ 1.119.256,00
Naviraí	2323	R\$ 250.000,00
Ponta Porã	2465	R\$ 2.432.500,00
São Gabriel do Oeste	3371	R\$ 1.580.020,00
Sidrolândia	1833	R\$ 450.000,00

Sonora	1605	R\$ 296.617,00
Três Lagoas	1527	Nenhum valor liberado

Fonte: Elaboração própria

Com uma votação expressiva de 75.068 votos, a parlamentar se manteve praticamente estável no número de votos, quando comparado a 2014. Filiada ao PP, a parlamentar foi a base de apoio para o então presidente Michel Temer (PMDB), inclusive saindo do PSB, na qual era filiada, após a normativa do partido ser contra o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Tereza por ser ligada ao agronegócio, inclusive tendo sido líder da Frente Parlamentar da Agropecuária, usou boa parte dos recursos para atender o Governo do Estado, mas também a área de segurança, e agências de fomento em MS.

Quando se verifica a votação, três cidades chamam a atenção pelo alto número de votos na qual a parlamentar alcançou, sendo eles, Campo Grande, Chapadão do Sul e Dourados, tendo 15.631, 2151 e 4458 votos respectivamente.

Das cidades na qual, Tereza Cristina teve uma boa parcela dos votos, e que receberam emendas parlamentares diretamente, temos: Naviraí, Maracaju, Sonora, Dourados, Ponta Porã, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia. Todas essas cidades foram responsáveis por R\$5.083.246,00 do montante disponibilizado pela parlamentar, que foi de R\$30.534.924,00.

Se fazermos a correlação de votos com as emendas empenhadas no período, chegamos à marca de 16,64%, ou seja, se analisarmos as cidades onde Tereza Cristina teve as maiores votações, com os recursos alocados, quase 85% não foram para essas cidades, mostrando uma pluralidade no uso orçamentário.

Como informado em relação a Vander Loubet, é importante que se entenda que a deputada fez destinações para o Governo Estadual e, dessa forma, os recursos empenhados por ela, foram indiretamente para esses municípios.

Um outro ponto a ser analisado é de Ponta Porã, São Gabriel do Oeste e Maracaju, onde a parlamentar destinou R\$2.432.500,00; R\$1.580.020,00; R\$1.119.256,00, respectivamente. Esses valores, podemos considerar como sendo alocados na área de segurança pública, por Ponta Porã ser uma área estratégica para o tráfico de drogas, e as outras duas cidades, na área do agronegócio, onde a mesma sempre foi uma das principais líderes no Estado.

Em relação ao deputado federal, Dagoberto Nogueira, parlamentar reeleito desde 2003, mostrou um alto nível de alocação orçamentária, com ênfase para o Governo Estadual, para a área da saúde, além de destinação de verbas para cidades como Campo Grande e Dourados.

No quadro abaixo, o valor das emendas nas 10 cidades com maiores votações, para o deputado federal, Dagoberto Nogueira. Veja:

Quadro 10: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Dagoberto Nogueira)

Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Dagoberto Nogueira 2018)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas R\$
Campo Grande	8423	R\$ 100.000,00
Água Clara	1356	R\$ 477.648,00
Angélica	1135	Nenhum valor liberado
Aquidauana	1056	R\$ 180.000,00
Cassilândia	1370	R\$ 1.318.375,00
Miranda	1241	R\$ 199.000,00
Nova Andradina	1036	R\$ 100.000,00
Bonito	916	R\$ 394.200,00
Dourados	990	R\$ 100.000,00
Anastácio	883	R\$ 394.200,00

Fonte: Elaboração própria

Ao todo o parlamentar destinou R\$22.375.266,00, dos quais R\$3.580.089,00 foram encaminhados para as 10 cidades com maiores votações para o parlamentar. Sendo assim, cerca de 16% da correlação entre a verba e a votação, com uma forte presença de recursos para Cassilândia, é a cidade com o maior volume de recursos.

Dagoberto, entre os parlamentares, foi aquele que mais pautou a linha municipalista dos recursos, com presença em vários municípios do Estado. Cidades como Água Clara, Anastácio, Bonito, Nova Andradina, Miranda e Dourados, foram os redutos onde além do deputado concentrar um grande número de votos, também foi aquela com um alto grau de recursos.

A capital, Campo Grande, por ser o maior município de Mato Grosso do Sul, também foi contemplada pelo parlamentar, compreendendo assim, o caráter de atender as mais variadas demandas da população do Estado.

Pela experiência política do deputado, remanejar os recursos foram fundamentais para que o mesmo permanecesse no cenário político de Mato Grosso do Sul.

Os deputados acima foram os deputados reeleitos por Mato Grosso do Sul, porém devido às condições na qual Fábio Trad esteve, por ter assumido como suplente no meio do mandato, também passará por uma análise, no que diz respeito ao uso das emendas parlamentares, e as eleições de 2018.

O quadro abaixo, elenca a destinação orçamentária e o índice de votação do Fábio Trad. Confira:

Quadro 11: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Fábio Trad (PSD) *suplente)

Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Fábio Trad (PSD) 2018 *suplente)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas (R\$)
Campo Grande	57.020	Nenhum valor liberado
Fátima do Sul	2015	R\$ 955.000,00
Dourados	1078	Nenhum valor liberado
Nova Andradina	1021	Nenhum valor liberado
Ponta Porã	2193	R\$ 1.432.500,00
Sidrolândia	1028	Nenhum valor liberado
Bela Vista	1126	Nenhum valor liberado
Caarapó	715	Nenhum valor liberado
Coronel Sapucaia	813	Nenhum valor liberado
Coxim	731	Nenhum valor liberado

Fonte: Elaboração própria

Pelo curto espaço de tempo do parlamentar, este apenas fez a liberação de verbas para o ano de 2019, com um montante de R\$10.087.067,00, dos quais R\$2.387.500,00 foram empenhados no período. Dessa forma, podemos marcar

como correlação entre o uso das emendas e a eleição de 2018, cerca de 23,66% entre a votação e os recursos alocados.

Por ser membro de tradicional família de Campo Grande, Fábio Trad teve a maior parte dos seus votos da capital, com 57.020 votos, porém com nenhum valor liberado no período.

O deputado basicamente focou em dois municípios, sendo eles Fátima do Sul e Ponta Porã. Além disso, o parlamentar priorizou atender as demandas do Governo do Estado, ao invés de uma política mais municipalista.

A partir das análises feitas, no período de 2016 até 2019, os deputados federais tiveram uma relação ambígua entre o uso das emendas parlamentares e a votação nas principais cidades.

Para isso, a tabela abaixo vai mostrar as 10 cidades de cada parlamentar, no que diz respeito ao número de votos alcançados, e o índice de recursos alocados de forma direta.

Para fins de comparação, os deputados federais reeleitos, e a porcentagem comparativa entre votos e índice eleitoral.

Quadro 12: Número de votos gerais e a % de votos nas 10 cidades

Número de votos gerais e a % dos votos nas 10 cidades			
Deputado Federal	Voto Geral	Voto nas 10 cidades	Índice
Vander Loubet	55.970	24.506	43,78%
Dagoberto	40.230	18.406	45,75%
Tereza Cristina	75.068	37.898	50,48%
Fábio Trad	89.385	67.740	75,78%

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, percebe-se que em linhas gerais, o valor das emendas em relação aos votos dos reeleitos, ficou cerca de 1/3 da proporcionalidade. Partindo de Vander Loubet, na qual o índice de alocação foi de 10,82% a votação foi de 43,78%; Tereza Cristina, 16,64%, e o número eleitoral de 50,48%; Dagoberto Nogueira, 16% de repasses, e 45,75% de votação; e em última análise, mas com um olhar

diferenciado, por se tratar de um suplente, foi de 23,66% de emendas nos municípios, e de 75,78% em votos.

Essa mudança que os parlamentares reeleitos tiveram, Vander Loubet, Tereza Cristina e Dagoberto Nogueira, partindo de recursos que antes eram destinados apenas ao governo estadual para as prefeituras municipais, mostra o quanto que além do alinhamento orçamentário, ou seja, de uma maior destinação de valores para os seus redutos eleitorais, é importante a aproximação com os prefeitos.

Sendo assim, compreende-se que

A apresentação de emendas ao Orçamento da União constitui, para o parlamentar, o caminho institucional através do qual ele pode buscar atender aos pedidos de investimentos e verbas encaminhadas pelo prefeito. Por conseguinte, o momento de elaboração das emendas e de sua apresentação à Comissão é estratégico para as relações do parlamentar com as lideranças locais. De maneira geral, ele deve administrar as pressões e definir as opções sobre o atendimento dos pleitos. Suas decisões repercutem diretamente na ordenação de sua rede de relações políticas. (BEZERRA, 1999, p. 126).

Além dos fatores de recursos destinados pelos parlamentares, para os seus respectivos redutos eleitorais, é importante que analisemos, o financiamento eleitoral, que os parlamentares receberam para realizarem as suas respectivas campanhas, no ano de 2014.

Veja o quadro abaixo, que representa, essa perspectiva:

Quadro 13: Financiamento eleitoral de campanha no ano de 2014

Financiamento eleitoral (2014)	
Carlos Marun	R\$ 1.624.641,00
Dagoberto	R\$ 1.581.508,00
Elizeu	R\$ 494.494,39
Geraldo	R\$ 1.593.850,00
Mandetta	R\$ 2.114.754,99
Tereza	R\$ 4.298.808,33
Vander Loubet	R\$ 2.995.057,44
Zeca do PT	R\$ 1.398.470,44

Fonte: Elaboração própria

Podemos assim compreender, que nesse período, os índices eleitorais permaneceram estáveis, quando comparados com outros pleitos para deputados

federais, e que apenas um dos eleitos, estava fora do sistema político, o Tio Trutis (PSL). Além disso, os reeleitos, Tereza Cristina, Vander Loubet e Dagoberto Nogueira, fizeram a alocação aos municípios principalmente através do Governo de MS, que dessa forma, se firmou uma parceria exitosa, na qual mesmo os índices entre a alocação e o número de votos estarem distantes um do outro, o mecanismo de ajuda ao Governo de Mato Grosso do Sul, através das emendas, auxiliou na reeleição nesse período analisado.

A partir da análise feita neste capítulo, compreende-se que de fato, as emendas parlamentares, não tiveram nenhum efeito evidente, para a reeleição dos deputados federais por MS e, portanto, não pode se concluir como um fator determinante na vitória dos mesmos.

[...] modelos de políticas distributivas preveem que legisladores demandarão projetos ineficientes, com grau de ineficiência crescente no número de distritos, o que ocasionará maiores gastos públicos. O relacionamento entre eficiência e tamanho da legislatura é frequentemente referido como a “lei de 1/N” (PRIMO; SNYDER JR., 2008, p. 477).

Para verificarmos se de fato, esse mecanismo traz boas aspirações aos parlamentares, é importante analisar o próximo período que vai de 2020 até 2023, o que será feito no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

As eleições de 2022 e a reeleição parlamentar: uma análise política nacional e de Mato Grosso do Sul

Para analisarmos o cenário das emendas parlamentares e a taxa de reeleição em MS é importante que façamos uma compreensão das eleições de 2022, em âmbito nacional, e verificar nos deputados federais reeleitos, o mecanismo do uso orçamentário.

Através das contextualizações realizadas no primeiro capítulo deste trabalho, sobre a dinâmica da reeleição e das emendas parlamentares, esse terceiro capítulo seguirá as mesmas divisões feitas no capítulo anterior, no entanto, compreendendo a eleição de 2022, no contexto presidencial, e os impactos para a reeleição dos deputados federais por Mato Grosso do Sul.

Para alcançarmos o objetivo desse trabalho, o qual se baseia na relação das emendas parlamentares e o conjunto de hipóteses que fundamentam a reeleição, esse terceiro capítulo será dividido em três seções. A primeira focará na acirrada disputa presidencial entre o então presidente, Jair Messias Bolsonaro (PL), e o eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

A segunda seção será abarcada pelas performances dos deputados federais reeleitos por Mato Grosso do Sul, compreendendo as decisões de carreira, nas quais cada um deles optou naquele momento, além de apontar aqueles que não lograram êxito naquela disputa. Como mostrado no capítulo anterior, é salutar verificar aqueles que de fato tentaram a reeleição, e aqueles que, pelas mais variadas situações, desistiram de concorrer para o mesmo cargo.

Na terceira seção deste capítulo, o principal objetivo é traçar os recursos que serão encaminhados pelos parlamentares por Mato Grosso do Sul, ao governo do estado, e aos municípios, além de associações, entidades e afins. Para chegarmos ao nosso propósito, é importante uma análise da destinação orçamentária nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, verificando os valores globais, ou seja, os recursos inicialmente planejados para serem alocados, e os empenhados, cerne do nosso trabalho, já que é a verba de fato destinada aos seus respectivos alvos.

Dessa forma, essa seção tem como finalidade verificar se as alocações de verbas por parte dos deputados federais, de fato, conseguem influenciar de forma evidente, a reeleição desses. É através dos dados dispostos no decorrer desse

capítulo, é que poderemos medir a força das emendas na reeleição dos parlamentares.

3.1 Contexto histórico das eleições de 2022: a compreensão do pleito e dos players

Considerada a disputa presidencial mais acirrada desde a redemocratização, 2022 foi um ano marcado por grandes embates políticos, uso da máquina pública indiscriminada, além do forte poder das redes sociais, assim como na eleição de 2018.

De maneira que é incontroverso o alcance massivo da publicidade institucional, que desvia-se de sua finalidade pública e eminentemente informativa, ao ser utilizada para promoção pessoal de candidatos e partidos políticos, com potencial suficiente para causar verdadeira confusão no eleitorado, entre a publicidade da administração pública e a propaganda eleitoral de seus gestores e servidores concorrentes ao pleito. (Souza, 2022, p. 4).

Nomes considerados populistas estavam frente a frente, tanto Lula quanto Bolsonaro, repetindo uma polarização entre a direita e a esquerda no cenário nacional.

Então presidente, Jair Bolsonaro (PL) estava em um partido antigo no cenário político, com o presidente da sigla, Valdemar da Costa Neto, sendo figura tradicional em Brasília, mas dessa vez, com nomes muito mais ligados ao bolsonarismo, mostrando naquele momento, o peso, que Jair tinha naquele momento.

Mesmo com a popularidade não tendo o êxito em que o presidente Bolsonaro queria, ele e todo o seu entorno tinham a convicção de que o projeto encabeçado pelo líder, venceria a disputa com Lula, que chegava a sua sexta disputa presidencial. É importante ressaltar que com os escândalos da Lava-Jato e a ascensão de uma direita organizada, a esquerda estava fragilizada. Era com isso, que o grupo bolsonarista contava, como elencado por Rennó (2022):

“Fica claro que Bolsonaro chega ao pleito com o apoio sólido de uma parcela significativa da população brasileira. Ele conta com a adesão ideologicamente consistente de aproximadamente 20% da população. Durante seu mandato, Bolsonaro foi bastante fiel à sua agenda de campanha, desmontando áreas centrais de governos anteriores, como a estrutura de funcionamento do Bolsa Família, a área ambiental, o ensino universitário e de pós-graduação e dando novas diretrizes às questões de direitos humanos. Nesse sentido, como prometeu em campanha, seu governo trabalhou para ser disruptivo de uma ordem anteriormente

estabelecida contra a qual ele se ergue e se elege“ (RENNÓ, 2022, p. 155-56).

Durante o seu mandato, ele viu a consolidação de uma direita mais ideológica, além da crescente postura de uma parcela significativa da população contra a esquerda e o Partido dos Trabalhadores. Porém, pesquisas naquele momento mostravam o quanto a pandemia teve um papel decisivo contra o mandatário, pois o mesmo mostrava desequilíbrio no agir. Sendo assim,

Nesse período, através de hostilização dos adversários, defendendo os pequenos empresários por meio da base econômica, a população se viu dividida. Ao hostilizar adversários, energizou sua base, satisfeita com o papel desafiador do presidente, defensor da economia e menosprezando os efeitos da Covid-19, apostando, inclusive, em teorias conspiratórias que alimentam fake News (RENNÓ, 2022, p. 155-56).

O presidente se manteve firme em suas posições, incluindo durante a campanha política de 2022, se tornando um personagem central e líder de um movimento de retomada da defesa das pautas conservadoras de direita. Esse movimento, era uma construção coletiva, com lideranças muito bem marcadas, e que tinham a clareza do projeto de país na qual defendia (Rennó, 2022). A eleição de Bolsonaro foi articulada às características demográficas, socioeconômicas e regionais de sua base eleitoral (Nicolau, 2020; Amaral, 2019).

As políticas implementadas pelo então presidente, que culminaram na derrota no pleito de 2022, eram uma junção de fatores da época, como o poder de compra da população sendo aquém do esperado, os efeitos da Covid, e a polarização exacerbada.

Ali não era apenas uma rejeição da classe política ou as instituições, mas era de posicionamentos sobre os mais variados temas sociais, políticas públicas e até a forma na qual os órgãos de Estado deveriam funcionar (Lawrence et al., 2009)

O vencedor do pleito daquele ano, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), destoou da política adotada pelo seu rival, na qual se baseava apenas para a sua base eleitoral. Lula, compreendeu que sozinho, seria difícil vencer Bolsonaro e a máquina estatal. Nesse sentido, o petista construiu, inicialmente, uma frente de esquerda que abrangia não apenas o PT, mas as demais siglas que compunham o mesmo campo ideológico.

Nessa última eleição, a vitória de Lula, da esquerda e das demais forças democráticas, foi uma vitória maiúscula. A diferença de apenas 1,8 ponto percentual a favor de Lula, estatisticamente diminuta, não expressa o tamanho e a importância da vitória extraordinária das forças democráticas

do país sobre o (neo)fascismo. (JÚNIOR, MIGUEL e FILGUEIRAS, 2023, p. 5)

Além desse fato, Lula, estendeu essa mesma postura para as demais forças democráticas, incluindo aquelas que estiveram por trás do golpe de 2016, contra a então presidente Dilma Rousseff (PT), como posto por Júnior, Miguel e Filgueiras (2023). Vale ressaltar que esse posicionamento de correntes opostas ao petismo, foi uma estratégia tática, já que os mesmos viam na figura de Bolsonaro, linhas completamente autoritárias (Avritzer; Rennó 2021). Sendo assim, mesmo com essa união entre as forças democráticas, a vitória foi o fortalecimento do PT. Portanto,

“a vitória de Lula representou, sobretudo, a vitória de todas as forças de esquerda e, em particular, de sua tendência principal: o Partido dos Trabalhadores (PT). As forças de esquerda relevantes compreenderam a gravidade do problema e se unificaram na luta frustrada pelo impeachment de Bolsonaro e, posteriormente, no apoio à candidatura de Lula logo no primeiro turno da eleição – constituindo-se na força principal e fundamental da vitória de Lula, vanguarda evidente de sua campanha.” (Júnior, Miguel e Filgueiras, 2023, p. 33).

Mesmo com a vitória, apertada, de Lula, o Congresso Nacional foi na contramão do que houve na eleição presidencial, onde de forma muito evidente, houve um fortalecimento dos partidos de direita, que passaram a controlar mais de 60% das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Nesse sentido, vamos ver na seção seguinte a dinâmica orçamentária dos deputados federais por Mato Grosso do Sul, verificando a influência ou não da destinação de verbas para o êxito eleitoral dos parlamentares. Neste ano, figuras ligadas à direita ganharam cada vez mais espaços na esfera política.

3.2 Deputados federais eleitos e reeleitos por Mato Grosso do Sul: análise dos vencedores da eleição de 2022

Como pautado na seção anterior, verificou-se que as eleições de 2022 foram marcadas por um alto descrédito nas instituições, fake news, uso da máquina estatal, polarização e consolidação da direita conservadora, principalmente no parlamento brasileiro.

Essa seção intitulada “Deputados federais eleitos e reeleitos por Mato Grosso do Sul: análise dos vencedores da eleição de 2018” tem como fundamento, compreender a trajetória de cada um dos parlamentares federais por MS sejam eles

os eleitos e principalmente os reeleitos Dessa forma, compreendendo a performance de cada um deles até a disputa eleitoral de 2022.

Sendo assim, é importante verificar os nomes, a votação e cada um deles na eleição daquele ano. No estado percebeu-se um alto índice de renovação e, portanto, um baixo número de deputados federais reeleitos. Ao todo, dos 8 parlamentares pelo estado, 4 foram reeleitos, apontando 50 % de “novos” deputados. Beto Pereira (PSDB); Dagoberto Nogueira (PSDB); Luiz Ovando (PP) e Vander Loubet (PT) foram os reeleitos por Mato Grosso do Sul.

Nessa legislatura, Marcos Pollon (PL); Rodolfo Nogueira (PL); Camilla Jara (PT) foram os deputados considerados “novatos” na Câmara Federal. Já o deputado Geraldo Resende (PSDB), já era uma liderança consolidada na política sul-mato-grossense, em que havia sido suplente de Teresa Cristina (PP), além de já ter sido parlamentar em Brasília em outras ocasiões.

Veja os deputados federais eleitos por Mato Grosso do Sul, em 2022:

Quadro 14: Deputados federais eleitos e reeleitos (Ano 2022)

Deputados federais eleitos e reeleitos (Ano 2022)	
Deputados Federais	Votos no estado
Marcos Pollon (PL)	103.111
Beto Pereira (PSDB)	97.872
Geraldo Resende (PSDB)	96.519
Vander Loubet (PT)	76.571
Camila Jara (PT)	56.552
Dagoberto Nogueira (PSDB)	48.217
Luiz Ovando (PP)	45.491
Rodolfo Nogueira (PL)	41.773

Fonte: Elaboração própria

Por ordem de votação, faremos a análise da trajetória política de cada um deles, até chegarem na eleição de 2022.

O primeiro, é o deputado federal eleito, Marcos Pollon (PL). Oriundo de Campo Grande, o parlamentar está entre os chamados “novatos” por Mato Grosso do Sul à Câmara dos Deputados. Advogado, o bolsonarista Marcos Pollon é um nome da chamada bancada da bala. Conhecido nacionalmente e internacionalmente, o deputado é especialista na legislação de acesso às armas de fogo no Brasil.

No decorrer de sua campanha para a Câmara dos Deputados, Pollon pontuou que não era apenas uma questão de armas, porém o seu projeto era amplo e, que dessa forma, contemplava as áreas da saúde, segurança pública, agronegócio, e o direito, que na sua visão era um dos pilares da liberdade, a legítima defesa armada, para o chamado “cidadão de bem”.

O segundo mais votado naquela eleição de 2022, foi o deputado federal, Beto Pereira (PSDB). Reeleito, o parlamentar é oriundo de Campo Grande, capital do estado, mas desenvolveu a sua vida política na cidade de Terenos, onde venceu no ano de 2004, sendo o prefeito mais jovem do Estado na época.

Filho de uma família tradicional no estado em que seu pai, Valter Pereira foi senador, e o seu tataravô foi fundador de Campo Grande. Beto Pereira é empresário, mas desde o começo fez a sua caminhada na vida pública. Em 2008, foi reeleito com mais de 70% dos votos na cidade de Terenos.

Na ocasião, muitos já enxergavam no quadro político, uma renovação para a classe política. Enquanto prefeito, Beto Pereira investiu pesado na cidade, com obras de infraestrutura, construção de casas populares, escolas e afins. Durante esse período, implantou a primeira escola em tempo integral de Mato Grosso do Sul. A sua popularidade está intrinsecamente ligada à forma que apresentou os projetos de infraestrutura para a população. Dessa forma,

Considerando-se que as obras públicas são de responsabilidade do gestor público, sua execução pode incentivar a empatia dos eleitores em relação ao líder político que causou uma melhora na infraestrutura do espaço onde vivem (Fachin, 2012). Além disso, Schuknecht, (2000) indica que os investimentos públicos em infraestrutura geram impactos diretos e imediatos no bem-estar dos eleitores. (Oliveira, Arantes e Leroy, 2023, p. 16).

A sua performance como prefeito de Terenos, impactou diretamente, não apenas a sua reeleição como prefeito da cidade, mas também as eleições seguintes, seja como deputado estadual, mas também para o parlamento federal.

No ano de 2009, ele assumiu a presidência da Assomasul (Associação Sul-Mato-Grossense de Municípios), entidade que representa os interesses das cidades de Mato Grosso do Sul. No ano de 2012, o deputado se tornou vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios. Foi o primeiro sul-mato-grossense a assumir essa função na CNM.

Após sair da entidade, Beto Pereira foi eleito em 2014, deputado estadual com 27.182 votos, onde atuou como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa, a mais importante comissão da Casa

de Leis, além de ter presidido a CPI dos Combustíveis, que investigou possíveis irregularidades na composição de preços dos combustíveis nos postos do Estado.

Figura forte no seu partido, PSDB, o deputado assumiu a presidência estadual da sigla. Como mostrado na seção anterior, se elegeu deputado federal em 2018, com 80.500 votos. No ano de 2019 foi eleito secretário-geral do PSDB nacional.

O terceiro nome a ser analisado, é o do médico e político, Geraldo Resende (PSDB). Com uma base eleitoral consolidada em Dourados, iniciou a sua trajetória política, em 1992, quando foi eleito vereador. No pleito de 1996, se reelegeu para a Câmara Municipal de Dourados, e pela desenvoltura na vereança, foi eleito em 1998 para deputado estadual.

Durante esse período, o então governador Zeca do PT, o convidou para assumir o cargo de secretário de Saúde de Mato Grosso do Sul. Vale ressaltar que nesse período, Geraldo fazia parte do então PPS, partido de centro-esquerda, e que na época compunha a base governista do então governador na Assembleia Legislativa.

Pela desenvoltura enquanto chefe da saúde do estado, Geraldo conseguiu se eleger pela primeira vez como deputado federal, integrando na época a Frente Parlamentar de Saúde, no Congresso Nacional. Até a 55ª legislatura (2015 até 2019), Geraldo ocupou a cadeira no legislativo federal de forma consecutiva, porém, na eleição de 2018, o médico ficou na suplência.

Por seu status como um dos quadros mais relevantes para os tucanos, mas também para a política da região da Grande Dourados, Geraldo foi novamente convidado para assumir o cargo de secretário de estado de Saúde, em janeiro de 2019, a convite do então governador Reinaldo Azambuja. No ano de 2022, ele volta ao cargo de deputado federal.

Vander Loubet, um dos quadros mais relevantes para a esquerda sul-mato-grossense, é desde 2003 deputado federal pelo PT. Um dos fundadores do partido em MS Vander atuou no movimento estudantil e no sindicalismo bancário, ambos em Campo Grande, capital do estado.

O petista por estar ligado ao nome mais relevante do partido no estado, Zeca do PT, fez com que em 1991 iniciou-se a sua trajetória política, assumindo a chefia de gabinete do então deputado estadual, na Assembleia Legislativa. Já em 2001, na

gestão do Zeca à frente do governo do estado, Vander assumiu a secretaria de Infraestrutura, Obras e Habitação.

Pelo desempenho na época, considerado forte na pasta, Vander disputou a sua primeira eleição, e chegou aos 101 mil votos, tornando-se o deputado federal mais votado até então, pelo estado. Desde então, Vander continua com uma cadeira no legislativo federal, se elegendo desde então.

Jovem militante, Camila Jara, PT, se tornou um fenômeno desde o começo de sua trajetória política. Cientista Social, a parlamentar se engajou na época da graduação, na UFMS, no movimento estudantil. Além disso, participou do curso de formação política, Renova BR. No ano de 2020, se elegeu como vereadora de Campo Grande, sendo a mais jovem entre os eleitos, e alcançando uma marca expressiva de votos, 3.470.

Como única mulher da Câmara Municipal da cidade, Camila Jara pautou os seus projetos, em defesa das questões femininas, como a luta contra a violência contra às mulheres, além da defesa da população LGBTQ+. Por sua atuação, principalmente com a população jovem, e uma participação efetiva nas redes sociais, Camila foi eleita em 2022, na Federação Brasil da Esperança, deputada federal por Mato Grosso do Sul, alcançando os 56.552 votos.

Advogado, empresário e procurador, Dagoberto Nogueira é um político forte na política de Mato Grosso do Sul. Por sua formação acadêmica e profissional, o parlamentar assumiu a Secretaria de Segurança Pública, na gestão do então governador, Zeca do PT, durante o primeiro mandato. Até aquele momento, Dagoberto fazia parte do PDT, que na ocasião compunha a base governista do governo estadual, na Assembleia Legislativa.

Em 2003, se candidatou ao cargo de deputado estadual, onde permaneceu por um mandato. Em 2006 se candidatou para deputado federal, sendo reeleito de forma consecutiva. No ano de 2022, Dagoberto Nogueira migra do PDT para o PSDB, partido que ganha forte relevância no cenário estadual.

Ligado ao conservadorismo, Luiz Ovando, do Progressistas, é um médico e político sul-mato-grossense. Com uma vida construída em Campo Grande, capital do estado, o parlamentar é ligado à Igreja Batista, denominação evangélica, na qual o mesmo exerce a função de professor de estudos bíblicos na escola dominical.

Durante a sua trajetória na igreja, Ovando (PP) é considerado uma das maiores lideranças do conservadorismo no estado, antes mesmo de se tornar político profissional. Foi eleito em 2018 com 50.376 votos como deputado federal, sendo reeleito, em 2022 com 45.491 eleitores.

Apelidado de “Gordinho do Bolsonaro”, Rodolfo Nogueira é um produtor rural em Bela Vista, mas que fez a sua trajetória em Dourados. Estreou na vida pública, em 2018, onde se candidatou ao Senado Federal, como suplente da chapa encabeçada pela vencedora, Soraya Thronicke (União Brasil). A chapa foi eleita naquele pleito.

No ano de 2022, ele se filiou ao PL, e se tornou presidente estadual da sigla. Após a disputa eleitoral daquele ano, o parlamentar foi eleito com 41.773 votos, e atualmente faz parte da maior bancada partidária do Congresso Nacional. É considerado um nome ligado ao conservadorismo, e é um dos quadros do chamado “bolsonarismo raiz”.

O pleito de 2022 é considerado como uma consolidação da direita conservadora no Brasil, e nesse sentido, é importante salientar que houve uma alta renovação dos quadros políticos, ou seja, 50%. Dessa forma, apontou para um baixo índice de reeleição no estado de Mato Grosso do Sul. Em geral, se observa que os quadros eleitos são, em suma, nomes que sabem utilizar as mídias sociais, com uma base eleitoral, conectada no digital.

Na próxima seção, o trabalho contemplará o uso das emendas pelos deputados federais no período de 2020 até 2023, abarcando a destinação de verba que cada um deles fez nesse tempo. Pelo trabalho ter o enfoque dos parlamentares federais reeleitos, buscaremos analisar o impacto do uso das emendas para a reeleição deles.

3.3 O uso das emendas pelos parlamentares em Mato Grosso do Sul entre 2020 a 2023

Nessa seção, que tem como tema: “O uso das emendas pelos parlamentares por MS pleito 2022”, tem como principal finalidade compreender a destinação de recursos por parte dos deputados federais, eleitos em 2018, e principalmente verificar se a máquina orçamentária teve influência para o êxito dos quatro deputados federais reeleitos.

Para isso, essa seção terá algumas divisões, com o intuito de auxiliar o leitor a compreender melhor a temática. Para isso, vamos utilizar mecanismos públicos e notórios, para realizar um apanhado dos votos e das emendas destinadas pelos deputados, entre os anos de 2020 até 2023.

Como comentado no capítulo anterior, é importante analisar que o período escolhido faz parte do ensejo na qual, cada parlamentar faz na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Dessa forma, através de dados quantitativos, a seção se debruça aos recursos encaminhados ao estado de Mato Grosso do Sul, as entidades e municípios.

Nesse sentido, vamos verificar através de dados disponibilizados no trabalho, a destinação de verba, seja no sentido dos valores globais, quanto dos valores empenhados por cada um dos parlamentares. Isso é vital, para se entender a capacidade de influência do uso orçamentário, para a reeleição dos deputados federais.

Em um segundo momento, vamos abarcar apenas aqueles que conseguiram se reeleger, verificando as cidades com maior índice de votação no pleito de 2022, e se houve uma alocação suficiente para impactar a reeleição do político.

Nesse sentido, é importante ver aqueles deputados eleitos em 2018, enquanto representantes pelo estado

Quadro 15: Eleição geral de 2018 – número de votos dos deputados federais por Mato Grosso do Sul

Deputados federais eleitos e reeleitos (Ano 2018)	
Deputados Federal	Votos no Estado
Rose Modesto (PSDB)	120.901
Fábio Trad (PSD)	89.385
Beto Pereira (PSDB)	80.500
Tereza Cristina (DEM)	75.068
Tio Trutis (PSL)	56.339
Vander Loubet (PT)	55.970
Dr. Luiz Ovando (PSL)	50.376
Dagoberto Nogueira (PDT)	40.230
Bia Cavassa (PSDB)	17.834

Fonte: Elaboração própria

Como mostrado no quadro acima, a votação dos deputados federais por Mato Grosso do Sul, alcançaram bons resultados, já que em suma, 7 dos 8 conseguiram superar os 50 mil votos e, conseqüentemente, atingiram o coeficiente eleitoral no pleito de 2018. Apenas um parlamentar, Dagoberto Nogueira (PSDB), que não atingiu o índice e, dessa forma, contou com o apoio de sua sigla para a vitória naquela eleição.

É importante salientar que a quarta mais votada no estado, Tereza Cristina (PP), após a vitória como deputada federal, foi convidada para assumir o Ministério da Agricultura, na gestão do então presidente eleito, Jair Bolsonaro. Dessa forma, Bia Cavassa, que havia ficado de suplente, assumiu no lugar dela, até março de 2022, a qual foi substituída por Geraldo Resende.

Com isso, a seção se debruçou na análise sobre o uso orçamentário pelos deputados federais por MS, e foi dividida em duas partes. A primeira relacionada ao Valor Global, na qual tem como premissa o que o parlamentar destina através da LDO para o estado e para os municípios. Portanto, aquele valor planejado de forma inicial.

Na segunda parte, se refere ao Valor Empenhado, a qual o deputado federal consegue através do Valor Global, destinar a verba de forma concretizada, ou seja, chegando ao destino final, que havia sido planejado no escopo orçamentário.

Quadro 16: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado em 2020

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2020)		
Deputados Federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Rose Modesto (PSDB)	R\$ 34.253.137,00	R\$ 12.823.293,00
Fábio Trad (PSD)	R\$ 17.169.950,00	R\$ 7.954.632,00
Beto Pereira (PSDB)	R\$ 23.356.398,00	R\$ 8.861.035,00
Tereza Cristina (PP)	x	x
Tio Trutis (PSL)	R\$ 18.632.135,00	R\$ 5.536.510,00
Vander Loubet (PT)	R\$ 6.049.660,00	R\$ 4.684.281,00
Dr. Luiz Ovando (PSL)	R\$ 19.193.784,00	R\$ 8.043.519,00
Dagoberto Nogueira (PDT)	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Bia Cavassa (PSDB)	R\$ 27.645.053,00	R\$ 10.963.491,00

Fonte: Elaboração própria

Deputada federal mais bem votada daquele ano, Rose Modesto (União Brasil) destinou o montante de R\$34.253.137,00 em termos de valores globais, e conseguiu

empenhar para os objetivos traçados na LDO, R\$12.823.293,00, montante a qual atingiu a liderança de recursos nos dois âmbitos analisados.

A parlamentar na ocasião, destinou boa parte de sua verba para as secretarias de estado, incluindo a Secretaria de Direitos Humanos, a qual pesa principalmente pela mesma estar ligada a assistência social, além da alocação para Secretaria de Justiça, e apenas uma entidade, o Instituto para Cegos, em que Rose destinou R\$100.000,00. Em geral, a parlamentar encaminhou boa parte dos recursos para o governo do Estado.

Beto Pereira, foi o terceiro parlamentar com maiores recursos empenhados, em uma soma de R\$8.861.035,00, apesar de ter sido o segundo em termos de valores globais para Mato Grosso do Sul. O parlamentar foi mais variado que a sua colega, Rose, já que destinou recursos para mais cidades, incluindo a sua base eleitoral, Campo Grande, com mais de R\$ 1 milhão atendidos diretamente.

Nome que chama a atenção é da deputada, Bia Cavassa (PSDB), que mesmo assumindo o cargo de suplente, e não tendo grande protagonismo no cenário estadual, com exceção de Corumbá, seu berço eleitoral, a parlamentar conseguiu ser a segunda com maior valor empenhado, chegando em R\$10.963.491,00.

Vale ressaltar que Bia, conseguiu entre todos os deputados, atingir um bom número de cidades, no ano de 2020, como: Corumbá, Chapadão do Sul, Mundo Novo, Douradina, Maracaju, Tacuru, Bataguassu e Terenos. Além de entidades, como a Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul, que reside em Campo Grande.

Deputado experiente no cenário estadual, Dagoberto Nogueira (PSDB) foi aquele que menos encaminhou verba para o Mato Grosso do Sul. Ao todo no ano de 2020, o parlamentar alocou apenas R\$500.000,00. É importante salientar que essa foi a única verba nos quatro anos que iremos analisar.

Agora, é importante salientar que essa informação coletada, através dos órgãos oficiais, não está inserida na questão das chamadas emendas PIX, que ficou popularmente conhecido como “Orçamento Secreto”. Mas isso, vamos verificar nos quadros abaixo.

A deputada Teresa Cristina (PP), por ter assumido o Ministério da Agricultura, logo no início do governo Bolsonaro, não esteve ligada às emendas destinadas para Mato Grosso do Sul.

Quadro 17: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2021)

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2021)		
Deputados Federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Rose Modesto (PSDB)	R\$ 12.893.597,00	R\$ 7.525.847,00
Fábio Trad (PSD)	R\$ 4.580.039,00	R\$ 2.937.721,00
Beto Pereira (PSDB)	R\$ 9.037.129,00	R\$ 6.167.658,00
Tereza Cristina (PP)	x	x
Tio Trutis (PSL)	x	x
Vander Loubet (PT)	R\$ 3.465.068,00	R\$ 2.909.113,00
Dr. Luiz Ovando (PSL)	R\$ 5.906.515,00	R\$ 4.712.557,00
Dagoberto Nogueira (PDT)	x	x
Bia Cavassa (PSDB)	R\$ 7.933.378,00	R\$ 5.024.185,00

Fonte: Elaboração própria

A parlamentar, Rose Modesto (União Brasil), manteve a mesma toada de 2020, e em 2021, continuou sendo a que mais destinou verba seja em termos de Valores Globais ou Empenhados, ao Mato Grosso do Sul. Ao todo foram R\$7.525.874,00 empenhados ao estado. Ao contrário do que foi no ano anterior, Rose Modesto (União Brasil) conseguiu atender a mais demandas.

Em sua maioria, os recursos destinados pela deputada, alcançaram os mais variados municípios do estado, como: Paranhos, Bandeirantes, Batayporã, Mundo Novo, Tacuru, Sete Quedas, Figueirão, Costa Rica, Selvíria, entre outros. Contrapondo aquilo que havia feito em 2020, Rose Modesto não alocou diretamente nenhum recurso para o governo de Mato Grosso do Sul.

Tio Trutis (PSL) foi o único parlamentar ativo, que não alocou nenhuma verba para o estado ou para alguma entidade estadual ou de fora. É importante salientar que o parlamentar em novembro de 2020, já havia sido acusado pela Polícia Federal por porte de arma de fogo, influenciando diretamente a sua atuação como parlamentar.

Vander Loubet (PT) empenhou grande parte dos seus recursos, quando se compara a questão dos Valores Globais e empenhados. Grande parte da verba destinada para a capital do estado, Campo Grande, com montantes de R\$

1.559.113,00 e R\$ 1 milhão. Neste ano, o deputado federal chegou a alocar quase integralmente, os seus R\$ 2.909.113,00 disponíveis.

Já o deputado, Fábio Trad (PSD), em contraposição ao petista, desempenhou um papel semelhante ao adotado por Rose Modesto, no ano de 2021, ou seja, fez boa parte da alocação de verbas para as cidades de Mato Grosso do Sul, como: Rio Verde de Mato Grosso, Mundo Novo, Amambai, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Dois Irmãos do Buruti, Campo Grande e Batayporã. Em geral, o parlamentar encaminhou boa parte dos R\$ 2.937.721,00 com os municípios, atendendo as demandas dos prefeitos.

Quadro 18: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2022)

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2022)		
Deputados Federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Rose Modesto (PSDB)	x	x
Fábio Trad (PSD)	R\$ 3.066.597,00	R\$ 1.860.338,00
Beto Pereira (PSDB)	R\$ 599.785,00	R\$ 599.785,00
Tereza Cristina (PP)	x	x
Tio Trutis (PSL)	x	x
Vander Loubet (PT)	R\$ 1.078.525,00	R\$ 1.076.000,00
Dr. Luiz Ovando (PSL)	R\$ 107.069,00	R\$ 107.069,00
Dagoberto Nogueira (PDT)	x	x
Bia Cavassa (PSDB)	R\$ 6.413.069,00	R\$ 4.063.069,00

Fonte: Elaboração própria

Em 2022, três deputados federais não alocaram os seus recursos, de forma transparente, para Mato Grosso do Sul, Dagoberto Nogueira (PSDB), Rose Modesto (União Brasil), e Tio Trutis (PSL). A parlamentar, apesar de ter tido opção de elaborar a peça orçamentária daquele ano, remanejou a sua atenção para a disputa

estadual, em outubro daquele ano, onde foi candidata ao governo estadual de Mato Grosso do Sul, em que foi derrotada, ficando na quarta posição.

O deputado federal, Tio Trutis (PSL) se manteve na mesma toada no ano anterior, não alocando diretamente nenhum valor para o Mato Grosso do Sul. O experiente, Dagoberto Nogueira, não destinou nenhuma verba para os municípios, repetindo o ano anterior, e que não o fez em 2023.

Bia Cavassa (PSDB) foi uma das que mais apresentaram projetos orçamentários, para atender a população do estado. Ao todo, a deputada colocou em mãos dos municípios, estado e das entidades cerca de R\$4.063.069,00, usando boa parte do valor inicialmente planejado, que foi de R\$6.413.449,00.

Em geral, a deputada atendeu inúmeros municípios, como: Corguinho, Rochedo, Douradina, Coronel Sapucaia, Guia Lopes da Laguna, Caracol, Rio Negro, Bandeirantes e Inocência.

O médico, Luiz Ovando (PP) destinou todo o seu valor global e, portanto, empenhou aquilo que inicialmente havia sido planejado. Mas é importante salientar que o recurso em si foi considerado baixo, em um montante de R\$107.069,00 o qual foi encaminhado a apenas uma instituição: Associação de Reabilitação Parceiros da Vida, com a sua sede localizada em Campo Grande.

Já o deputado federal, Vander Loubet (PT) focou a destinação de seus recursos, para a área educacional do estado, atendendo demandas da UEMS, e dois institutos localizados em Bonito e em Campo Grande. No total o deputado federal, alocou nesse ano o montante de R\$1.076.000,00. Confira na tabela abaixo, esses valores:

Quadro 19: Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2023)

Valor das emendas destinadas pelos parlamentares no Estado (Ano 2023)		
Deputados Federais	Valor Global (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Rose Modesto (PSDB)	R\$ 7.250.000,00	R\$ 7.100.000,00
Fábio Trad (PSD)	x	x
Beto Pereira (PSDB)	R\$ 961.200,00	R\$ 961.200,00
Tereza Cristina (PP)	x	x
Tio Trutis (PSL)	x	x
Vander Loubet (PT)	R\$ 2.332.795,00	R\$ 2.314.604,00

Dr. Luiz Ovando (PSL)	R\$ 657.302,00	R\$ 657.302,00
Dagoberto Nogueira (PDT)	x	x
Bia Cavassa (PSDB)	x	x

Fonte: Elaboração própria

Após a derrota eleitoral, para o governo do estado Rose Modesto (União Brasil) durante a análise da peça orçamentária, empenhou quase em sua totalidade o valor planejado, via LDO. Ao todo, R\$ 7.100.000,00 foram alocados em MS. A parlamentar, no ano de 2023, não realizou a destinação de verba diretamente para os municípios, pelo contrário, todos os recursos encaminhados foram destinados para três entidades: Instituto de Desenvolvimento Socioambiental, Instituto de Desenvolvimento Cultural Cerrado Central, Instituto Planeta Pantanal.

Os deputados Fábio Trad (PSD), Tio Trutis (PSL), Dagoberto Nogueira (PSDB) e Bia Cavassa (PSDB) não realizaram projetos orçamentários para o ano de 2023. Os demais deputados, como Luiz Ovando (PP), Vander Loubet (PT) e Beto Pereira (PSDB) realizaram a alocação de emendas, basicamente em sua totalidade. O que chama a atenção dos recursos enviados pelos parlamentares, é que nenhuma verba foi destinada ao governo estadual, ou aos municípios de MS. As verbas em geral foram encaminhadas para entidades e instituições sem fins lucrativos.

Analisando os quadros acima, percebe-se uma trajetória similar entre os deputados federais eleitos por Mato Grosso do Sul. A partir do ano de 2020, início da compreensão sobre as emendas destinadas ao estado, os parlamentares inicialmente começam a encaminhar os seus recursos principalmente para organismos estaduais, de fomento, às mais variadas áreas, além de uma correlação com os projetos de cunho estadual.

Essa mudança começa a ser alterada, principalmente, no pós-pandemia, onde houve uma maior diversificação orçamentária, e o destino das verbas, foi sendo pulverizada entre os municípios do estado. É importante verificar que em oposto do que foi visto na legislatura anterior, onde boa parte das emendas foram destinadas a áreas consideradas centrais, como saúde, educação e segurança pública, os deputados federais eleitos em 2018, passaram por uma maior correlação de força com os municípios sul-mato-grossenses.

Abaixo, será analisado de forma objetiva, a destinação de verbas por parte dos deputados federais reeleitos por Mato Grosso do Sul, em um claro intuito, de se

analisar as cidades em que os respectivos parlamentares mais tiveram êxito eleitoral, e se a alocação orçamentária correspondeu diretamente a esse apoio.

Quadro 20: Eleição 2022 – número de votos dos deputados federais reeleitos

Eleição 2022: número de votos dos deputados federais reeleitos	
Deputados Federais	Votos
Beto Pereira (PSDB)	97872
Vander Loubet (PT)	76571
Dagoberto Nogueira (PSDB)	48217
Luiz Ovando (PP)	45491

Fonte: Elaboração própria

Na eleição de 2022, quatro deputados federais por Mato Grosso do Sul conseguiram se reeleger, sendo eles: Beto Pereira (PSDB), Vander Loubet (PT), Dagoberto Nogueira (PSDB) e Luiz Ovando (PP). Os dois primeiros, conseguiram em suas respectivas siglas partidárias, ter votações mais expressivas que o necessário estipulado pelo coeficiente eleitoral, que no caso estadual, está entre os 50 mil votos.

Oriundo de Campo Grande, o deputado Beto Pereira (PSDB) teve um forte protagonismo à frente de comissões na Câmara dos Deputados, como a de comércio. Além disso, o parlamentar conseguiu o posto de uma das lideranças do PSDB em Mato Grosso do Sul e, dessa forma, alcançou uma grande visibilidade a nível estadual.

Vander Loubet (PT), assim como o PT, conseguiu aumentar consideravelmente a votação que ele havia alcançado em 2018. Na ocasião, o partido ainda estava fragilizado, por denúncias de corrupção, a liderança maior, estava presa, fazendo com que mesmo com um alto número de deputados federais eleitos no país, a votação em geral da sigla, principalmente das lideranças que estavam a mais tempo na vida pública, sofresse perdas significativas. Tanto o deputado Vander, como o Partido dos Trabalhadores conseguiram novamente aumentar a votação dos seus quadros.

Dagoberto Nogueira (PSDB) quando comparado às eleições anteriores, praticamente se manteve estável, com índices de votação não tão expressivos, porém suficientes para conseguir a reeleição. Por ser uma figura política antiga no cenário sul-mato-grossense, Dagoberto viu lideranças como o próprio Beto Pereira (PSDB), ganhar uma maior visibilidade, e um protagonismo, atualmente, maior que o dele.

Luiz Ovando (PP) conseguiu uma votação expressiva em 2018, através de uma onda forte de parlamentares conservadores sendo eleitos não apenas em Mato Grosso do Sul, mas também no Brasil. Contudo, o deputado viu esse cenário ser reduzido de forma contumaz em 2022, onde o parlamentar sofreu uma queda no número de eleitores de uma eleição para a outra. É importante salientar, que o mesmo migrou para o Progressistas, e viu a ida de Teresa Cristina, para o Senado, como um movimento positivo, já que ambos fizeram as suas respectivas campanhas um para o outro.

Para compreendermos a reeleição dos deputados federais reeleitos, é importante verificar as cidades, na qual eles tiveram maior êxito, e em conjunto, as emendas destinadas a esses locais. Confira abaixo:

Quadro 21: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Beto Pereira, 2022)

Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Beto Pereira (PSDB) - 2022)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas (R\$)
Campo Grande	16444	R\$ 1.105.000,00
Aquidauana	3243	Nenhum valor liberado
Aral Moreira	1963	R\$ 1.441.124,00
Água Clara	2642	Nenhum valor liberado
Cassilândia	1848	R\$ 955.000,00
Costa Rica	2807	R\$ 955.000,00
Dourados	1930	Nenhum valor liberado
Paranaíba	2788	Nenhum valor liberado

Ponta Porã	3485	Nenhum valor liberado
Terenos	3709	Nenhum valor liberado

Fonte: Elaboração própria

Bem votado em 2022, principalmente em Campo Grande, Beto Pereira (PSDB) nos anos de 2020 até 2023, destinou para o Mato Grosso do Sul, um montante de R\$16.589.678, na qual atendeu as demandas de várias cidades, além de um apoio significativo para o Governo do Estado. Nesse período, verifica-se que o ano de 2020 foi o ano que o parlamentar mais destinou emendas, em um total que chegou a R\$8.861.035,00.

Em contraposição a esse ano, 2022 foi o período na qual Beto Pereira, menos encaminhou os recursos para MS, em um total que chegou a apenas R\$ 599.785,00, em que boa parte foi destinada a uma associação localizada em Rio Brillhante.

Ao analisar a votação do parlamentar, percebe-se que boa parte das cidades, em que o deputado teve uma expressiva margem de votos, é oriunda das cidades, onde a sua família tem uma ligação mais intrínseca, como Campo Grande, onde o mesmo fez campanha política, e Terenos, que mesmo sendo uma cidade considerada pequena, o parlamentar foi exitoso.

Pensando nesse contexto, Campo Grande, mesmo sendo a principal cidade do estado e com uma alta taxa populacional, viu que apenas R\$ 1.105.000,00 foram encaminhados a cidade. Além disso, a capital é considerada um berço eleitoral para o deputado, na qual teve uma boa votação. Veja abaixo:

Quadro 22: Valor das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Vander Loubet (PT) 2022)

Valor Geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Vander Lobet (PT) - 2022)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas (R\$)
Sidrolândia	2514	Nenhum valor liberado
Amambai	3871	Nenhum valor liberado
Aquidauana	3198	Nenhum valor liberado
Caarapó	1964	Nenhum valor liberado
Campo Grande	14043	R\$ 5.403.469,00

Dourados	2690	Nenhum valor liberado
Miranda	1709	Nenhum valor liberado
Mundo Novo	1758	Nenhum valor liberado
Nova Andradina	1600	Nenhum valor liberado
Ponta Porã	2648	R\$ 1.246.519,00

Fonte: Elaboração própria

Das 10 cidades com maiores votações para o deputado federal, Vander Loubet (PT), apenas duas tiveram recursos alocados, sendo elas: Campo Grande e Ponta Porã. O petista, que teve uma boa votação na eleição de 2022, empenhou R\$10.983.998,00 das quais R\$6.649.988,00 foram destinados às cidades com maiores índices de votação.

Ao todo, o petista teve 35.995 votos nessas cidades, e em termos de destinação orçamentária, encaminhou 60,54%, considerado um número expressivo.

Dentre as cidades, a que mais teve alocação de emendas, foi Campo Grande na qual recebeu R\$5.403.469,00, apontando uma estratégia do parlamentar de destinar valores consideráveis para a cidade que mais lhe trouxe votos. Confira:

Quadro 23: Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Dagoberto Nogueira (PSDB) - 2022)

Valor geral das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Dagoberto Nogueira 2022)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas (R\$)
Angélica	1628	Nenhum valor liberado
Aparecida do Taboado	1648	Nenhum valor liberado
Bonito	3001	Nenhum valor liberado
Caarapó	2146	Nenhum valor liberado
Campo Grande	6472	Nenhum valor liberado
Miranda	3045	Nenhum valor liberado
Paranaíba	2339	Nenhum valor liberado
Ponta Porã	1198	Nenhum valor liberado

Fátima do Sul	1102	Nenhum valor liberado
Corumbá	1371	Nenhum valor liberado

Fonte: Elaboração própria

Dagoberto Nogueira (PSDB) foi a única exceção entre todos os deputados federais reeleitos por Mato Grosso do Sul. Quando se analisa todo o período, o parlamentar destinou de forma transparente, apenas R\$ 500.000,00 nos quatro anos como parlamentar, a qual foi atendida, apenas o município de Coronel Sapucaia.

As cidades na qual o deputado teve os maiores índices de votação, nenhuma delas foi diretamente atendida pelo parlamentar. Vale ressaltar que isso vale inclusive para Campo Grande, em que o parlamentar teve 6.472 votos. Cidades como Miranda, Bonito e Paranaíba, na qual Dagoberto Nogueira teve uma votação considerável, também não foram atendidas. Veja no quadro abaixo:

Quadro 24: Valor das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Luiz Ovando (PP) - 2022)

Valor das emendas nas 10 cidades com maiores votações (Dr. Luiz Ovando -PP)		
Cidades	Votação	Emendas destinadas (R\$)
Campo Grande	22.256	R\$ 769.991,00
Caarapó	998	Nenhum valor liberado
Dourados	2703	Nenhum valor liberado
Ponta Porã	881	Nenhum valor liberado
Rio Brilhante	758	Nenhum valor liberado
Rio Verde de Mato Grosso	760	Nenhum valor liberado
Três Lagoas	1232	R\$ 1.146.000,00
São Gabriel do Oeste	1097	Nenhum valor liberado
Jardim	830	Nenhum valor liberado
Fátima do Sul	694	Nenhum valor liberado

Fonte: Elaboração própria

O conservador, Luiz Ovando (PP) mostrou força na principal cidade de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, tendo uma votação expressiva, de 22.256 votos. As

demais cidades, com exceção de Dourados, o parlamentar teve votações inexpressivas, porém, que no final deram a reeleição para ele.

Apenas duas cidades foram contempladas pela destinação de verbas do deputado, sendo elas: Campo Grande, com R\$769.991,00; e Três Lagoas, com R\$1.146.000,00. Dourados que foi a cidade que o deputado teve a segunda maior votação entre as cidades do estado, ele não destinou nenhum recurso de forma direta, assim como os demais municípios.

Ao todo o parlamentar destinou R\$13.520.447,00 no período entre 2020 e 2023, contudo, quando analisadas as 10 cidades com as maiores votações, vemos que o parlamentar destinou apenas R\$1.915.991,00 representando apenas 14,17% dos recursos para essas localidades. Abaixo, no quadro 25, maiores detalhes:

Quadro 25: Número de votos gerais e a % dos votos nas 10 cidades

Número de votos gerais e a % dos votos nas 10 cidades			
Deputado Federal	Voto Geral	Voto nas 10 cidades	Índice
Beto Pereira (PSDB)	97.872	40.779	41,66%
Vander Loubet (PT)	76.571	35.995	47%
Dagoberto Nogueira (PSDB)	48.217	23.950	49,67%
Luiz Ovando (PP)	45.491	32.209	70,80%

Fonte: Elaboração própria

Através da compreensão do que foi a destinação orçamentária para as cidades que deram os maiores índices de votação para os deputados, vemos que elas foram essenciais para a vitória de cada um deles, chamando a atenção para Luiz Ovando (PP) que teve nessas 10 cidades cerca de 70,8% da totalidade de seus votos.

Todos os demais candidatos, ao analisar a totalidade dos municípios em Mato Grosso do Sul, tiveram índices abaixo dos 50%, sendo: 41,66%; 47% e 49,97% para, Beto Pereira (PSDB), Vander Loubet (PT) e Dagoberto Nogueira (PSDB), de forma respectiva.

Como visto nos capítulos anteriores, o índice de reeleição é considerado baixo, e, por conseguinte, a renovação dos quadros é considerada alta. Em termos de alocação orçamentária, é na verdade um baixo valor para as cidades com maiores índices de votação.

Isso aponta para uma situação complexa, já que apenas o deputado federal Vander Loubet conseguiu ultrapassar a faixa que compara as cidades mais bem votadas com as emendas destinadas. Todos os demais, encaminharam recursos bem abaixo daquilo que eles receberam de votação nesses municípios. Veja a tabela abaixo:

Quadro 26: Financiamento eleitoral de campanha no ano de 2018

Financiamento eleitoral de campanha no ano de 2018	
Deputados Federais	Valores (R\$)
Rose Modesto (PSDB)	R\$ 778.745,00
Fábio Trad (PSD)	R\$ 668.674,00
Beto Pereira (PSDB)	R\$ 833.539,30
Tereza Cristina (PP)	R\$ 2.239.027,00
Tio Trutis (PSL)	R\$ 12.075,00
Vander Loubet (PT)	R\$ 888.711,13
Luiz Ovando (PP)	R\$ 21.648,00
Dagoberto Nogueira (PSDB)	R\$ 1.840.819,00
Bia Cavassa (PSDB)	R\$ 260.325,00

Fonte: Elaboração própria

Como apontado no primeiro capítulo, o volume de financiamento também é importante para a discussão da reeleição. Pelo debate realizado neste capítulo, sobre as emendas e a votação dos deputados federais reeleitos, é importante que se verifique as taxas de financiamento.

Campeã em recursos usados, Tereza Cristina (PP) recebeu ao todo R\$2.239.027,00 de fundo eleitoral. Em contraposição, Tio Trutis (PSL) foi o que menos recebeu em um valor R\$12.075,00.

Ao analisar, a campanha midiática do bolsonarista, Tio Trutis (PSL) percebe-se o quanto as redes sociais ajudam uma campanha política, e dessa forma, podemos analisar que:

As redes sociais se tornaram uma grande aliada para a conquista do eleitorado, tornando cada vez maior o destaque do marketing digital nas campanhas eleitorais. Muitos ainda estão reservados, mas os políticos já

sabem que inevitavelmente terão que estruturar uma parte de suas campanhas nos novos meios de comunicação (...). (SILVA e SANTOS, 2019, p. 5).

Portanto, para uma reeleição compreende-se que vários fatores estão envolvidos, como mencionados desde o primeiro capítulo, mas financiamento, emendas ou quaisquer tipos de conceitos, carecem ainda de um maior aprofundamento e, dessa forma, é complexo qualquer definição.

Neste capítulo, concluímos que ao analisar as emendas parlamentares no leito de 2022, e com isso, a performance dos deputados federais por Mato Grosso do Sul, que elas não tiveram o impacto desejado, ou seja, não foram definitivas para a reeleição desses players.

Turino e Sodré apontam não ser possível afirmar que as emendas parlamentares são, necessariamente, instrumento de barganha política, pois ponderam que, por conhecerem as realidades e necessidades específicas de seus estados e suas regiões, o destino do recurso dado pelo parlamentar pode ser considerado um instrumento de aperfeiçoamento da distribuição 'não equitativa' dos recursos federais. (Carnut, André, Mendes, Meira, 2021, p. 9)

Vale ressaltar que não estamos aqui como definidor de impacto, mas apenas como apontadores de determinadas situações, na qual ocorrem em um determinado pleito. Nas duas eleições analisadas nesse trabalho, em nenhuma pode se constatar que as emendas foram definidoras do êxito dos deputados que alçavam a reeleição.

Conclusão

Esse trabalho teve como principal objetivo verificar se o uso das emendas parlamentares por parte dos deputados federais teve impacto na reeleição dos mesmos. Para isso, essa dissertação foi definida em algumas trajetórias, começando com as principais definições do que é a reeleição, abarcando os principais conceitos dessa linha na área de Ciência Política. Em seguida, verificou-se as duas eleições que foram o foco deste trabalho, 2018 e 2022.

A dissertação foi dividida em três capítulos, na qual cada um contém seções para melhor exemplificar ao leitor, as ideias, nas quais o trabalho foi definido. No primeiro capítulo, trabalhou-se com o conceito da reeleição. Nesse sentido, o principal objetivo era trazer as visões mais relevantes na área, na tentativa de contribuir com essa linha teórica, principalmente no que tange ao Mato Grosso do Sul.

Muitas teses são postas no debate político, mas poucas são fundamentadas, a partir de pesquisas que optem por mostrar a política em toda a sua funcionalidade. É aí, que chega o conceito da reeleição e do uso das emendas parlamentares que na última década ganhou um forte protagonismo no debate público, pelo espaço em que o Congresso ganhou na esfera política, com mais recursos ao seu dispor.

O conceito da reeleição é fruto da consolidação da democracia liberal, e surgiu, justamente nos Estados Unidos, com autores focados em explicar as razões em que um parlamentar consegue se reeleger em contraposição daqueles que não logram êxito. Para isso, o primeiro capítulo focou em explicar as principais ideias postas sobre a temática.

A reeleição em si, não é um conceito de apenas uma explicação, ou simplesmente de uma trajetória única, pelo contrário, ela ainda é fruto de um intenso debate. Contudo, é importante compreender o como ela é aplicada em um pleito. Como visto, é definido como um player reeleito, aquele que opta por se candidatar para o mesmo cargo, e consegue a vitória. Mesmo que tenha ocupado a cadeira em outras oportunidades, apenas pode ser definido como reeleito quando ele, de fato, ganha de maneira consecutiva.

Algumas hipóteses foram levantadas no primeiro capítulo, como a performance do deputado na Câmara, sendo assim, se o mesmo teve um papel de destaque nas suas funções legislativas, como a participação em comissões,

relatórios e afins. Uma outra concepção é o papel que o mesmo tem junto a sua base eleitoral e, portanto, como o deputado conseguiu trazer benefícios aos seus eleitores, e se isso teve algum impacto na vida, de forma visível e aparente.

É a partir daí que surge uma visão das razões em que o deputado consegue se reeleger, a visibilidade. Os feitos de um deputado podem ser bons a longo prazo, no que diz respeito à vida da população, mas é somente através da “extração” dos seus projetos, obras levadas e a luta pelas causas na qual ele ganhou, é que podem o levar à reeleição. Essa concepção pode ser a partir da forma midiática do parlamentar, ou por realizações, que os eleitores consigam identificar e valorizar o deputado.

Uma outra linha, mostrada no primeiro capítulo, é no que se refere às relações com outras figuras públicas, como os prefeitos, governadores e presidente da república. Quanto maior proximidade com lideranças de relevo, maiores são as chances de um parlamentar conseguir se reeleger no próximo pleito.

A abordagem que trouxemos na segunda seção, do primeiro capítulo, é justamente sobre o uso orçamentário por parte dos deputados. É aqui que vemos um debate muito intenso se existe um impacto significativo, nenhum, ou pouca influência, na destinação de emendas parlamentares para a reeleição dos deputados federais. No cenário geral, percebe-se que, de fato, os recursos são complexos e difíceis de se definir como definidor de algo.

Para verificarmos se, no cenário de Mato Grosso do Sul, as emendas foram exitosas, foi feita uma análise das eleições de 2018 e 2022. A primeira, envolta de grandes polêmicas e considerada um pleito atípico, com altos índices de renovação e, conseqüentemente, baixos de reeleição. Figuras outsiders ganharam protagonismo, como o presidente eleito, Jair Bolsonaro. No entanto, no estado, apenas um, Tio Trutis, do então PSL, e na ocasião, foi o parlamentar que menos recebeu recurso na época, e não alocou quase nada de verba.

Em 2022, a política se viu extremamente polarizada, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em uma das disputas mais acirradas da história. No âmbito do Congresso Nacional, houve a consolidação da direita conservadora, e apontou para índices de reeleição ainda abaixo do esperado, em grandes democracias liberais. Em geral, aquele pleito foi em termos de performance, a mesma da eleição anterior, com poucas alocações orçamentárias para esses lugares.

Nos dois capítulos se viu uma abordagem da destinação de verbas por parte dos deputados federais do estado, aos municípios e ao governo estadual. Percebeu-se nos capítulos 2 e 3, o quanto que o uso da máquina pública aumentou para os parlamentares, porém, carecendo de maiores meios de transparência e rastreabilidade.

Em geral, nos capítulos, se viu o quanto o uso das emendas parlamentares não foram definidoras para o êxito eleitoral. Para chegar a esse resultado, analisou-se as cidades mais bem votadas e os lugares na qual foram destinados os maiores volumes de recursos, e concluiu-se que é complexo ver se de fato houve algum impacto nesse tipo de modalidade, na reeleição dos deputados.

Obviamente nada é definidor, e o trabalho não tem um marcador final, pelo contrário, vislumbra um maior aperfeiçoamento para compreender as emendas, que ainda são recentes em termos de estudos e de aplicação, no que se refere a um uso intenso. É salutar ver que o trabalho não se esgota, pelo contrário, muitas abordagens podem sair daqui, mas até o momento, viu-se que as emendas, ao contrário do que pensado por grande parte da sociedade, não teve grande impacto na reeleição dos deputados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. **Electoral Strategy under Open-list Proportional Representation**. Chicago: American Journal Of Political, 1995.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalização: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018.

ARAÚJO, Sérgio (2002), **Conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Textos para discussão ENAP, nº 45.

ARRETCHE, Marta; RODDEN, Jonathan. **Política distributiva na federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: v. 47, n.3, 2004.

AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

AVEZANI, Felipe Jose Cardoso. **Impacto das transferências intergovernamentais sobre a desigualdade intramunicipal no Brasil: um exercício utilizando RDD**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

BACHUR, Joao Paulo. **Federalismo fiscal, atribuições fiscais constitucionais e equalização regional: EUA, Alemanha e Brasil em perspectiva comparada**. Revista do Serviço Público Brasília 56 (4): 377-401 Out/Dez 2005.

BAIÃO, Alexandre Lima. **Papel das Transferências Intergovernamentais na Equalização Fiscal dos Municípios Brasileiros**, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____, **Emendas Orçamentarias Individuais: efeitos eleitorais, condicionantes da execução e qualidade do gasto público**. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 2016.

BATISTA, Mariana. **A Conexão Ministerial: governo de coalizão e viés partidário na alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010)**. Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos. Rio de Janeiro: FGV, Maio, 2015. N. 4.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. **Para onde ir?** A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). Campinas: Revista Opinião Pública, v. 23, n. 1, p. 1-22, 2017.

BARRETO, Alvaro. **Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara dos Vereadores de Pelotas (1976-2004)**. Campinas: Revista Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 123-148, 2008.

BARBOSA, Alan Range. **Um estudo sobre a utilização dos projetos de indicações na câmara municipal de Salvador**. Salvador: Ufba, 2013.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. **Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros**. São Paulo: CEBRAP, v. 20, n. 93, p.1-8, 2012.

CATAIA, Márcio. **Federalismo Brasileiro. As relações intergovernamentais analisadas a partir das transferências voluntárias (União/Municípios)**. Revista Geográfica de América Central. Costa Rica: Universidad Nacional. Herdia, 2011, v.2.

CONTI, J. M. (Org.). **Federalismo fiscal**. Barueri, SP: Manole, 2004.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life, 2016.

COSSIO, Fernando Adrés Blanco & CARVALHO, Leonardo Mello de. **Os efeitos expansivos das transferências intergovernamentais e transbordamentos espaciais de despesas públicas: evidências para os municípios brasileiros – 1996**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, v.31, n.1.

COSTA, Caio César de Medeiros et. al. **Fatores Associados às Transferências Voluntárias da União para os Estados Brasileiros** In XXXV Encontro ANPAD.. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011.

DINIZ, Josedilton Alves. **Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros**, Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012.

ELAZAR , D. **Exploring Federalism**. Alabama: The University of Alabama Press, 1987.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. **Factor Endowments, Inequality and Paths of Development Among New World Economies**, NBER Working Paper 9259, 2002.

FENNO, Richard. **Home Style: House members in their districts**. Boston: Brown And Company, 1978.

FERREIRA, Ivan & BUGARIN, Maurício César. **Transferências Voluntárias e Ciclo PolíticoOrçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro**. Rio de Janeiro: jul-set, 2007, v.51, n.3.

FLORENTINO, Renata. **Saindo da cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006)**. Curitiba: Revista Sociologia e Política, v. 16, n. 30, p. 1-16, 2008.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONÇALVES, André Luis. **Os efeitos das transferências fiscais sobre as despesas públicas e arrecadação tributária dos municípios brasileiros**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador: 2013, Ano XV, n. 28.

GORDON, R. H. **An optimal taxation approach to fiscal federalism**. Quarterly Journal of Economics, v. 98, p. 567-586, 1983.

GREMAUD, Amaury Patrick, SANDOVAL, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JR., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

HOWLETT, M.; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 109

INMAN, Robert P., and DANIEL L. Rubinfeld. 1997. **Rethinking Federalism**. Journal of Economic Perspectives, 11 (4): 43-64.DOI: 10.1257/jep.11.4.4.

LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edemar. **Conexão eleitoral e reeleição entre deputados federais do sul do Brasil/ 1998-2010**. Curitiba: Revista Sociologia e Política, v. 22, n. 49, p.1-13, 2014.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. **Estratégia para sobreviver politicamente**: escolhas de carreiras na câmara dos deputados do Brasil. Campinas: Opinião Pública, v.9, n.1, p. 1-14, 2003.

LIMA, R; BARRETO, A. **A carreira de vereador e a ambição progressiva**: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). Pelotas: Pensamento Plural, v. 12, 2013.

LIMONGI, Fernando; MESQUITA, Lara. **Estratégias partidárias e preferência dos eleitores**. As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004". São Paulo: Cebrap, v. 81, 2008.

Macena, Yasmim Fabro **A ASCENSÃO DO POPULISMO DE DIREITA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO BOLSONARISMO NO MATO GROSSO DO SUL** [recurso eletrônico] / Yasmim Fabro Macena. -- 2024.

MALUF, Rui Tavares. **A carreira política na Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Usp, 2006.

MANCUSO, Wagner Pralon; UEHARA, Carolina; SBEGUE, Anita de Cássia; SAMPAIO, Caroline Miranda. **Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49ª (1991-1995) e 53ª (2007-2011)**. Campinas: Opinião Pública, v. 19, n. 2, p. 1-11, 2013.

MEIRELES, Fernando. **Carreiras políticas na câmara dos deputados**: uma análise quase experimental. Rio de Janeiro: Dados, v. 62, n. 4, p. 1-21, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe, Marques, Danusa and Machado, Carlos **Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados**. *Dados*, Set 2015, vol.58, no.3, p.721-747.

MIRANDA, Daniel de; SILVA, Marcos A. da; MIRANDA, Victor de (orgs.). **Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul**: tradição, continuidades e rupturas. Campo Grande: UFMS, 2019.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. **Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 84, p. 1-17, 2014.

NICOLAU, Jairo M. **Sistemas Eleitorais: uma introdução**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

OATES, W. E. **Fiscal federalism**. Harcourt Brace Jovanovich, Nova Iorque, 1972.

OLIVEIRA, Weder de. **Curso de Responsabilidade Fiscal: direito, orçamento e finanças públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

_____. **Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal: Análise dos mitos, da força normativa e das evidências de melhoria nas finanças públicas**. Brasília, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Declaração sobre o direito ao desenvolvimento**. 4 dez. 1986.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano, 2016**.

PEDERIVA, Joao Henrique & PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. **Execução de emendas parlamentares individuais ao orçamento: mudanças em 2014**. In Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, Anais do ENEPCP, Brasília: ENEPCP, 2015. v.1, p.1.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2002, v.45, n.2, p 265-301.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. **O que é que o Reeito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados**. Dados vol.44 no.2 Rio de Janeiro, 2001.

PESSÔA, Samuel. **Presidencialismo de coalizão ou de cooptação? Conjuntura Econômica – Ponto de Vista**. Vol. 69, n.1, jan 2015.

PETERSON, Paul; ROM, Mark C. **The Price of Federalism**. New York. The TWENTIETH Century Fund, 1995.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. **Federal Fiscal Constitutions: Risk Sharing and Redistribution**. Journal of Political Economy, 1996, vol. 104.

RAMMÊ, R. S. **O Federalismo em perspectiva comparada: contribuições para uma adequada compreensão do Federalismo brasileiro**. Revista Eletrônica

Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 10, n. 4, 2015.

RAWLS, John. Justiça como Equidade: uma concepção política, não metafísica. In Lua Nova, nº 25, 1992.

REZENDE, F.; AFONSO, J. R. **A Federação brasileira: fatos, desafios e perspectivas**, 2002.

REZENDE, F. **Federalismo fiscal: novo papel para estados e municípios**. Jul. 1997.

REZENDE, Fernando Antônio. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Romiro. **Orçamento público semi-impositivo para transferências voluntárias: diagnóstico, perspectivas e propostas de mudanças**. In Cadernos Aslegis, n.38, p.89-112, Brasília: Câmara dos Deputados, set/dez 2009.

RICCI, P. **O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?** Dados vol.46 no.4. Rio de Janeiro: 2003.

SCHMITT, R. A. **Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados**. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol.54, 1999.

SAMUELS, David. **Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil**. Saint Paul: Legislative Studies Quarterly, 2000.

SANTOS, R.; SANDES-FREITAS, V. **A relevância das eleições municipais: uma análise da trajetória e da força política do PSB**, Curitiba: Revista Sociologia e Política, v.27, 2020.

SILVA, Marcos Antonio da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul**. Curitiba: CRV, 2019.

SILVEIRA, A. **O perfil do poder legislativo da capital e do estado do Mato Grosso (1989-2004)**. Curitiba: Revista Sociologia e Política, 2009.

SIMÃO, Juliana Barby & ORELLANO, Veroni Ines Fernandez. **Um estudo sobre a distribuição das transferências para o setor de saúde no Brasil**. Estud. Econ. São Paulo: 2015, jan./mar, v.45, n.1. pp. 33-63.

SOARES, Márcia Miranda & MELO, Bruno Guimarães. **Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro: 2016, 50(4):539-561.

SODRÉ, Antônio Carlos de Azevedo & ALVES, Maria Fernanda Colaço. **Relação entre Emendas Parlamentares e Corrupção Municipal no Brasil: Estudo dos Relatórios do Programa de Fiscalização da Controladoria-Geral da União.** RAC,. Curitiba, Mai./Jun., 2010. v.14, n.3, art. 2, pp. 414-433.

SOUZA, C. M. de. **Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional.** Cadernos de Saúde Pública ISSN 1678-4464 35 n°. Suplemento 2. Rio de Janeiro, 2019.

VASSELAI, Fabricio e MIGNOZZETTI, Umberto G. **O Efeito das Emendas ao Orçamento no Comportamento Parlamentar e a Dimensão Temporal: Velhas Teses, Novos Testes** In DADOS, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2014. v. 57, n. 3, jul,-set, pp. 817-853